

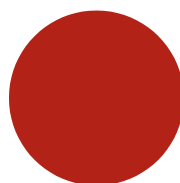
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Sistemas de Organização do Conhecimento no Domínio Arquitetónico e Artístico: Estudo de Caso da Biblioteca da Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva

Matilde Sofia Estremina Ramos

M
2021

UNIDADES ORGÂNICAS ENVOLVIDAS
FACULDADE DE ENGENHARIA
FACULDADE DE LETRAS



Sistemas de Organização do Conhecimento no
Domínio Arquitetónico e Artístico: Estudo de Caso
da Biblioteca da Fundação Instituto Arquiteto José
Marques da Silva

Matilde Sofia Estremina Ramos

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciência da Informação,
orientada pela Professora Doutora Olívia Pestana

Membros do Júri

Presidente: Professor Doutor António Manuel Lucas Soares
Faculdade de Engenharia – Universidade do Porto

Arguente: Professora Doutora Ana Lúcia Silva Terra
Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra

Orientadora: Professora Doutora Olívia Manuela Marques Pestana
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

2020/2021

Agradecimentos

Primeiramente, quero agradecer à Prof.^a Doutora Olívia Pestana, não só por todo o apoio e orientação prestados no decorrer desta dissertação, mas também pelo incentivo que me deu para prosseguir o Mestrado.

A todos os funcionários da Fundação Instituto Marques da Silva, em especial à Dra. Ana Ramos e à Dra. Conceição Pratas pelo acolhimento, disponibilidade, apoio e partilha de conhecimentos relativos não só ao espólio do Arquiteto Marques da Silva, mas também às áreas da arte e da arquitetura, da biblioteca digital e demais campos da Ciência da Informação.

Aos meus pais, por me darem a oportunidade de ingressar no ensino superior e, mais tarde por me apoiarem na decisão de iniciar o Mestrado. Sem vocês isto não teria sido possível. Agradeço também a duas das minhas primas, Filipa e Vanessa. As nossas conversas podem não ser frequentes, mas ajudam-me sempre a ultrapassar situações difíceis.

Ao Sérgio, não tenho palavras suficientes para agradecer. Muito obrigada pela presença constante e paciência infinita quando confrontado com todas as minhas incertezas e ideias descabidas. Tu sabes o quão importante és.

A todos os meus amigos, quer os que se encontram mais próximos, quer os que vivem mais longe, um grande obrigada pelas horas infindáveis de conversas, discussões e brincadeira no geral.

Por fim, quero também agradecer aos colegas da turma. Foram apenas dois curtos anos, marcados por uma situação sem precedentes, mas juntos conseguimos. Obrigada a todos.

Resumo

Os Sistemas de Organização do Conhecimento são ferramentas importantes no que toca, tal como o nome refere, à organização de conhecimento por forma a que seja possível recuperar e reutilizá-lo. Isto é ainda mais imprescindível no contexto de organizações cujo propósito é a salvaguarda e disponibilização de documentos, como é o caso das bibliotecas. Nestes locais de partilha do conhecimento é importante garantir que os seus utilizadores conseguem, não só aceder a documentos que vão de encontro às suas necessidades informacionais, mas também descobrir novos itens que os possam auxiliar. É aqui que entra a particularidade da indexação e do controlo de autoridade, especialmente em domínios com conjuntos de termos que lhes são muito específicos, tal como se verifica nas áreas da arte e da arquitetura.

A presente dissertação estuda não só os Sistemas de Organização do Conhecimento no domínio arquitetónico e artístico, mas também a sua aplicação no contexto da coleção da biblioteca digital da Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva. A acrescentar a isto foi ainda desenvolvido um manual de apoio ao controlo de autoridade focado em termos que foram selecionados de um SOC presente na Fundação. Tendo em conta a especificidade da terminologia utilizada, não só internamente na Fundação, mas também pelos utilizadores que a ela recorrem para obterem as informações que procuram, deve-se seguir um conjunto de indicações que englobem particularidades terminológicas, não só as dos domínios do conhecimento em que se inserem, mas também da língua portuguesa. Para isto, recorreu-se não só ao estudo de um SOC de arte e arquitetura de referência, mas também a duas publicações focadas no controlo de autoridade, uma delas nacional e outra internacional.

Palavras-chave: Sistemas de organização do conhecimento, bibliotecas, arte e arquitetura, controlo de autoridade

Abstract

Knowledge Organization Systems are important tools when it comes to, as the name refers, the organization of knowledge so that it is possible to retrieve and reuse it. This is even more essential in the context of organizations whose purpose is to safeguard and make available documents, such as libraries. In these knowledge sharing locations, it is important to ensure that their users can not only access documents that meet their informational needs, but also discover new items that can help them. This is where the particularity of indexing and authority control comes in, especially in domains of knowledge with sets of terms specific to them, as seen in the areas of art and architecture.

This dissertation studies not only the knowledge organization systems in the architectural and artistic domain, but its application in the context of the digital library collection of the 'Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva' (FIMS). In addition to this, an authority control support manual focused on selected terms from a KOS present at the Foundation was also developed. Taking into account the specificity of the terminology used, not only internally at FIMS, but also by the users who turn to it to obtain the information they are looking for, a set of indications should be followed that encompass terminological particularities, not only those of the knowledge domains in which they are inserted, but also from the Portuguese language. For this, we resorted not only to the study of a reference art and architecture KOS, but also to two publications focused on the control of authority, one national and the other international.

Keywords: Knowledge organization systems, libraries, art and architecture, authority control

Lista de figuras

Figura 1: Estrutura do sistema de informação Marques da Silva/Moreira da Silva tal como presente no arquivo AtoM	29
Figura 2: Exemplo de um termo no LCTGM	33
Figura 3: Facetas e sub-facetadas do AAT: Conceitos Associados, Atributos Físicos, Estilos e Períodos, Agentes e Atividades.....	37
Figura 4: Facetas e sub-facetadas do AAT: Materiais, Objetos, e Nomes de Marcas.....	37
Figura 5: Exemplo do registo de um termo no AAT	38
Figura 6: Exemplo de termo com vários “broader terms”.....	41
Figura 7: Falhas ortográficas na Lista de Termos da FIMS.....	43
Figura 8: Falha nas relações hierárquicas na Lista de Termos da FIMS	43
Figura 9: Pesquisa por termo e qualificador não apresenta resultados	44
Figura 10: Existência de termos com qualificadores no tesauro	44
Figura 11: Exemplo das várias relações existentes na lista de termos	47

Lista de siglas

AAT - Art and Architecture Thesaurus
BARTOC - Basic Register of Thesauri, Ontologies & Classifications
BHA - Bibliography of the History of Art
BT - Broader Term
CI - Ciência da Informação
CONA - Cultural Objects Name Authority
CDWA - Categories for the Description of Works of Art
FIMS - Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva
FRAD - Functional Requirements for Authority Data
FRANAR - Functional Requirements and Numbering of Authority Records
FRBR – Functional Requirements for Bibliographic Records
FRSAD - Functional Requirements for Subject Authority Data
FRSAR - Functional Requirements for Subject Authority Records
IA - Getty Iconography Authority
IMS - Instituto Arquiteto José Marques da Silva
IFLA - International Federation of Libraries Associations and Institutions
KOS - Knowledge Organization Systems
LCSH - Library of Congress Subject Headings
LCTGM - Library of Congress Thesaurus for Graphic Materials
LOD - Linked Open Data
MARC - MACHine Readable Cataloging
MeSH - Medical Subject Headings
NACO - Name Authority Cooperative
NT - Narrower Term
ORCID - Open Researcher Contributor Identifier
PCC - Program for Cooperative Cataloging
P&P - Prints & Photographs Division
PPOC - Prints & Photographs Online Catalog
RDF - Resource Description Framework
RILA - International Repertory of the Literature of Art
SHP&P - Subject Headings Used in the Library of Congress Prints and Photographs Division
SOC - Sistemas de Organização do Conhecimento
TGM - Thesaurus for Graphic Materials
TGN - Getty Thesaurus of Geographic Names
ULAN - Union List of Artist Names
URI - Uniform Resource Identifier
VIAF - Virtual International Authority File

Sumário

1. Introdução	9
2. Revisão de Literatura.....	11
2.1 As bibliotecas	11
2.1.1 As bibliotecas de arte e arquitetura.....	13
2.2 Os Sistemas de Organização do Conhecimento.....	15
2.3 Tipologia dos SOC.....	17
2.3.1 Tipos de SOC existentes	18
2.4 O Controlo de Autoridade	20
2.4.1 Os catálogos e os <i>linked data</i>	24
3. Estudo de Caso	26
3.1 A Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva	26
3.2 A Biblioteca.....	26
3.3 Os Utilizadores	27
3.4 Estudo da coleção	29
3.5 SOC relativos a Arte e Arquitetura	30
3.5.1 <i>Nomenclature for Museum Cataloging</i>	31
3.5.2 <i>Library of Congress Thesaurus for Graphic Materials</i>	32
3.5.3 <i>Art and Architecture Thesaurus</i>	33
3.5.4 Análise Comparativa do AAT e do LCTGM	39
4. Resultados	43
4.1 A lista de termos da FIMS e o tesauro AAT	43
4.2 Publicações relativas ao controlo de autoridade.....	45
4.2.1 ISO 25964-1:2011 <i>Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – Part 1: Thesauri for information retrieval</i>	46
4.2.2 Indexação: Terminologia e controlo de autoridades	48
4.3 Desenvolvimento do manual de apoio ao controlo de autoridade	49
5. Conclusão	52
Referências bibliográficas	54
Anexos	59
Anexo A – Tabelas relativas à análise das fichas de utilizadores	59
Anexo B – Termos de arte e arquitetura da FIMS selecionados para controlo de autoridade	63
Anexo C – Manual de apoio ao controlo de autoridade	67

1. Introdução

Com o passar dos tempos, a evolução das bibliotecas veio trazer vários benefícios às comunidades que delas dependem para as suas atividades diárias. Várias pessoas, desde professores, investigadores e alunos, até aos utilizadores mais casuais recorrem às bibliotecas numa tentativa de obterem respostas para as suas necessidades informacionais. A expectativa colocada nestas instituições por parte do público não foi algo conseguido olhando apenas para as falhas e conquistas da área da biblioteconomia, havendo pontos em comum com a evolução, não só dos arquivos, mas também dos museus. Apesar de todas estas áreas terem os seus próprios grupos de utilizadores, estes por vezes interseitam-se, existindo uma breve necessidade de cooperação entre as instituições destes vários tipos.

Apesar de tradicionalmente as bibliotecas serem vistas como responsáveis pela salvaguarda de livros, revistas e outros objetos semelhantes, existe também um foco nos chamados “materiais visuais”. Greenberg (1993) divide estes materiais em duas categorias: os recursos visuais, que são materiais criados com o propósito de auxiliar a aprendizagem, normalmente encontrados em bibliotecas escolares ou coleções especiais de recursos visuais; e o que a autora chama de ‘arte gráfica’, a qual inclui materiais desenvolvidos por um artista com o intuito de criar uma obra de arte. Ao contrário do primeiro, este último é vendido como arte, exibido em museus de arte e documentado por historiadores de arte. Esta situação leva a que os métodos tradicionalmente usados para catalogar materiais textuais não consigam descrever adequadamente materiais visuais, o que pode impedir a descoberta destes por parte dos utilizadores.

Desta forma, várias entidades trabalharam para desenvolver sistemas que permitissem colmatar estas situações, com graus variados de sucesso. Na maioria das vezes, o sistema resultante apenas podia ser aplicado à coleção salvaguardada pela instituição que o desenvolveu, tal como descrito por Whitehead (1989). Esta autora refere que os vocabulários controlados criados internamente refletem os conteúdos da coleção, sendo desenhados para serem utilizados com determinados tipos de recursos.

Como isto é algo que ia de encontro à natureza colaborativa observada por parte das bibliotecas, foram feitos esforços para criar sistemas que se adaptassem às necessidades de várias coleções pertencentes a uma multiplicidade de instituições.

Com a normalização do uso de computadores e sistemas automatizados vieram à luz não só benefícios, como também novas dificuldades. Uma destas dificuldades prende-se no facto de a crescente influência da interdisciplinaridade, juntamente com um volume cada vez maior de informação, levarem a um maior esforço por parte dos indexadores e catalogadores para irem de encontro às necessidades crescentes das suas comunidades de utilizadores, particularmente nos casos que envolvem académicos, investigadores e historiadores de uma determinada área do conhecimento. Como várias disciplinas requerem metadados altamente especializados por forma a refletirem o ambiente nelas presente, os sistemas de indexação e recuperação de informação das bibliotecas vieram exigir cada vez mais uma atenção especialmente cuidada.

Foi através deste uso cada vez mais generalizado dos computadores que começou a surgir um interesse crescente nos Sistemas de Organização do Conhecimento. Estes são ferramentas já muito antigas, inicialmente nada mais do que simples listas, que com o passar do tempo e com o seu uso em tarefas de maior dificuldade foram evoluindo até alguns deles se tornarem em sistemas extremamente complexos, tal como se pode verificar em algumas ontologias. Nas áreas do conhecimento focadas nesta dissertação, Arte e Arquitetura, a presença de termos muito especializados leva a um vocabulário bastante extensivo e com várias conexões entre os termos através de diferentes tipos de relações. Como muitos Sistemas de Organização do Conhecimento foram desenvolvidos com o objetivo de serem aplicados

numa determinada coleção de uma determinada instituição, deve-se ter em atenção o facto de os termos presentes nesses sistemas poderem não ser suficientes para representar a coleção desejada.

Assim, é necessário compreender, não só a coleção em questão, mas também os vários Sistemas de Organização do Conhecimento existentes numa determinada área. É através disto que se consegue garantir uma boa incorporação do sistema na coleção que se procura tornar mais acessível aos utilizadores.

Para além dos Sistemas de Organização do Conhecimento, existe também o aspeto do Controlo de Autoridade que não deve ser descurado. É através daqui que se consegue garantir que tanto os indexadores como os utilizadores usam os mesmos termos. Caso contrário, o utilizador tem muito mais dificuldade em recuperar itens que lhe possam ser relevantes. Existe também a situação de vários termos poderem ser usados para um mesmo propósito, sendo neste caso selecionado um termo preferencial.

É extremamente difícil prever que informação vai ser relevante para um certo utilizador. Isto, aliado a um volume de informação que se encontra em constante crescimento, leva a que exista uma espécie de barreira entre o utilizador e a informação que irá colmatar as suas necessidades.

2. Revisão de Literatura

2.1 As bibliotecas

Apesar de muitas pessoas dependerem de motores de busca como o Google para as suas pesquisas e investigações, a procura de informação nos catálogos das bibliotecas é significativamente mais fiável. O facto de não se conseguir encontrar um determinado documento numa pesquisa em motores de busca comuns, não invalida que esse mesmo item não exista numa biblioteca, sendo a melhor forma de procurar documentos feita através do acesso aos catálogos destas.

Como a biblioteconomia é uma área com raízes muito antigas, as bibliotecas têm vindo a evoluir ao longo dos anos por forma a conseguirem acompanhar todos os desenvolvimentos tecnológicos que foram ocorrendo com o passar do tempo. Analogamente a isto, tem vindo a ser cada vez mais necessário integrar objetos em formato digital juntamente com os tradicionais itens em formato físico.

As bibliotecas partilham também traços evolutivos com a área mais ampla da Ciência da Informação (CI) (Papachristopoulos et al. 2019). Com isto, pode-se ver que a multidisciplinidade, juntamente com a interdisciplinaridade, tornam a biblioteconomia numa área versátil ao ponto de conseguir prestar apoio a centenas de outros domínios do conhecimento, possibilitando que a informação por eles produzida possa ser armazenada, acedida e divulgada, de forma a que seja possível aplicá-la na produção de novo conhecimento. Um ponto negativo desta interação com uma multiplicidade de disciplinas é o facto de, tal como na CI, existir uma falta de consenso relativamente às opiniões dos investigadores, o que por sua vez dificulta, por exemplo, a implementação de novas práticas que resultam destes trabalhos de investigação.

Começando então a apresentar algumas definições de vários autores relativas aos fatores que caracterizam em concreto uma biblioteca, podemos dizer que estas instituições podem ser vistas como um local onde uma coleção de recursos de informação é mantida numa variedade de formatos, sendo organizado por forma a ser acessível para efeitos de consulta ou estudo (Verma and Kumar 2018).

As bibliotecas, independentemente de serem públicas, académicas ou escolares, possuem algum tipo de missão relacionada com serviço público. Para além de serem altamente diversas, estas instituições mantêm várias coleções em paralelo com o intuito de as manterem disponíveis por forma a colmatar as necessidades dos seus utilizadores (Crews 2008).

Colati (2018) nota que um aspeto importante das bibliotecas é o facto de todas elas salvaguardarem, administrarem e preservarem todos os itens presentes nas suas coleções, independentemente de estes lhes pertencerem, ou de serem empréstimos de outras instituições. Independentemente de onde foram recuperados ou obtidos, todos estes itens inserem-se dentro de uma coleção e devem ser tratados como se fizessem parte de todo um inventário que é propriedade da própria biblioteca. Esse inventário possui várias características que lhe são intrínsecas e independentes de software e formato sendo que, enquanto que algumas delas são imutáveis (ou seja, inerentes ao objeto em si, seja ele físico ou digital), outras variam de acordo com o uso que o item recebe por parte da biblioteca. Desta forma, a biblioteca deve ter sempre em conta estas características aquando do cumprimento dos seus deveres.

Deve-se notar que todas as bibliotecas estão inseridas num contexto socioeconómico e servem, não só a sociedade, como a comunidade que as rodeia. Hedden (2010) sublinha ainda que as bibliotecas têm campos de ação variados, podendo ir desde local, nacional, ou até internacional, e podem também servir um público geral ou altamente especializado. Esta autora aponta também que bibliotecas diferentes ajudam a colmatar necessidades informacionais de uma grande variedade de

utilizadores. Para além de escolherem que grupos de utilizadores querem apoiar (através das áreas do conhecimento que decidem suportar e também da profundidade que dão ao tratamento dos termos), as bibliotecas precisam também de tomar uma decisão relativamente à organização que deve ser dada aos seus conteúdos e a como é que estes podem ser procurados pelos utilizadores.

Já a opinião de Colati (2018) sobre as bibliotecas centra-se no facto de, apesar de as suas coleções e arquitetura informacional estarem muito bem planeadas, isto normalmente não acontece com a arquitetura de dados. Do ponto de vista deste autor, se a arquitetura de dados recebesse tanta atenção como os outros dois pontos de planeamento, as bibliotecas teriam sistemas de informação mais eficientes, efetivos e sustentáveis.

Dentro das bibliotecas mais ‘tradicionais’ temos as bibliotecas públicas, as pertencentes a instituições, as bibliotecas escolares e as bibliotecas académicas. Como se pode ver, as bibliotecas podem ser de vários tipos, focando-se cada uma destas em servir um determinado tipo de utilizador. A título de exemplo, temos alunos de uma escola ou universidade, investigadores, ou até mesmo uma audiência mais alargada como público em geral.

Com a evolução das tecnologias e o passar dos anos, muitos serviços têm passado para o meio digital e as bibliotecas não são uma exceção. Várias bibliotecas públicas, privadas e académicas têm vindo a desenvolver esforços para disponibilizarem, não só alguns dos seus serviços, mas também os seus catálogos em meios digitais. Estas diligências culminaram no surgimento das bibliotecas digitais e também das bibliotecas virtuais. Mesmo que a denominação destes dois tipos diferentes de bibliotecas suscite algumas semelhanças, estas são bastante diferentes.

Começa-se então por falar sobre as bibliotecas digitais, sendo estas sistemas de recuperação de informação, onde a informação é guardada em formato digital e pode ser acedida pelos utilizadores através de um computador, sendo que estes sistemas usam repositórios online que armazenam informação textual sistematicamente e podem ser acedidos pelos utilizadores a qualquer hora (Verma and Kumar 2018).

As bibliotecas digitais podem ser vistas como coleções de materiais que são recolhidos ou convertidos em formatos digitais e disponibilizados a uma comunidade de utilizadores através de um servidor mantido pela biblioteca (Crews 2008). Aqui temos um ponto de vista que se foca no aspeto de não ser qualquer organização a poder manter uma biblioteca digital, mas sim uma biblioteca que exista num espaço físico e que seja reconhecida como tal. Lima e Souza (2010) apoiam este ponto de vista, sublinhando que as bibliotecas digitais são coleções de informação multimédia disponíveis online onde, tal como numa biblioteca física, existe uma equipa de profissionais que oferecem serviços relevantes para os seus utilizadores.

Hedden (2010), refere que nas bibliotecas digitais existe a hipótese de se fazer uma classificação baseada em hiperligações o que, no seu ponto de vista, responde à situação de pessoas diferentes procurarem a informação que necessitam de formas diferentes. A autora exemplifica isto através da indexação usada nos livros de culinária: uma salada mexicana de feijão pode estar indexada em ‘saladas’, em ‘acompanhamentos’, em ‘feijão’ ou em ‘pratos mexicanos’. Isto faz com que o maior número de pessoas que possam estar interessadas numa receita daquele género a encontrem. Estas hiperligações facilitam também a navegação entre os termos indexados, transformando uma lista, normalmente alfabética, num género de uma nuvem de termos conectados.

Em 2010, Lima e Sousa notam que, na sua investigação feita em vários periódicos brasileiros, o termo ‘biblioteca digital’ é usado intercambiavelmente com os termos ‘biblioteca virtual’, ‘biblioteca eletrónica’ e ‘biblioteca sem paredes’. Apesar disto, temos que, na opinião de Brito et al. (2020), as bibliotecas virtuais diferem das bibliotecas digitais, pois nas primeiras é possível aceder ao espaço de uma forma semelhante ao que acontece quando se visita uma biblioteca física. Isto é feito através

da utilização de ambientes 3D imersivos, como o '*Second Life*', e da construção de locais que, analogamente aos espaços físicos de uma biblioteca tradicional, podem ser vistos como ambientes de aprendizagem e partilha de informações. Acrescenta-se ainda que, tal como as suas contrapartes digitais, as bibliotecas virtuais trazem tanto benefícios como novos desafios aos seus funcionários e responsáveis. Apesar de permitirem uma visita quase que análoga a uma ida presencial a uma biblioteca física, as bibliotecas virtuais trazem como principal desafio o desenvolvimento de competências específicas para que seja possível tirar o máximo partido das ferramentas que estes ambientes disponibilizam. Existe ainda a barreira da cativação de utilizadores para estes suportes, visto que uma ida virtual a uma biblioteca não é a primeira coisa na mente dos utilizadores quando se deparam com a necessidade de procurarem informação (Brito et al. 2020).

Para além de todo o trabalho de salvaguarda que desenvolvem, as bibliotecas procuram ainda criar valor nas comunidades em que se inserem. Quando estas instituições são financiadas por fundos públicos existe sempre a necessidade de os justificar por forma a que não seja necessário diminuir a qualidade dos documentos e serviços oferecidos, ou até mesmo a sua extinção.

Maceviciute (2018) apresenta cinco funções das bibliotecas que acrescentam valor não só na comunidade em que se inserem, como também na sociedade:

- Aquisição e filtragem dos conteúdos com base nas necessidades da comunidade;
- Incrementar a qualidade dos conteúdos fornecidos através de uma análise das aquisições a partir do ponto de vista dos utilizadores dos serviços (metadados, classificação, *tags*, etc.);
- Utilizar eficazmente os recursos dos cidadãos e permitir que estes não tenham despesas extra relativas à aquisição e acesso de objetos intelectuais, culturais e de informação;
- Gestão, coordenação e preservação de informação e recursos culturais a nível comunitário, regional, nacional e internacional;
- Disponibilização e promoção do acesso gratuito a informação e cultura de qualidade para todos os membros da comunidade necessários para educação, emprego e lazer.

Como alguns dos serviços oferecidos pelas bibliotecas requerem que os utilizadores forneçam os seus dados pessoais, Wu et al. (2019) relembram a importância da proteção destes dados. Estes cuidados a tomar são tão ou mais importantes no contexto das bibliotecas digitais.

Partindo para as bibliotecas académicas, estas possuem também algumas características que as distinguem das suas homólogas, nomeadamente o recurso ao Open Access e, por sua vez, as 'bibliotecas sombra'. Na grande maioria das áreas do conhecimento, o importante para os utilizadores é conseguir aceder à informação mais recente para que o seu conhecimento seja o mais atual possível. Infelizmente, muitos dos livros e artigos académicos estão bloqueados por trás de grandes grupos editoriais sendo necessário pagar taxas elevadas para o seu acesso. Foi daqui que surgiu o movimento Open Access, o qual tem vindo a ganhar mais força recentemente. É também graças a estes valores que foram surgindo as 'bibliotecas sombra' ou '*shadow libraries*' tal como referido por Karaganis (2018), sendo um exemplo disto o SciHub.

2.1.1 As bibliotecas de arte e arquitetura

Tal como as bibliotecas académicas, as bibliotecas focadas nas áreas da arte e arquitetura apresentam diferenças relativamente às bibliotecas mais tradicionais. Lucker (2003) refere que as bibliotecas de arte vieram a existir pois os humanos têm um instinto de colecionar coisas. Assim, estes tipos de bibliotecas estão muitas vezes associados a museus de arte, apesar de poderem também ser instituições independentes ou

estarem inseridas num contexto académico. Os utilizadores das bibliotecas de arte e arquitetura englobam principalmente historiadores de arte e arquitetura, curadores de museus e peritos da área, estudantes da história da arte e também todas as pessoas associadas a instituições que albergam ou ensinam arte.

Craig (2003) refere que as bibliotecas de arte e arquitetura são locais especiais, pois é lá que se pode encontrar a ligação entre não só arte e a sua história, mas também entre objetos, edifícios, descrições, críticas e também reproduções. Promovem o estudo de vários tipos e sub-tipos de arte de vários países e de múltiplas épocas da história da humanidade.

Algo que se deve notar é, não só o facto de a informação visual ser tão importante como a informação textual, mas também o facto de as publicações antigas continuarem a ser relevantes mesmo com o passar dos anos e a publicação de novos materiais. Os académicos destas áreas não se limitam a estudar a arte e/ou a arquitetura da sua própria época, cultura, país ou idioma, podendo assim os materiais disponíveis nas bibliotecas de arte e arquitetura estar disponíveis em várias línguas. O facto de existirem muitas fontes de informação puramente visuais requer também a existência de boas tecnologias de reprodução pictorial, algo que não é comum em muitas bibliotecas.

Apesar de todas estas diferenças, existem muitas semelhanças partilhadas com outros tipos de bibliotecas, especialmente a nível de dificuldades como por exemplo a existência de espaços inadequados, os desafios na implementação de novos formatos enquanto se mantêm os já existentes, e também a diminuição de pessoal (Craig, 2003).

Focando nos bibliotecários de arte, Lima (2018) apresenta a seguinte definição para estes profissionais:

“(...) especialista em organização e acesso as informações sobre artes visuais, arquitetura, design e assuntos relacionados que atua em instituições com as mais diferentes configurações como: bibliotecas universitárias, bibliotecas públicas, departamentos de arte e arquitetura, empresas de arquitetura e design, museus de arte e institutos de pesquisa, repositórios de arquivos, agências governamentais e escolas de arte e design”.

Tendo em conta, não só a especificidade da área em que trabalham, mas também as necessidades dos utilizadores que servem, os bibliotecários de arte e arquitetura requerem uma formação mais aprofundada do que a dos bibliotecários de instituições mais abrangentes. Apesar de todos estes profissionais, independentemente da sua especialização, serem gestores de informação, estando também responsáveis pela construção e manutenção de coleções, bem como de encaminhar os utilizadores até à informação que procuram, existe o fator de o bibliotecário de arte e arquitetura dever possuir conhecimentos relativos às áreas em questão para que melhor possa apoiar os seus utilizadores (Lucker, 2003).

Num questionário onde se procurava compreender o perfil dos bibliotecários de arte no Brasil, Lima (2018) mostra que as competências que estes bibliotecários consideram essenciais para o desempenho da sua profissão são as seguintes: Conhecimento das fontes de referência da área de artes; Conhecimento de História da Arte e da história das grandes bibliotecas de arte; Desenvolvimento e gestão de informação em arte as quais incluem redes sociais, bases de dados e preservação digital; Catalogação de material não convencional; Conhecimento para o desenvolvimento da coleção; Gestão de projetos; Conhecimento técnico sobre os diferentes materiais audiovisuais e digitais; Conservação de materiais em diferentes meios de comunicação; Domínio da combinação dos diferentes apoios e das novas tecnologias de acesso; Conhecimento de tesouros específicos e vocabulários controlados.

Desta forma, tem-se que a formação dos bibliotecários de arte e arquitetura deve conter ou um breve elemento introdutório à história da arte, ou até mesmo incluir formação adicional nessa área. Benedetti (2003) acrescenta ainda que poderá ser benéfico, especialmente para os bibliotecários empregados por bibliotecas de museus de arte e arquitetura, que estes se juntem a organizações fora da sua profissão para pelo menos receberem publicações que os manterão atualizados relativamente a acontecimentos importantes para funcionários de museus.

Relativamente às coleções que salvaguardam, nenhuma biblioteca de arte e/ou arquitetura possui a totalidade das publicações existentes, sendo necessária a colaboração entre as várias bibliotecas para que lhes seja possível apoiar os seus utilizadores na procura de publicações ou informação. Desta forma, todas as bibliotecas destas áreas têm um papel a desempenhar a nível mundial, independentemente da sua dimensão ou do escopo da sua coleção (Phillpot, 1985).

Tendo em conta todo o trabalho que as bibliotecas desempenham, segundo Miranda (2019) estas podem e devem ser vistas como locais de partilha e produção de saber e também partilha da memória de uma sociedade. Estas bibliotecas não se limitam a salvaguardar e disponibilizar informações relativas a técnicas de arte, arquitetura e design, mas também albergam, e ajudam à produção, de informações críticas, teátricas e literárias, as quais representam uma parte da identidade da sociedade a que pertencem.

2.2 Os Sistemas de Organização do Conhecimento

Os Sistemas de Organização do Conhecimento, ou SOC, (também conhecidos como Knowledge Organization Systems, ou KOS, em inglês) são uma parte vital da organização e recuperação da informação, tanto em ambiente online, como em locais físicos. Estes sistemas ajudam o utilizador a reconhecer que um determinado documento é relevante para as suas necessidades informacionais, sem que tenha conhecimento anterior da sua existência.

Focando um pouco na atualidade da CI, Biscalchin (2019) nota que apesar de a informação ser facilmente acedida e largamente distribuída, o que à superfície traz benefícios para a CI devido ao facto de o seu objeto de estudo (a informação) estar cada vez mais difundido, esta explosão de crescimento pode trazer problemas à área devido ao uso cada vez mais generalizado de motores de busca. Para reforçar a importância dos SOC relativamente a ferramentas como o Google ou o Google Académico, o autor reforça a necessidade de a CI desenvolver critérios bem definidos que justifiquem a escolha de um termo ao invés do outro. Hjørland (2012) também refere esta situação como sendo problemática, embora não se refira diretamente à CI, mas sim à Organização do Conhecimento.

A organização do conhecimento (e também da informação) é uma parte integral de não só instituições, bibliotecas e empresas, mas também, da investigação científica cujo objetivo final é a criação de novo conhecimento. Para que esta criação seja possível, é vital perceber-se que conhecimento é que já existe (Pieterse and Kourie 2014).

Desta forma, ao longo do tempo foram sendo desenvolvidos novos métodos para organizar o conhecimento, alguns mais voltados para determinadas áreas científicas do que outras, embora sempre aplicáveis numa variedade de campos. Mesmo dentro de uma determinada área, podem por vezes existir ainda vários âmbitos de utilização. A título de exemplo, apresenta-se o caso das bibliotecas: bibliotecas escolares, universitárias e públicas não utilizam os mesmos SOC, nem os implementam com o mesmo nível de profundidade. Devido ao facto de ser necessário organizar tanto a informação, como o conhecimento em praticamente todas as áreas do saber, o desenvolvimento e a utilização dos SOC nessas variadas disciplinas levou ao desenvolvimento de um grande aglomerado de termos e definições inconsistentes, ou

até mesmo contraditórias, dentro dos vários contextos em que são usadas. Pieterse e Kourie (2014) elaboram um pouco sobre o tema da discordância entre autores, referindo os dois lados do desenvolvimento e utilização dos SOC: de um lado temos profissionais da Ciência da Informação que se focam especialmente em assuntos relacionados com a recuperação de conhecimento; do outro temos Cientistas da Computação que procuram melhorar a descoberta de novo conhecimento através do desenvolvimento de Inteligência Artificial. Estes objetivos podem trazer vastas melhorias, não só à Organização do Conhecimento, bem como à Recuperação do Conhecimento, Organização da Informação e Recuperação da Informação.

O termo 'SOC' abrange todos os sistemas que procuram fomentar a gestão do conhecimento ao mesmo tempo que organizam a informação, abrangendo vários tipos de SOC, os quais são usados numa multitude de sistemas de informação, desde os mais tradicionais até aos mais modernos. Isto é especialmente verdade em '*web based services*', onde existe um volume de dados e informação (e, por conseguinte, conhecimento) que continua a aumentar a cada dia que passa, o que torna cada vez mais difícil a descoberta e recuperação de conhecimento (Zeng 2008).

Hodge (2000) descreve o termo "Sistemas de Organização do Conhecimento" como algo que engloba todos os tipos de esquemas para organizar a informação e promover a gestão do conhecimento. Esta autora refere também que estes sistemas possuem funcionalidades que organizam a um nível geral, que dão informações mais detalhadas e que controlam sinónimos e outras variações dos objetos.

Biscachin (2019) refere-se ao trabalho de Hodge citado no parágrafo anterior para desenvolver a sua opinião, concordando com a autora e apresentando a seguinte definição de SOC:

"(...) consistem em estruturas terminológicas que apresentam relações conceituais por meio de termos."

Por outro lado, Hjørland refere-se aos SOC como 'Sistemas de Classificação'. A definição por si apresentada para descrever estes sistemas defende que a classificação depende, de forma interdependente, de três processos: a definição de classes; a determinação de relações entre essas classes; e a atribuição dos itens a uma ou mais classes dentro de um determinado sistema de classificação. Este autor nota também que, ao contrário de algo pertencer a uma classe, esses objetos são lá colocados por pessoas com formação e entendimento para tal, bem como para cumprir um objetivo ou necessidade específica. O mesmo acontece com as relações entre as classes em si. Acrescenta ainda que a classificação tem uma relação muito próxima com os conceitos o que leva, por consequência, a uma relação muito estreita entre a teoria dos conceitos e a investigação em classificação (Hjørland 2012).

Não só isto, mas estes sistemas são uma resposta à necessidade inerente que o ser humano tem de organizar. Desta forma, não é surpreendente que os esforços de criar SOC funcionais e compreensíveis já venham desde os tempos dos primeiros filósofos como, por exemplo, Aristóteles, que procurou categorizar o conhecimento em áreas científicas que vão desde a Metafísica até à Política. Já na antiguidade, várias civilizações do centro e este da Ásia organizavam o conhecimento com o objetivo de o reutilizar e transmitir (Sharma, Foo, and Morales-Arroyo 2008). Visto que a sociedade atual depende cada vez mais do conhecimento, esta estratégia é mais viável e necessária do que nunca. Estes autores ressaltam também a importância de uma organização apropriada do conhecimento, referindo que:

"(...) knowledge is of little use if it is not stored in such a way that it can be understood, indexed, accessed easily, cross-referenced, searched, linked, and generally manipulated for maximum benefit (...)"

Desta forma, pode-se dizer que é preferível armazenar corretamente o conhecimento para que no futuro este possa ser examinado e explorado, em vez de se voltar a desprender recursos para o descobrir novamente.

Bhat (2013) diz que os SOC permitem a organização de materiais com o objetivo de permitir a gestão e recuperação de uma coleção, servindo assim de ponte entre os itens existentes dentro de uma coleção e as necessidades informacionais dos utilizadores.

As três principais características que os SOC devem ter para que possam ser implementados, especificamente, em bibliotecas digitais são enumeradas por Hodge (2000), sendo elas: imposição de uma determinada visão do mundo numa coleção; interpretação de formas diferentes da coleção (dependendo do sistema utilizado), e; existência de características em comum entre o conceito descrito no SOC e o objeto a que esse mesmo conceito se refere, por forma a que o sistema possa ser implementado de uma forma fidedigna.

2.3 Tipologia dos SOC

Apesar de serem utilizados por uma multitude de serviços e em várias áreas do conhecimento (ou talvez precisamente por causa disso) não existe um consenso acerca da definição dos SOC nem da sua classificação, tal como referido anteriormente. Para um breve contexto, Sharma, Foo e Morales-Arroyo (2008) apresentam a sua definição de classificação nas seguintes frases:

“Classification is the technique used to organize a body of knowledge assets that reside within an organisation. It is supported by meta-data, which are used as keywords or descriptors for indexing, storing, and searching knowledge assets.”

No ponto seguinte serão apresentadas várias definições para os vários tipos de SOC existentes, mas aqui introduzem-se, a título de exemplo, duas classificações elaboradas por diferentes autores, nomeadamente Marcia Lei Zeng e Gail Hodge.

Após o estudo de vários trabalhos, Marcia Zeng refere que, no seu ponto de vista, a classificação dos SOC deveria, idealmente, ser feita através de uma divisão em quatro grupos, nomeadamente: Listas de termos, onde se encontram as listas e os anéis de sinónimos; Modelos semelhantes a metadados, os quais incluem ficheiros de autoridade, diretórios e gazetteers; Classificação e categorização, um aspeto que engloba os cabeçalhos e assunto, esquemas de categorização, taxonomias e esquemas de classificação, e; Modelos de relação, onde se tem os tesouros, as redes semânticas e as ontologias (Zeng 2008).

Por outro lado, Hodge (2000) propõe uma classificação composta por apenas três grupos: Listas de termos, que incluem ficheiros de autoridade, glossários, dicionários e gazetteers; Classificações e categorias onde se tem esquemas de classificação, taxonomias e esquemas de categorização (sendo que, segundo a autora, estes podem ser usados de forma permutável) e cabeçalhos de assunto, e por fim; Listas de relações, onde se encontram os tesouros, as redes semânticas e as ontologias (Hodge 2000).

Como se pode ver, a classificação de Hodge (2000) baseia-se essencialmente na estrutura dos SOC, nas suas funções históricas e também nas relações entre eles. As listas de termos, essencialmente, listam e definem termos, as classificações e categorias englobam listas que possuem estruturas hierárquicas e, por fim, as listas de relações abrangem as relações entre termos e conceitos.

Embora Biscalchin não apresente uma classificação detalhada dos vários SOC existentes, refere que o que diferencia estes sistemas são as definições dadas aos

termos. Isto pode ir desde um nível elevado de controlo terminológico (como se vê nas ontologias) até à ausência deste (tal como presente nas taxonomias) (Biscalchin 2019).

Entre estes exemplos de agrupamentos de SOC, podemos ver que o ponto principal que distingue os diferentes tipos de SOC são os tipos de relações semânticas apresentadas. Nos níveis “mais baixos”, como nas listas e dicionários por exemplo, vêem-se mais evidenciadas as relações hierárquicas e também relações entre sinónimos e homónimos. Por outro lado, nos níveis “mais altos”, como por exemplo ontologias, notam-se um maior leque de relações semânticas possíveis (Hjørland 2012).

Este mesmo autor cita o trabalho de Bliss (em 1935) e de Broadfield (em 1946), notando as perspetivas de ambos os autores: enquanto que Bliss defende que os documentos devem ser classificados de acordo com o consenso científico, Broadfield argumenta que o consentimento é algo difícil de obter entre intelectuais, especialmente no que toca a assuntos correntes (Hjørland 2012).

Hodge (2000) faz ainda uma nota interessante acerca do sumo objetivo dos SOC:

“Regardless of its location with respect to the resources its origin, or its type, the KOS has a single purpose: to organize content to support retrieval of relevant items from a digital library collection.”

2.3.1 Tipos de SOC existentes

No ponto anterior foram referidos brevemente vários SOC que atualmente são utilizados, bem como a discordância que existe entre autores quanto à definição destes sistemas. Apesar de toda a discordância, existem alguns SOC em que vários autores concordam relativamente às suas definições e propósitos, devendo-se notar que estes englobam os “mais simples” como, por exemplo, listas e dicionários.

Zeng e Hodge (2011) referem que o que permite distinguir os vários tipos de SOC existentes é o grau de controlo dos termos utilizados, indo desde um vocabulário controlado até à linguagem natural, e também a estrutura semântica do sistema em si, a qual vai desde uma estrutura fraca até uma estrutura forte.

De todos os SOC que foram sendo encontrados ao longo da leitura das obras que serviram de base para a elaboração desta revisão de literatura, serão apresentadas aqui definições em concreto de quatro dos mais expostos na literatura, nomeadamente, ficheiros de autoridade, ontologias, taxonomias e tesouros, por forma a demonstrar as opiniões de vários autores. De entre os SOC observados que não configuram esta demonstração de pontos de vista de autores diferentes temos anéis de sinónimos, cabeçalhos de assunto, catálogos, dicionários, diretórios, esquemas de classificação, gazetteers, glossários, redes semânticas e vocabulários controlados. As listas, mais especificamente as listas de termos, configuram também esta breve análise pois são um grande foco na presente dissertação. Isto deve-se ao facto de ser feito um estudo aprofundado da lista de termos presente na FIMS, tal como se vê no ponto 4.1 – A lista de termos da FIMS e o tesouro AAT. Como se pode ver no volume de sistemas enumerados, é essencial delimitar o número de SOC a serem analisados, não só devido à multiplicidade de opiniões existentes, mas também devido ao volume de sistemas existentes.

Começando então pelos ficheiros de autoridade, temos primeiramente a definição dada por Hedden (2010), onde se tem que os SOC podem ser denominados de ficheiros de autoridade quando são apresentadas fontes fidedignas para cada termo e/ou os termos sejam nomes próprios.

Hodge (2000) elabora sobre isto, referindo que este SOC passa por ser uma lista de termos usada para controlar as variações dos nomes de uma entidade ou valor de domínio de um determinado campo científico. Normalmente não têm uma estrutura complexa, embora possa existir uma hierarquia que permita uma navegação simples.

Estes ficheiros de autoridade são parte integrante do controlo de autoridade, um tópico que será analisado em mais profundidade no ponto 2.4 – O Controlo de Autoridade. De uma forma resumida, este tipo de SOC foca-se na gestão dos registos dos catálogos online, através da padronização dos assuntos e nomes como pontos de acesso autorizados.

Passando às ontologias, que segundo Gruber (1993) são especificações de um vocabulário representativo para um domínio de discurso partilhado. Este termo provém da filosofia, onde uma ontologia é um registo sistemático da existência.

Hodge (2000) vê as ontologias como os SOC mais recentes. Estas podem representar relações bastante complexas entre objetos e incorporar regras e axiomas que não estão presentes nas redes semânticas. Normalmente, quando focadas no conhecimento de uma área específica, as ontologias estão associadas a sistemas usados em *data mining* e gestão do conhecimento.

Tem-se ainda que as ontologias podem ser uma coleção armazenada em meio digital, composta pela combinação de um tesouro com um conjunto de regras de inferência. Este SOC pode ser visto como uma extensão dos tesouros, pois contém os atributos e as relações semânticas dos itens numa estrutura mais formal do que normalmente se vê nos tesouros, enquanto as regras de inferência ajudam a aumentar a expressividade semântica das ontologias comparativamente a outros SOC. As ontologias tendem também a possuir uma informação mais detalhada sobre os conceitos, os quais têm níveis hierárquicos mais profundos e relações ricas entre eles (Pieterse and Kourie 2014).

Em terceiro lugar, apresentam-se as taxonomias, um sistema que já vem sido referido pelos anteriores. Começa-se pode referir que, do ponto de vista de Hodge (2000), este sistema pode ser utilizado de forma intercambiável com esquemas de classificação e também de categorização, oferecendo os meios para separar entidades por vários níveis relativos a tópicos gerais, mesmo sem possuírem as relações que estão presentes num tesouro. As taxonomias têm vindo a ser usadas em sistemas de gestão do conhecimento para representar agrupamentos de objetos criados com base numa determinada característica.

Já Holgate (2004) olha para as taxonomias através de uma visão mais empresarial, reforçando que estes SOC devem permitir uma classificação correta dos conteúdos de negócio para que possa ser feita a descrição, e também a revisão, dos objetivos da empresa e das operações de negócio correntes. Sharma, Foo e Morales Arroyo (2008) concordam com esta perspetiva, referindo ainda que, num contexto organizacional, estes SOC necessitam de ser frequentemente atualizados e melhorados por forma a que a organização em que estão inseridos possa responder às suas ameaças, bem como às suas necessidades informacionais.

As taxonomias podem ainda ser uma coleção organizada hierarquicamente que contém itens e os seus atributos, englobando as classificações facetadas, devido ao facto de a composição da sua estrutura conter apenas relações hierárquicas (Pieterse and Kourie 2014).

Tem-se ainda a opinião de Hedden (2010). Esta autora considera que as taxonomias são uma variedade de vocabulário controlado onde cada termo tem um outro termo acima de si (referido como termo mais amplo) e um ou mais termos abaixo de si (ou termo mais estreito) com a exceção, respetivamente, do termo mais superior e dos termos de mais baixo nível. Estas redes de termos podem ser únicas na taxonomia ou agruparem-se numa estrutura denominada de 'árvore'.

Finalmente apresentam-se os tesouros, coleções de itens pertencentes a um determinado domínio, incluindo a especificação de atributos dos itens, bem como relações semânticas de equivalência, associativas, de contraste ou hierárquicas, podendo também englobar bases de dados terminológicas e bases de dados lexicais (Pieterse and Kourie 2014).

Hodge (2000) refere que estes SOC são baseados em conceitos e evidenciam as relações existentes entre os termos, as quais podem ser hierárquicas, de

equivalência e associação e relação. O seu desenvolvimento está sujeito a normas, internacionais como, por exemplo, as normas ISO relativas à construção de tesouros monolíngues.

Esta opinião é contrariada pela de Hedden (2008), que refere que um tesouro pode abranger apenas uma lista simples de termos criada por um indexador para facilitar a indexação de um livro invulgarmente grande, ou ir até uma rede de ficheiros de autoridade onde são interligados de dezenas de milhares de termos e que é gerida por uma equipa de pessoas.

As listas de termos são um outro tipo de SOC que carece de uma opinião unânime entre os vários autores. Começando por analisar o trabalho de Hodge (2000), pode-se ver que esta autora não inclui as listas de termos explicitamente no conjunto de sistemas que descreve. Em vez disto, vários dos SOC analisados são vistos por esta autora como 'listas de termos' relativas a coisas diferentes: por exemplo, ficheiros de autoridade são listas de termos para controlar variantes de nomes e glossários são listas de termos com definições.

Hedden (2008) segue um caminho semelhante referindo as listas de termos apenas de passagem, na sua descrição de vocabulários controlados. Esta autora refere que o critério mínimo para um sistema ser um vocabulário controlado é possuir uma lista restrita de termos para uso nas atividades de indexação ou categorização.

Já Pieterse e Kourie (2014) dedicam uma breve análise às listas, referindo que estas são, não só a estrutura mais simples de um SOC, mas também que são uma coleção organizada linearmente, contendo itens e os seus atributos. Os autores ressaltam que estas listas não possuem estruturas complexas, organizações detalhadas e os vários tipos de listas existentes (*gazetteers*, glossários, etc.) distinguem-se apenas nas diferenças dos seus conteúdos e os seus propósitos.

Com isto, pode-se ver com maior detalhe a discórdia existente entre vários autores, relativamente a como definir os SOC. Apesar disto, é inegável que a utilização destes na organização dos itens de uma coleção é vital. Ainda assim, é necessário também um sistema que permita a recuperação eficaz de informação relativa aos objetos existentes. Com este propósito, tem-se o controlo de autoridade, que será falado no ponto seguinte.

2.4 O Controlo de Autoridade

Não é apenas o conhecimento que carece de organização. Os catálogos das bibliotecas, na sua imensidão de itens podem assemelhar-se a uma amálgama de registos bibliográficos, sendo necessário implementar métodos de organização e recuperação de informação para que todo o seu potencial possa ser efetivamente ser aproveitado.

Com os catálogos tradicionais em livros e em fichas a requererem atualizações regulares e demoradas para conseguirem acompanhar a evolução tecnológica, foram surgindo os catálogos digitais. Enquanto que os pontos de acesso dos catálogos tradicionais eram facilmente controláveis e permitiam o fácil agrupamento das obras de um mesmo autor, a ideia que persistiu com o aparecimento dos catálogos digitais era que, como estes tinham por trás um suporte de máquinas, seriam mais fáceis de gerir. No entanto, devido a vários fatores como mudanças de regras de catalogação e descoberta de novos dados relativos a uma entidade, juntamente com o aumento interminável dos volumes detidos pelas bibliotecas, foi rapidamente compreendido que o controlo de autoridade iria ser um ponto essencial da manutenção dos catálogos digitais.

Num catálogo, temos controlo de autoridade quando os pontos de acesso relativos a um item estão bem definidos: estes pontos devem representar uma única entidade; cada entidade é representada por um ponto de acesso autorizado, e; verifica-

se a existência de pontos de acesso não autorizados, cujo propósito centra-se em apoiar o utilizador na navegação do catálogo (Assumpção, Santos, and Zafalon 2017).

Um outro ponto de vista, o de Zhu, (2019) mostra a seguinte perspetiva relativamente ao controlo de autoridade:

“(...) is a set of procedures to update the authority file and to maintain consistency in the form of the headings used in bibliographic records by verifying the headings against the authority file. Under authority control, various forms of the same name, subject, and title will be brought together under one authorized heading in order to improve the precision of information retrieval. Authority records provide see and see also references that serve as pointers to authorized forms of headings in library online catalogs.”.

O controlo de autoridade é assim um dos principais meios que permitem e facilitam o acesso aos recursos de uma biblioteca. Isto é feito através de pontos de acesso que podem ser tanto o autor da obra, como o assunto ou área do conhecimento em que esta se insere (Dagher and Soufi 2021).

Aos dados cujo propósito é o de conseguir aplicar controlo de autoridade é dada a denominação de ‘dados de autoridade’, sendo estes compostos pelo agregado de informações relativas a uma pessoa, família, empresa, ou trabalho cujo nome é utilizado como base para um ponto de acesso. (IFLA Working Group on the Functional Requirements for Subject Authority Records (FRASAR) 2010).

Com o passar dos anos, a área do controlo de acesso, juntamente com os catálogos das bibliotecas, passou por vários projetos e padrões. Em meados de 1960 foi possível começar a implementar esforços de automação que permitissem uma manutenção mais facilitada dos catálogos, nomeadamente através da distribuição de registos bibliográficos em fitas magnéticas, com o uso do Formato MARC (MACHINE Readable Cataloging) desenvolvido pela Library of Congress (Avram 1968). Alguns anos depois, em 1969, foi anunciado o Formato MARC II, desenvolvido pela mesma instituição que a versão anterior. Desde então, e até aos dias de hoje, este formato tem sido mantido e atualizado, sendo atualmente denominado como ‘MARC 21 Format for Authority Data’ (Assumpção, Santos, and Zafalon 2017).

Para além disto, existem ainda outros modelos desenvolvidos com o propósito de padronizar o controlo de autoridade. Uma organização que tem vindo a implementar bastantes esforços no que toca a controlo de autoridade é a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA). As suas principais publicações relativas ao controlo de autoridade são os FRAD (*Functional Requirements for Authority Data*) e também os FRSAD (*Functional Requirements for Subject Authority Data*), sendo o primeiro o resultado do *IFLA Working Group on the Functional Requirements and Numbering of Authority Records* (FRANAR) e o segundo o resultado do *IFLA Working Group on the Functional Requirements for Subject Authority Records* (FRSAR).

O documento FRAD concentra-se em fornecer um enquadramento para a análise dos requisitos funcionais do tipo de dados de autoridade que são necessários para apoiar o controlo da autoridade e para a partilha internacional de dados de autoridade. O modelo centra-se nos dados, independentemente de como possam ser empacotados (por exemplo, nos registos das autoridades), tendo sido desenhado com o propósito de não só servir como um quadro de referência para relacionar os dados que são registados pelos criadores de registos de autoridade com as necessidades dos utilizadores desses dados, mas também para ajudar na avaliação do potencial de

partilha e utilização internacional dos dados das autoridades (IFLA Working Group on the Functional Requirements for Subject Authority Records (FRASAR) 2010).

Já o FRASAD procura também dar um enquadramento para o controlo de autoridade, tal como o FRAD, mas com o objetivo de proporcionar uma compreensão clara e comumente partilhada sobre o que os dados/registos/arquivos da autoridade responsável visam fornecer informações e a expectativa que tais dados devem alcançar em termos de resposta às necessidades dos utilizadores (IFLA Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR) 2009).

De acordo com os FRAD, um registo de autoridade comum contém, normalmente:

“(...) the authorized access point for the entry as established by the cataloguing agency as the default form for displays in its catalogue, as well as access points for variant forms of name and authorized access points for related entities. The authority record will also normally include information identifying rules under which the controlled access points were established, the sources consulted, the cataloguing agency responsible for establishing the controlled access points, etc.”

Ainda assim, podem existir variações nalguns destes campos devido à existência de diferentes regras de catalogação, cada uma com as suas particularidades.

Deve-se sublinhar que o método seguido para a criação deste modelo conceptual segue uma técnica de análise de entidades utilizada nos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), algo que ajuda a compreender a importância do tópico do controlo de autoridade na área da biblioteconomia. As entidades focadas nesta técnica são compostas por pessoa, pessoa coletiva, família, trabalho, expressão, manifestação, item, conceito, objeto, evento e local (IFLA Working Group on the Functional Requirements for Subject Authority Records (FRASAR) 2010).

Como se pode ver, o controlo de autoridade é uma atividade que não deve ser descurada pois é através desta que se consegue manter o catálogo de uma biblioteca coeso e com integridade. Apesar de várias atividades desempenhadas diariamente pelos funcionários destas instituições serem englobadas pelo termo ‘controlo de autoridade’, existe também a possibilidade de se recorrer a um vendedor especializado neste tipo de serviços. Vellucci (2004) nota que como o controlo de autoridade requer recursos (quer humanos quer financeiros) a que muitas vezes as bibliotecas não têm acesso, estas podem optar por recorrer a empresas externas, o que oferece benefícios como um aumento da eficiência na implementação do serviço, bem como custos controlados. Ainda assim, a intervenção dos funcionários da biblioteca nunca vai ser nula. A empresa contratada irá sempre necessitar do apoio de alguém que esteja familiarizado com a coleção para monitorizar todo o processo e detetar eventuais falhas.

Num estudo centrado no recurso a vendedores por parte das bibliotecas, em matérias relativas ao controlo de autoridade, Mugridge et al. (2018) notam que apesar de nas últimas duas décadas o apoio dos vendedores em atividades de controlo de autoridade ter vindo a diminuir, as bibliotecas continuam a recorrer a estes serviços para que consigam manter a integridade e exatidão dos seus catálogos online.

É através destes catálogos que é possível obter informações relativas aos itens disponíveis numa determinada biblioteca. Como estes itens podem ser de vários formatos e géneros, os principais campos usados como pontos de acesso são os nomes dos criadores das obras e os assuntos. Focando um pouco nos nomes dos criadores, existem várias dificuldades que não se encontram quando é feito o controlo de autoridade por assunto. Estes podem ser nomes de pessoas, empresas, títulos, entre

outros. Aqui o controlo de acesso começa a deparar-se com várias dificuldades, sendo algumas delas referidas por Dagher e Soufi (2021):

- Pessoas diferentes partilharem o mesmo nome;
- Use de pseudónimos (por exemplo, Nora Roberts escreve algumas das suas obras sob o nome J. D. Robb);
- Uso apenas das iniciais do nome;
- Mudança de nome (por exemplo, em caso de casamento);
- Mesmo nome possuir grafias diferentes em idiomas distintos (por exemplo, André em Português e Андрей/Andrei em Russo);
- Utilização de alfabetos que não o Latino, como o alfabeto Cirílico, Árabe, Hebraico, Chinês Japonês ou Coreano.

A utilização de nomes em línguas que não utilizam o alfabeto Latino requerem algum conhecimento do idioma. Assim, a rota mais simples em termos de facilidade de uso pelo utilizador passa pela romanização. Existem também outros desafios relativos a limitações do conhecimento do idioma por parte dos funcionários da biblioteca e também problemas técnicos com a utilização dos caracteres diferentes.

A romanização dos nomes possui tanto benefícios como desvantagens. Como benefícios, temos a descoberta de novas fontes de informação por parte de utilizadores que não são proficientes em idiomas estrangeiros, permite a utilização de uma única página de resultados ao invés de múltiplas (uma para cada alfabeto) e, também, a integração destes resultados em catálogos pré-Unicode, os quais não conseguem interpretar vários caracteres. A romanização apresenta também benefícios no que toca a tarefas diárias dos bibliotecários como a aquisição e empréstimos, tarefas que se tornam muito mais difíceis quando é necessário utilizar um alfabeto com o qual não se está familiarizado. Dagher e Soufi (2021) representam a dificuldade do controlo de autoridade em idiomas que não utilizam o alfabeto latino com vários exemplos da língua árabe, onde um pequeno sinal de pontuação pode afetar a pronúncia de um nome. Estes autores acrescentam ainda que:

“In preparing for a linked data environment, VIAF fits well in the efforts of libraries to move away from traditional authority control, in which unique strings are tied to a set of standards and secured in a monitored record, toward unique and persistent identifiers that present web-resolvable entities.”

Ao longo do tempo, foram surgindo várias instituições e padrões cujo objetivo é o controlo dos nomes das entidades para utilização em pontos de acesso.

Um exemplo disto é o *Name Authority Cooperative* (NACO), que atualmente pertence ao *Program for Cooperative Cataloging* (PCC). O NACO permite que várias centenas de instituições façam a preservação e manutenção contínua de um volume gigantesco de registos de autoridade de pessoas individuais, pessoas coletivas, nomes de famílias, títulos e jurisdições (Dagher and Soufi 2021).

Para além disto, existe ainda o VIAF (*Virtual International Authority File*), o qual recolhe e agrega dados de autoridade de várias fontes numa base de dados central, agrupando, fundindo e individualizando registos, atribuindo também a cada registo de autoridade um identificador único. Infelizmente, este processo pode levar a perda de alguns registos, devido a divisões ou uniões erradas, podendo ainda ser um passo importante no longo processo de preparação dos dados bibliotecários para a integração na web (Tillett 2004).

Downey (2019) refere também a existência do ORCID (*Open Researcher and Contributor Identifier*). Este permite que o próprio criador de uma obra crie e mantenha o seu próprio perfil, onde podem ser feitas ligações para os seus outros trabalhos, bem

como dados relativos ao seu emprego atual, educação e outros nomes que empreguem. A cada criador é atribuído um código único de 16 números, não existindo qualquer barreira à utilização ou registo neste serviço. Apesar de isto facilitar o trabalho dos bibliotecários aquando do uso dos nomes como pontos de acesso, esta autora nota que podem existir problemas, especialmente se o criador não mantiver o seu perfil atualizado.

2.4.1 Os catálogos e os *linked data*

A distinção entre o catálogo de uma biblioteca e uma descrição do inventário detido por esta é feita através da capacidade de se fazer uma pesquisa por termos de assunto. Larson (1989), refere que o acesso por assunto equipa os utilizadores de um catálogo com os meios para localizar livros que possam satisfazer as suas necessidades, mesmo sem saberem títulos de obras ou nomes dos autores.

O mais comum é ver-se os dados das bibliotecas implementados de uma forma voltada para a utilização humana. Zhu (2019) defende que se os dados das bibliotecas forem transformados em *linked data*, isto irá permitir uma maior uso destes dados na *Web Semântica*. O objetivo da *Web Semântica* é criar uma rede de conhecimento e serviços em que a semântica dos conteúdos é tornada explícita e onde o conteúdo é interligado, não só a serviços, como também a outros conteúdos. Isto permite que aplicações combinem conteúdos provenientes de vários locais, por forma a que possa existir uma boa ligação entre as necessidades dos utilizadores e o conteúdo (Zhu 2019).

Através da correção de uma multitude de nomes e pontos de acesso nos seus catálogos, as bibliotecas irão conseguir passar do uso de *strings* de texto criadas através de métodos de controlo de autoridade para a utilização de uma única identidade. Isto será feito através de *linked open data* (Jin and Kudeki 2019).

Linked data é um conjunto de boas práticas para a publicação e interligação de dados estruturados na *web*, sendo suportada por tecnologias como por exemplo *Uniform Resource Identifier* (URI) e *Resource Description Framework* (RDF) (Bizer, Heath, and Berners-Lee 2009).

Os conceitos de *linked data* podem ser aplicados aos dados de autoridade. Zhu (2019) acrescenta sobre isto, dizendo que para que os dados de autoridade possam ser geridos como *linked data*, é importante compreender e seguir os quatro princípios propostos por Tim Berners-Lee em 2006, sendo eles: Usar URIs como nomes de coisas; Usar URIs HTTP para que seja possível procurar esses nomes; Quando alguém procura um URI, fornecer informação RDF útil utilizando os padrões adequados, e; Incluir ligações para outros URIs para que seja possível descobrir coisas novas.

Linked data tem ainda o benefício acrescido de poder suportar *queries* mais complexas e oferecer mais visibilidade e interoperabilidade aos dados (Hallo, Luján-Mora, and Trujillo 2014).

Existe um interesse crescente em soluções de *linked data* na área de controlo de autoridade de nomes em bibliotecas digitais, especialmente em repositórios institucionais. *Linked data* tem também sido vista como um bom método para armazenar metadados relativos não só a bibliotecas, mas também a arquivos e museus que integram o setor do património cultural (Downey 2019).

Muito do trabalho desenvolvido no controlo de autoridade é feito de forma manual, algo que requer recursos humanos e bastante tempo. Isto, aliado aos orçamentos pequenos com que as bibliotecas têm de operar leva a que, por vezes, questões de controlo de autoridade sejam difíceis de cumprir. Downey (2019) defende que estes aspetos podem ser ultrapassados através da migração dos nomes das entidades de “*strings*” para “*coisas*”, permitindo que máquinas consigam ler os dados e

que estes sejam utilizáveis em vários sistemas. Estes são ponto fulcrais no processo de tornar a informação das bibliotecas em algo que pertence verdadeiramente num ambiente *web*.

3. Estudo de Caso

3.1 A Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva

A Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva (FIMS) foi resultado da transformação do Instituto Arquiteto José Marques da Silva (IMS), o qual havia sido criado em 1994, numa Fundação de direito privado pela Universidade do Porto em 2009. Tendo herdado, não só o património, mas também a missão do IMS, a FIMS alberga uma grande coleção de documentação relativa principalmente à arquitetura portuguesa e portuense, sendo dado especial destaque ao acervo da família Marques da Silva/Moreira da Silva (“UP AtoM Server - Fundação Instituto Arquitecto José Marques Da Silva” 2021).

A missão desta fundação foca-se, fundamentalmente, não só na promoção científica e formativa do património arquitetónico e artístico de vários arquitetos, mas procura também aumentar a valorização artística e cultural desta atividade profissional. Para isto é feito um estudo cuidadoso dos acervos, para a sua posterior preservação, investigação e divulgação (“A Fundação - Fundação Instituto Marques Da Silva” 2021). A localização física dos acervos sedia-se no conjunto imobiliário formado pela Casa-Atelier do Arquiteto Marques da Silva e pelo palacete da família Lopes Martins, localizada na Praça Marquês do Pombal no Porto (“Apresentação - Fundação Instituto Marques Da Silva” 2021).

Apesar de o principal acervo ser o da família Marques da Silva/Moreira da Silva, ao longo dos anos tem vindo a ser obtido o património de outros arquitetos influentes, através de, principalmente, doações e também o desenvolvimento de uma coleção de monografias e periódicos através de permutas com outras instituições. Entre os acervos incorporados temos, a título de exemplo, o do Arquiteto Alcino Soutinho (1930-2013) e o do Arquiteto militar João Marcelino Queiroz (1892-1982). Estes acervos, juntamente com outros que se encontrem à guarda da FIMS, são geridos pelo Serviço de Documentação e Informação Arquitetónica e Artística (SDIA), podendo ser consultados mediante marcação prévia (“A Documentação - Fundação Instituto Marques Da Silva” 2021).

Para além de tudo isto, a FIMS ainda possui várias iniciativas não só de divulgação da arquitetura, mas também um Gabinete de Investigação em Cultura Arquitetónica (GICA). Este gabinete é uma sub-unidade do Centro de Documentação e Investigação em Cultura Arquitetónica (CICA) da FIMS e tem como missão enquadrar e dinamizar a investigação cultural arquitetónica, bem como promover a valorização tanto científica como cultural dos sistemas de informação à guarda da FIMS (Investigação | Fundação Instituto Marques Da Silva, 2021). Relativamente a outras iniciativas de divulgação, a FIMS conta com exposições, colóquios, conferências, publicações e também podcasts, sendo estes últimos uma resposta direta à situação de confinamento que se tem vindo a verificar.

3.2 A Biblioteca

A biblioteca da FIMS tem, no seu núcleo, o acervo legado pelos arquitetos Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva, que integra a biblioteca do arquiteto Marques da Silva (1869-1947) e da sua família. Por sua vez, este acervo é parte integrante do Sistema de Informação Permanente Marques Moreira da Silva. Além disto, ao longo dos anos foram sendo integrados acervos de outros arquitetos influentes, como por exemplo o acervo do Professor Arquiteto Fernando Távora.

Muitos dos documentos albergados nestes acervos incluem obras literárias, tanto pertencentes às bibliotecas pessoais dos arquitetos como outras obras de referências necessárias para as suas vidas profissionais. Voltando a usar o acervo do

Professor Arquiteto Fernando Távora como exemplo, a sua biblioteca contém cerca de 4500 títulos, sendo várias destas obras de referência pertencentes às áreas da Arquitetura, da História da Arte, e também da Cultura (Catálogo UP, 2021).

Os Sistemas de Informação que podem ser acedidos através do catálogo da FIMS possuem tanto um carácter pessoal, como familiar. Desta forma, através das ligações entre os produtores, é possível aceder a estes documentos através da sua catalogação, percorrendo o Quadro Orgânico-Funcional. É este Quadro que permite uma interligação entre a informação bibliográfica, arquivística e museológica, cada uma suportada por uma base de dados específica, podendo ser possível pesquisar por todos os objetos e documentos pertencentes a uma determinada pessoa ou família (Catálogo UP, 2021).

3.3 Os Utilizadores

Visto que um dos principais objetivos desta dissertação é a implementação de um SOC no catálogo da biblioteca digital da FIMS, deve-se ter em conta o perfil dos utilizadores que irão recorrer a este serviço. Compreender quem está a utilizar os serviços disponibilizados por uma biblioteca é uma mais-valia pois é através daqui que uma instituição consegue perceber como melhor apoiar e servir os seus utilizadores. Um dos aspetos que são influenciados por esta compreensão é, por exemplo, a especificidade dos assuntos a que os itens do catálogo se referem.

Para isto, foi feita uma análise a uma seleção de fichas de inscrição, as quais são preenchidas pelos utilizadores da FIMS aquando da consulta física de documentos pertencentes aos vários sistemas de informação. As fichas selecionadas são referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020, sendo assim possível ter uma visão dos utilizadores que passaram pela fundação nos anos recentes, não tendo sido possível analisar anos anteriores por motivos de tempo. Deve-se notar que em muitas das fichas foram deixados vários campos em branco pelos utilizadores, não sendo possível obter a totalidade das informações.

A seleção destas fichas prendeu-se na utilização de dados recentes e provenientes de um conjunto completo, ou seja, um ano concluído. Isto levou à exclusão das fichas do ano de 2021 (por este ainda estar a decorrer) e também dos anos anteriores a 2018, devido ao volume de dados que seria necessário tratar. Quanto ao número de fichas analisadas, existe um total de 153 itens, sendo 41 provenientes do ano de 2020, 56 do ano de 2019 e outras 56 do ano de 2018.

Uma informação que é importante referir, é que apesar de esta amostra não representar a realidade da instituição, permite obter uma base para compreender o nível de profundidade que deve ser dado ao tratamento dos assuntos relativos a arte e arquitetura presentes no catálogo do sistema de informação Marques da Silva/Moreira da Silva.

Assim, foram selecionados cinco aspetos para análise, nomeadamente a profissão, a existência (ou não) de vínculo a uma instituição ou empresa, o interesse de pesquisa, o distrito ou país de proveniência, e também as universidades e outros locais de ensino a que os utilizadores possam estar vinculados. Tal como já foi referido, surgiram situações em que o campo era deixado em branco, existindo também situações em que a informação não era legível ou os dados fornecidos pelo utilizador não eram suficientes. Nestes casos, foi introduzida uma opção denominada “não especificado”, sendo que estas situações surgiram em todos os aspetos.

Passa-se então a explicar em que consistem estes cinco aspetos selecionados. Começando pelo interesse de pesquisa, este foi dividido em interesse pessoal (que engloba, por exemplo, casos em que o dono de um edifício criado por um dos arquitetos

cujo acervo se encontra na FIMS procura as plantas para efetuar renovações), interesse académico (constituído por todo o tipo de trabalhos académicos, como por exemplo dissertações), interesse profissional (o qual inclui não só atividade de arquitetos vinculados a empresas, mas também professores a prepararem aulas, e a elaboração de exposições), e o já referido interesse não especificado. Deve-se notar que os interesses académicos e profissionais por vezes intersejam-se, como no caso de arquitetos em pós-doutoramento, sendo que nessas situações foi contabilizado apenas o que estava colocado no campo relativo ao interesse de pesquisa. Passando ao vínculo a instituição, este divide-se em vínculo a universidades (podendo estas ser nacionais ou internacionais) e a empresas, englobando também trabalhadores independentes, reformados e, novamente, vínculo não especificado. De seguida, a profissão é composta pela ocupação dos utilizadores, a qual vai desde estudantes, professores e arquitetos, até curadores, engenheiros civis e reformados, para nomear alguns exemplos. Deve-se notar que alguns dos utilizadores colocaram como profissão, por exemplo, “arquiteto/investigador”. Nestes casos em que não é colocada apenas uma profissão concreta foi respeitada a decisão do utilizador, existindo desta forma campos em que são repetidas profissões, especialmente no caso de “professor”, “arquiteto” e “investigador”. No campo relativo ao distrito ou país de proveniência é especificado o distrito de residência do utilizador (em caso de pessoas provenientes de Portugal) ou o país de origem (no caso de pessoas provenientes de outros países). Por fim, relativamente aos locais de ensino a que os utilizadores podem estar vinculados tem-se uma lista de todas as universidades, escolas e institutos referidos nas fichas de inscrição, existindo também referência a vários centros de investigação inseridos em várias universidades.

No Anexo A estão disponíveis as tabelas onde foram compilados todos os dados obtidos através da análise às fichas dos utilizadores. Foi através disto que foi possível chegar à conclusão que a grande maioria dos utilizadores é composta por profissionais e estudantes da área da arquitetura, especialmente provenientes do distrito do Porto. O interesse demonstrado por utilizadores provenientes de, não só outros pontos de Portugal, mas também de outros países, revela a importância dos trabalhos arquitetónicos desenvolvidos pelos arquitetos cujo espólio é salvaguardado pela FIMS, sendo muitos destes edifícios localizados em zonas importantes da cidade do Porto, como por exemplo, a estação de São Bento.

Assim, tendo em conta os dados analisados, pode-se concluir que é possível (e preferível) a utilização de um vocabulário altamente especializado na área da arquitetura no que toca à catalogação dos itens na biblioteca digital da FIMS. A grande maioria dos utilizadores inscritos nesta fundação procuram aceder a informações relevantes e aplicadas à área específica em que se inserem. Isto é especialmente verdadeiro para os alunos de arquitetura que necessitam de se familiarizar com toda a terminologia necessária à sua futura profissão.

Com o passar do tempo e com a incorporação de novos sistemas de informação a temática em que a FIMS se foca foi evoluindo, desde a história da arte até ter um foco cada vez maior na arquitetura. Para além disto, apesar de a FIMS se focar na salvaguarda de acervos de vários arquitetos, muitos deles nutriam uma paixão pela arte, existindo muita documentação relativa a esta área. Apesar de os utilizadores da FIMS não procurarem informação na área da arte com a mesma intensidade que se verifica na área da arquitetura, considera-se que o nível de detalhe a dar aos termos relativos a arte deve ser semelhante ao nível dado aos termos de arquitetura, por forma a que a globalidade do catálogo tenha um bom nível de coerência, não dando mais destaque a uma área do conhecimento do que a outra.

3.4 Estudo da coleção

Como a globalidade dos fundos presentes na FIMS é muito extensa, o que iria dificultar a conclusão atempada da presente dissertação, foi decidido trabalhar apenas o fundo da família Marques da Silva/Moreira da Silva. Esta é composta pelos familiares do Arquiteto José Marques da Silva, bem como da família Moreira da Silva, através do casamento de Maria José Marques da Silva (filha do Arquiteto José Marques da Silva) com David Moreira da Silva. Existe também a presença de uma outra família, os Lopes Martins, através de casamento com uma descendente.

Os itens presentes neste fundo foram doados, primeiramente à Universidade do Porto por Maria José Marques da Silva com o intuito de criar o Instituto Arquiteto José Marques da Silva, sendo posteriormente herdados pela FIMS, juntamente com as competências do anterior instituto.

Trata-se de um sistema de informação fechado, que possui documentação pessoal e profissional da família, sendo dividido em quatro secções relativas às gerações da família Marques da Silva/Moreira da Silva, bem como um subsistema de informação relativo aos Lopes Martins.

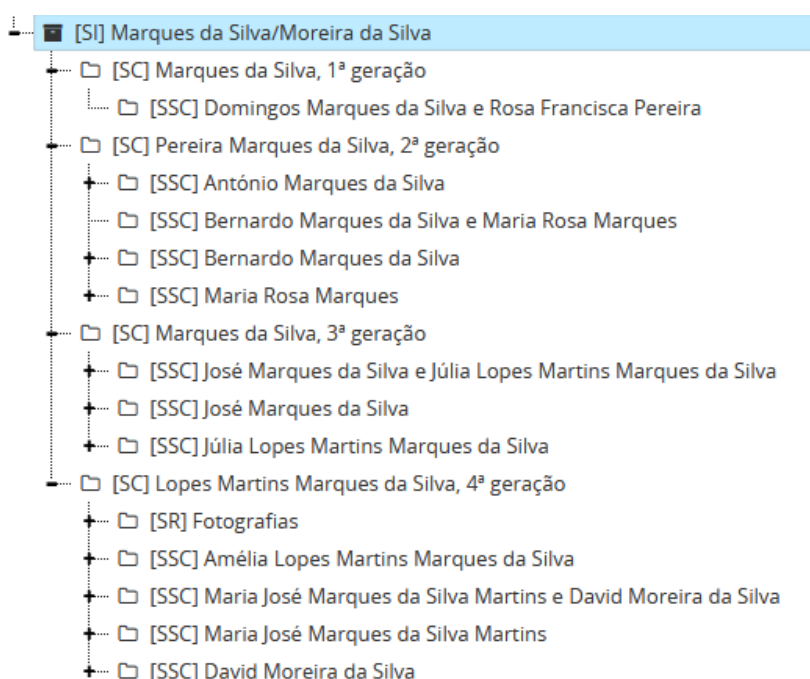


Figura 1: Estrutura do sistema de informação Marques da Silva/Moreira da Silva tal como presente no arquivo Atom

Como se pode ver na figura 1, dentro de cada geração é feita a divisão pelos vários elementos da família e, sempre que possível, a documentação destes é dividida pelas fases da sua vida. Esta é a estruturação dada a uma pessoa no Quadro Orgânico-Funcional: no caso de uma família a estrutura divide-se primeiro por gerações e de seguida por casal principal e irmãos de um dos cônjuges; no caso de uma pessoa, a estruturação ocorre por meio das fases da vida (infância adolescência, juventude e adultez) (Catálogo UP, 2021).

Já no catálogo online da biblioteca, o Sistema de Informação Marques da Silva/Moreira da Silva apresenta 2809 resultados sendo estes compostos essencialmente por duas tipologias documentais: livros e periódicos.

Os assuntos a que estas obras se referem não se limitam às áreas da arte e arquitetura, embora seja nestas que se pode colocar a grande maioria dos assuntos, englobando também, por exemplo, catálogos de empresas, turismo, política, economia, legislação e várias ciências.

Relativamente aos idiomas, os documentos encontram-se maioritariamente em português, inglês e francês.

Apesar de grande parte das obras não ter um objeto digital associado, existem algumas exceções. Alguns livros têm disponível uma imagem da sua capa e, por vezes, existe uma ligação URL para uma página externa onde se podem encontrar mais informações sobre um determinado item.

Por fim, deve-se também referir que a FIMS possui uma lista de termos criada especificamente para o catálogo da biblioteca digital. Procurando alguns dos termos presentes na lista no catálogo estes, de facto, aparecem como assuntos dos itens que surgem como resultados. Apesar de tudo, esta lista de termos está incompleta e, após uma examinação cuidada, foram encontradas várias inconsistências entre alguns dos termos, algo que será analisado com mais pormenor no ponto 4.1 – A lista de termos da FIMS e o tesauro AAT.

3.5 SOC relativos a Arte e Arquitetura

Para que a organização do conhecimento presente na biblioteca digital da FIMS seja feita de uma forma correta, procurou-se então perceber quais os SOC existentes na área da Arte e Arquitetura.

Para se conseguir compreender o que faz com que determinado SOC seja realmente útil e de fácil implementação nos sistemas de informação de bibliotecas, arquivos, e também museus em vários locais do mundo, cada um com objetivos diferentes para as suas coleções, é necessário compreender todo o trabalho que foi sendo desenvolvido ao longo dos anos e através de várias iniciativas e projetos. Deve-se também perceber as diferenças entre os vários tipos de instituições, especialmente no que toca à colaboração interinstitucional. Focando um pouco neste aspeto, Taylor (1996) sublinha que as diferenças existentes relativamente a esta colaboração resultam da diferente mentalidade que as instituições têm relativamente aos seus itens; enquanto que as bibliotecas se veem como repositórios de itens partilhados, os arquivos e os museus vêem-se como repositórios de itens únicos. É esta diferença que colocou as bibliotecas à frente na “corrida” à implementação de métodos de controlo nas suas coleções. Um outro aspeto que diferencia as bibliotecas dos arquivos e dos museus é o diferente tipo de público que acede aos seus registos catalográficos.

No que toca ao domínio da Arte e Arquitetura acrescenta-se ainda um outro aspeto que dificulta os trabalhos de catalogação e indexação: a presença de objetos visuais como por exemplo, esculturas, cuja descrição é subjetiva de pessoa para pessoa. Isto também se aplica aos substitutos visuais destes objetos (por exemplo uma fotografia).

A pesquisa de SOC de arte e arquitetura foi feita, não só através dos artigos e livros examinados para a elaboração desta dissertação, mas também através do *Basic Register of Thesauri, Ontologies & Classifications*, também conhecido como BARTOC. Este foi fundado por Andreas Ledl sob o nome *Basel Register of Thesauri, Ontologies & Classification* e seu principal objetivo é listar o maior número possível de SOC num único local, por forma a permitir uma maior visibilidade destes, destacar as suas características, fazer com que sejam pesquisáveis e comparáveis, fomentando também a partilha do conhecimento (Bartoc.org 2021).

De toda a pesquisa efetuada resultou uma lista relativamente extensa de SOC dedicados a arte, arquitetura, ou a ambas as áreas, em vários idiomas desde, por exemplo, o inglês, até ao alemão e ao coreano. Alguns dos SOC selecionados numa primeira pesquisa foram, a título de exemplo, o *Systematics Art/Architecture*, o *Dictionary of arts: architecture, sculpting and painting*, o *Glossary of contemporary art*, a *Encyclopedia of Art Knowledge* e o *Getty Art and Architecture Thesaurus*.

Devido à extensão da lista inicial, foi necessário estabelecer alguns critérios para que fosse possível reduzir o número de SOC a analisar em mais detalhe. Estes critérios

centram-se no escopo do SOC (quando são muito focados num determinado aspeto poderão não conseguir representar corretamente a coleção Marques da Silva/Moreira da Silva), no seu idioma (deu-se preferência a SOC em português ou em inglês), no tipo de SOC (tal como referido no escopo, SOC como glossários e enciclopédias poderão não ser suficientes para representar a coleção em estudo), a área do conhecimento em que o SOC se foca (caso sejam apenas direcionados para arte ou para arquitetura, são excluídos), e também a notoriedade do SOC na literatura académica.

Tendo tudo isto em conta, os SOC selecionados para uma análise mais extensa são o *Library of Congress Thesaurus for Graphic Materials* e o *Art and Architecture Thesaurus*, sendo feita também referência a outros SOC que os acompanham e completam.

Por forma a dar um breve contexto ao caminho percorrido pelo desenvolvimento dos SOC utilizados em bibliotecas, arquivos e museus, é também apresentado, antes da análise aos dois SOC selecionados, um dos primeiros esforços realizados para auxiliar indexadores e catalogadores nas suas tarefas.

3.5.1 Nomenclature for Museum Cataloging

Em 1978 Robert Chenhall apresentou a *Nomenclature for Museum Cataloguing*, o resultado de um esforço para facilitar o acesso a coleções de objetos de origem humana que serviu como uma base para o início da organização e uso de vocabulários controlados nas tarefas de catalogação e indexação num domínio que tradicionalmente não o fazia, os museus. Deve-se notar que, segundo Taylor (1996) este foi o primeiro manual cujo objetivo principal é abordar as necessidades especiais que as coleções de artefactos possuem.

Este projeto contém duas componentes: um vocabulário controlado e um sistema para classificação, sendo este último composto por dez “categorias” que agrupam os objetos pela sua função, nomeadamente *Built Environment Objects*, *Furnishings*, *Personal Objects*, *Tools & Equipment for Materials*, *Tools & Equipment for Science and Technology*, *Tools & Equipment for Communication*, *Distribution & Transportation Objects*, *Communication Objects*, *Recreational Objects*, e por fim, *Unclassifiable Objects* (Nomenclature for Museum Cataloging 2021). Cada uma das categorias é acompanhada de uma definição, existindo também vários parágrafos cujo objetivo é fornecer uma maior diferenciação entre as categorias. Estas dividem-se também em “termos de classificação”, formando uma hierarquia (Taylor 1996).

Este mesmo autor refere também que a nomenclatura de Chenhall

“(...) provides a classification system that begins to approach the intellectual orientation of material culture scholars. The system abandons any reliance on the artist/date/style paradigm and offers an exciting new point of entry into artifact collections (...).”

Atualmente, a *Nomenclature for Museum Cataloging* continua a ser utilizada pela comunidade museológica da América do Norte sob o nome “*Nomenclature 4.0*” e a sua manutenção e desenvolvimento é realizado pelo *Nomenclature Comitee*. Para além de três revisões, em 1988, 2010, e 2015, foi também lançada em 2018 uma página web relativa a esta nomenclatura. Nesta página web é sublinhado que, apesar de a Nomenclatura se focar em objetos que resultam da atividade humana, englobando várias áreas do conhecimento, demarca-se que esta norma não inclui todos os termos que podem ser necessários num determinado museu e que poderá não ser a melhor escolha para todas as situações (Nomenclature for Museum Cataloging 2021).

3.5.2 Library of Congress Thesaurus for Graphic Materials

O *Library of Congress Thesaurus for Graphic Materials* (LCTGM) é uma ferramenta que permite a indexação de materiais visuais por assunto e por formato ou género, contendo cerca de 7,000 termos de assunto, juntamente com 650 termos relativos ao género ou ao formato (Library of Congress 2021).

Originalmente, este tesouro era apenas uma lista preliminar de terminologia de assunto da *Prints & Photographs Division* (P&P) da Biblioteca do Congresso, sob o nome '*Subject Headings Used in the Library of Congress Prints and Photographs Division (SHP&P)*'. Posteriormente, em 1987, esta lista foi publicada sob a forma de um tesouro, passando a ser denominado como *Thesaurus for Graphic Materials* (TGM), sendo composto por termos provenientes de 50 anos de trabalho em catalogação e indexação na P&P, refletindo assim os objetos mantidos por esta divisão. Infelizmente isto levou à criação de um tesouro não exaustivo, onde todos os tópicos da sua área de abrangência são representados (Library of Congress 2017b).

Apesar de inicialmente o LCTGM ser composto por dois volumes, o primeiro para termos de assunto (*Thesaurus of Graphic Materials I: Subject Terms* (TGM I)) e o segundo para os termos de género e características físicas (*Thesaurus for Graphic Materials II: Genre and Physical Characteristic Terms* (TGM II)), em 2007 foram ambos consolidados num único vocabulário, denominado simplesmente de *Thesaurus for Graphic Materials*, tendo sido feitas pequenas alterações, como por exemplo as “notas públicas” passarem a denominar-se como “notas de escopo”, tendo sido ainda acrescentados novos campos por forma a clarificar o uso dos termos. O tesouro foi também migrado para um novo software e a nova versão está disponível para navegação através do *Prints & Photographs Online Catalog* (PPOC) (Library of Congress 2017d).

Na página online onde são apresentadas as características do LCTGM é feita referência aos materiais que podem ser indexados através deste tesouro, nomeadamente

“(...) subjects represented in a variety of still image media and formats, including prints, photographs, drawings, posters, architectural drawings, cartoons, and pictorial ephemera. The thesaurus provides a controlled vocabulary for describing a broad range of subjects depicted in such materials, including activities, objects, types of people, events, and places”.

Sublinha-se também que apenas são incluídas categorias relativas ao assunto, sendo excluídos os nomes de pessoas, organizações, locais geográficos e eventos, bem como conceitos relativos a iconografia e história da arte. Apesar disto, podem ser encontrados termos ligados a ideias abstratas quando estas são representadas em certos tipos de imagens, como por exemplo “cartoons”. Este tesouro foi desenvolvido por forma a poder ser usado tanto por quem cria os registos como por quem faz as pesquisas. Desta forma, para além de ter o propósito de ser uma fonte para a descoberta de terminologia relativa a materiais gráficos, o LCTGM possui também diretrizes para a indexação, ajudando os indexadores habituados a materiais textuais a adaptarem-se às melhores práticas para indexar materiais visuais (Library of Congress 2017c).

Os termos são referidos como “possíveis”, quando são autorizados para uso na indexação de termos, e como “não-possíveis”, quando não são adequados para uso em indexação (no original, *postable* e *non postable*).

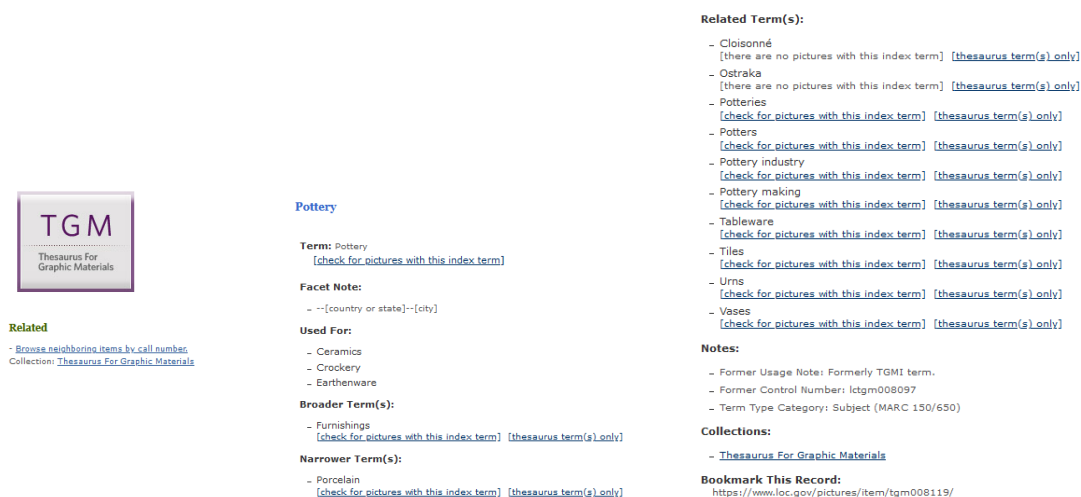
A principal fonte dos termos do LCTGM é o principal tesouro da Biblioteca do Congresso, o *Library of Congress Subject Headings* (LCSH). Estes termos são usados sem qualquer alteração sempre que possível, mas quando necessário, são feitas modificações à sintaxe ou à ortografia para que estes fiquem conformes com as normas seguidas para a construção do LCTGM. Outras fontes de informação são o *Art and Architecture Thesaurus*, o *Webster's Third New International Dictionary*, o *Webster's*

New Collegiate Dictionary, a *Encyclopedia Americana*, bem como os conhecimentos dos especialistas da divisão P&P, de outras divisões da Biblioteca do Congresso, e até mesmo de outras instituições (Library of Congress 2017b).

Este tesouro foi desenvolvido por forma a ir de encontro às necessidades da divisão P&P da Biblioteca do Congresso, podendo também ser utilizado em grandes coleções gerais de imagens históricas que se encontram em muitas bibliotecas, sociedades históricas, arquivos e museus. Desta forma, seria promovida a normalização da catalogação de imagens, ao mesmo tempo que se colmata as necessidades de várias instituições (Library of Congress 2017c).

Alguma da informação que é relevante para a indexação de um termo pode ser encontrada em outros recursos da Biblioteca do Congresso, nomeadamente no *Library of Congress Name Authority File* (nomes pessoais e de órgãos empresariais) e no já referido *Library of Congress Subject Headings* (características geográficas, estruturas, eventos, etc.) (Library of Congress 2010).

Relativamente à sua estrutura, este trata-se de um tesouro organizado alfabeticamente, não possuindo uma estrutura hierárquica que possa ser navegada pelos utilizadores para uma melhor compreensão visual dos termos mais amplos para os mais estreitos. Na figura 2 pode-se ver a estrutura de um termo e os vários elementos que acompanham cada entrada.



The screenshot displays the LCTGM entry for the term 'Pottery'. On the left is the TGM logo. The main entry area includes the term 'Pottery' with a link to check for pictures, a facet note indicating it can be combined with country, state, or city, and a list of 'Used For' categories: Ceramics, Crockery, and Earthenware. It also lists 'Broader Term(s)' (Furnishings) and 'Narrower Term(s)' (Porcelain). To the right, a 'Related Term(s)' section lists various related terms like 'Cloisonné', 'Ostraka', 'Potteries', 'Potters', 'Pottery industry', 'Pottery making', 'Tableware', 'Tiles', 'Urns', and 'Vases', each with a link to check for pictures. Below this is a 'Notes' section with historical usage and control information. At the bottom, it shows the 'Collections' (Thesaurus for Graphic Materials) and a 'Bookmark This Record' link with the URL https://www.loc.gov/pictures/item/tgm008119/.

Figura 2: Exemplo de um termo no LCTGM

Os termos presentes no LCTGM focam-se numa indexação pós-coordenada, ou seja, os termos são listados separadamente para cobrir todos os assuntos representados num determinado item sem haver qualquer indicação sobre as relações que possam existir entre eles. Posteriormente, quem está a fazer uma pesquisa, combina os termos de acordo com as suas necessidades (Library of Congress 2017a).

3.5.3 Art and Architecture Thesaurus

O 'Art and Architecture Thesaurus' (referido daqui em diante como AAT), tal como outros tesouros e listas de indexação na área da biblioteconomia e ciência da informação, veio a ser desenvolvido como uma resposta ao início da automatização dos catálogos e procedimentos de indexação. Neste caso em específico, a necessidade veio das bibliotecas de arte e também de serviços de indexação de jornais académicos de arte nos finais dos anos 1970, tendo posteriormente os catalogadores de objetos museológicos e de coleções de recursos visuais expressado preocupações semelhantes (Getty Research Institute 2020b).

Molholt (2001) diz que a criação do AAT teve as suas raízes no desejo de uma historiadora de arquitetura de criar um esquema de classificação de *slides* nacional único.

Atualmente, trata-se de um tesouro bastante extenso, embora não exaustivo, contendo cerca de 71,000 registos e 400,400 termos (Getty Research Institute 2020a).

Petersen (1990) acrescenta que foi decidido que o AAT deveria ser um tesouro pois este tipo de SOC iria permitir uma representação consistente da informação, escolhendo os termos preferenciais para os vários conceitos selecionados, bem como as suas relações, aliviando também o trabalho dos catalogadores e indexadores ao mesmo tempo que permitiria uma recuperação de informação o mais abrangente possível. A mesma autora refere que, numa fase inicial, foram delineados vários princípios que permitiriam o desenvolvimento e manutenção do tesouro, nomeadamente:

- O AAT seria construído de acordo com os padrões atuais para o desenvolvimento de tesouros, tal como as *Guidelines for the Construction of Monolingual Thesaurus* de 1980 do *American National Standards Institute*,
- Seria estruturado hierarquicamente, com base no modelo do tesouro MESH (*Medical Subject Headings*),
- Teria como base terminologia atual, relevante nas fontes literárias e que fosse validada pela comunidade académica. Caso fosse possível, iria integrar também listas já existentes que pudessem ser melhoradas ou alteradas,
- Seria responsável pela sua circunscrição e teria conhecimento das necessidades dessa mesma circunscrição na profundidade e âmbito da sua terminologia,
- Os dados presentes no tesouro seriam disponibilizados em formatos legíveis por máquina, podendo ser utilizados numa variedade de sistemas automatizados,
- Ter-se-ia um compromisso financeiro, não só para construir o vocabulário inicial, mas também para o manter ao longo do tempo,
- Seria feito um compromisso com os utilizadores relativamente a alterações do vocabulário, as quais não seriam feitas arbitrariamente. Estas mudanças, embora inevitáveis, devem ser planeadas e publicadas com a concordância da comunidade de utilizadores.

A estes princípios foram feitas alterações para que se enquadrassem nas necessidades e contextos sociais que se vieram a verificar nos anos seguintes.

Em 1990 foi feita a primeira publicação do tesouro pela Oxford University Press, existindo uma segunda atualização em 1994. A partir de 1997, a publicação passou a ser feita apenas em formatos legíveis por máquinas devido à impraticabilidade do formato impresso (Getty Research Institute 2020b).

Como as áreas da Arte e da Arquitetura são bastante extensas, o primeiro passo foi recolher um largo conjunto de termos provenientes não só de listas de autoridade já existentes, mas também de literatura focada na história de ambas as áreas, algo que se reflete na seguinte citação de Harpring (2010):

“The original core AAT terms were derived from scattered local lists and other sources, in consultation with a panel of experts in architecture and art.”.

A equipa multidisciplinar por trás do AAT ajudou não só a suplementar e verificar estes termos, mas também a equilibrar as várias frentes da construção de um tesouro (Getty Research Institute 2020b). Petersen (1990) refere que enquanto que todo o trabalho relativo à escolha da terminologia e construção das hierarquias foi realizado por historiadores de arte e/ou arquitetos, o controlo da autoridade dos termos e a gestão do sistema do tesouro pertence aos bibliotecários e cientistas da informação. A

multidisciplinariedade deste grupo de trabalho permitiu que o recurso desenvolvido fosse capaz de responder às necessidades dos vários profissionais que no futuro o iriam utilizar.

Soergel (1995) aponta seis vocabulários já existentes como as principais fontes de conceitos e termos para o AAT no início do seu desenvolvimento: o *Avery Index of Architectural Periodicals* e o BHA (*Bibliography of the History of Art*) do Getty Institute, o *Library of Congress Subject Headings*, a *Nomenclature for Museum Cataloging* de Chenhall, o *RIBA Architectural Periodicals Index* e, também, o RILA (*International Repertory of the Literature of Art*).

Para além disto, o tesouro também conta com fontes externas que apoiam o seu crescimento, sendo o número de contribuidores superior a 300, entre eles o Centro de Documentación de Bienes Patrimoniales no Chile, o Netherlands Institute for Art History e a Academia Sinica of Taiwan (Getty Research Institute 2020b).

Harpring (2010) refere que não só o AAT, mas também os restantes vocabulários Getty abrangem um grande leque de utilizadores e públicos-alvo. Os principais utilizadores destes vocabulários são museus, bibliotecas de arte, catalogadores de coleções de recursos visuais, projetos bibliográficos relativos a arte, investigadores de arte e da história desta, bem como os especialistas de informação que auxiliam estes utilizadores com as suas necessidades. Para além disto, um grande volume de acessos é feito não só pela comunidade estudantil, mas também pelo público em geral.

Algo que não acontece exclusivamente com o AAT, mas que se passa em todos os cinco vocabulários Getty (os quais serão descritos mais abaixo), é o facto de estes poderem ser utilizados de várias formas: como padrões de valores de dados aquando o momento de catalogação, podendo servir como um vocabulário controlado, por exemplo; como assistentes de busca no sistema de recuperação de uma base de dados; como ferramentas de pesquisa e investigação, devido a toda a informação e conhecimento que possuem, e; como Linked Open Data (LOD), sendo que até ao momento, apenas o AAT, o TGN e o ULAN estão disponíveis desta forma (Getty Research Institute 2020b).

Em termos de acesso aos vocabulários, existem duas opções: através de um sistema de gestão de coleções, o qual pode ser adquirido através de um vendedor ou construído de raiz para as necessidades específicas de determinada situação, ou então através das bases de dados online na página web do Instituto Getty, sem nunca esquecer que este método é mais limitado. As bases de dados são atualizadas mensalmente, através de LOD, e estão disponíveis sob a *Open Data Commons Attribution Licence* (ODC-BY) 1.0 (Getty Research Institute 2020b).

Quanto à estrutura, o AAT contém não só termos, mas também outras informações relativas a um determinado conceito (sendo este o foco de cada registo no AAT), podendo os seus termos serem usados para descrever arte, arquitetura, artes decorativas, cultura material, e materiais de arquivo. Os termos podem incluir as formas plurais ou singulares de um conceito, variações de escrita, formas comuns e científicas, bem como sinónimos, existindo sempre um termo demarcado como descritor ou termo preferencial (Getty Research Institute 2020b).

Sendo uma base de dados hierárquica, as ramificações provêm de uma raiz denominada '*Top of the AAT hierarchies*'. As principais subdivisões existentes são feitas através de facetas, as quais são organizadas desde os conceitos mais abstratos, até aos mais concretos. Dentro de cada faceta, os termos são organizados hierarquicamente, desde o mais amplo (designado como BT ou "*broader term*"), que para além de associar determinada classe a um conceito, ajuda a clarificar o seu significado, até ao mais estreito (designado como NT ou "*narrower term*"), o qual é sempre um tipo, exemplo ou manifestação do conceito mais amplo (Getty Research Institute 2020b).

Whitehead (1989) refere que o AAT define as facetas como classes fundamentais de termos que são mutuamente exclusivas, sendo que os seus membros

partilham entre si características que os distinguem dos membros de outras classes. Relativamente ao sistema de facetas, esta autora nota também que

“The faceted system used in the thesaurus affects the types of terms enumerated in the thesaurus and how thesaurus terms are applied. The faceted approach was designed to provide an efficient, flexible means of providing for numerous and varied object and subject descriptions encountered by thesaurus users”.

Ao navegar na visualização da hierarquia, a primeira faceta que surge é a de Conceitos Associados, a qual contém termos relativos a fenómenos e conceitos abstratos que se relacionam com o estudo e execução de áreas de atividade e pensamento humanas, bem como ideologias, atitudes, movimentos culturais, entre outros, dentro do necessário para catalogar e descobrir informação relativa a trabalhos visuais. Como exemplo, podem-se ver os termos ‘beleza’ e ‘pluralismo cultural’ (Getty Research Institute 2020b).

A segunda faceta presente é a dos Atributos Físicos. Aqui agrupam-se todos os termos relativos a características perceptíveis ou mensuráveis dos materiais e artefactos, juntamente com outras características inseparáveis do objeto em que se inserem, como por exemplo, ‘flexibilidade’ e ‘painéis’ (Getty Research Institute 2020b).

De seguida, tem-se a faceta dos Estilos e Períodos, onde se encontram nomes de estilos artísticos e arquitetónicos, períodos históricos, movimentos artísticos, culturas, etnicidades, e nomes de pessoas caso estas representem estilos ou períodos distintos. A título de exemplo, apresentam-se os termos ‘Luís XIV’ e ‘Art Nouveau’ (Getty Research Institute 2020b).

A faceta Agentes contém o termos que denominam pessoas, grupos de pessoas, e organizações através das suas atividades, ocupações ou outras características, como ‘ordens religiosas’ ou ‘pintores’ (Getty Research Institute 2020b).

Já a faceta das Atividades agrupa os termos que designam áreas de ação físicas e mentais, métodos usados para uma dada finalidade, processos que ocorrem em materiais ou obras visuais, entre outros. Como exemplo, temos ‘concursos’ e ‘engenharia’ (Getty Research Institute 2020b).

A faceta seguinte, organiza os termos relativos a substâncias físicas, quer sejam naturais ou sintéticas, como ‘marfim’ ou ‘adesivos’, denominando-se como Materiais (Getty Research Institute 2020b).

A penúltima faceta é a dos Objetos. Esta é a faceta mais extensa e contém termos para coisas inanimadas tangíveis ou visíveis que são o resultado da atividade humana, indo desde construções até a documentos escritos, com propósitos desde o utilitário ao estético, contendo também características que dão contexto ao ambiente construído, como ‘catedrais’ ou ‘ânforas’ (Getty Research Institute 2020b).

Por fim, tem-se a faceta Nomes de Marcas, a qual permite, na medida que for necessária para catalogar e descobrir informação sobre trabalhos visuais, incluir materiais, processos ou objetos que não possuem nomes genéricos, ou quando estes nomes estão sob proteção de uma marca. Como exemplos, apresenta-se ‘Tupperware’ e ‘IMAX’ (Getty Research Institute 2020b).

Dentro destas facetas, existem também várias sub-facetadas, as quais podem ser observadas nas figuras 3 e 4.

- ☐ ➔ Top of the AAT hierarchies
- ☐ ... Associated Concepts Facet
- ☐ Associated Concepts (hierarchy name)
- ☐ ... Physical Attributes Facet
- ☐ Attributes and Properties (hierarchy name)
- ☐ Conditions and Effects (hierarchy name)
- ☐ Design Elements (hierarchy name)
- ☐ Color (hierarchy name)
- ☐ ... Styles and Periods Facet
- ☐ Styles and Periods (hierarchy name)
- ☐ ... Agents Facet
- ☐ People (hierarchy name)
- ☐ Organizations (hierarchy name)
- ☐ Living Organisms (hierarchy name)
- ☐ agents (general) [N]
- ☐ ... Activities Facet
- ☐ Disciplines (hierarchy name)
- ☐ Functions (hierarchy name)
- ☐ Events (hierarchy name)
- ☐ Physical and Mental Activities (hierarchy name)
- ☐ Processes and Techniques (hierarchy name)
- ☐ activities (general context)

Figura 3: Facetas e sub-facetadas do AAT: Conceitos Associados, Atributos Físicos, Estilos e Períodos, Agentes e Atividades.

- ☐ ... Materials Facet
- ☐ Materials (hierarchy name)
- ☐ ... Objects Facet
- ☐ Built Environment (hierarchy name)
- ☐ Components (hierarchy name)
- ☐ Furnishings and Equipment (hierarchy name)
- ☐ Object Genres (hierarchy name)
- ☐ Object Groupings and Systems (hierarchy name)
- ☐ Visual and Verbal Communication (hierarchy name)
- ☐ <temporary alphabetical list: objects>
- ☐ <temporary list/DIBAM-CDBP-SNPC test TRP contributions holding>
- ☐ ... Brand Names Facet
- ☐ Brand Names (hierarchy name)

Figura 4: Facetas e sub-facetadas do AAT: Materiais, Objetos, e Nomes de Marcas.

O facto de a terminologia do AAT ser baseada em objetos leva a que frases com vários termos, como por exemplo “mobília vitoriana pintada” não surjam explicitamente no tesouro. Os termos do AAT seguem as diretrizes base dos tesouros e representam conceitos únicos com significados bem definidos. Estes conceitos podem ser constituídos por uma única palavra ou por várias.

Para que um registo possa existir no AAT, deve possuir informação em três campos, nomeadamente um ID numérico, um termo, e uma posição na hierarquia. Na figura 5 pode-se ver a extensão destes registos, através do termo “Vaseline (TM)”.

 **Vaseline (TM)** (brand name materials, Brand Names (hierarchy name))

Note: A trademarked translucent, white petroleum jelly first manufactured in 1870 by Robert Chesebrough, an English-born chemist. It is composed of a mixture of aliphatic hydrocarbons ranging from about C15 to C20; used as an ointment, lubricant, water repellent, release agent, and temporary adhesive. It is not recommended for contact with any art object.

Terms:

Vaseline (TM) ([preferred](#), [C,U,English-P,D,U,U](#))
([Dutch-P,D,U,U](#))

Hierarchical Position:

 [Brand Names Facet](#)
 [Brand Names \(hierarchy name\)](#) (G)
 [brand name materials](#) (G)
 [Vaseline \(TM\)](#) (G)

Additional Notes:

Dutch Merksnaam voor een doorschijnende, witte petroleumgelei die voor het eerst gemaakt werd in 1870 door Robert Chesebrough, een Engels chemicus. Deze gelei bestaat uit een mengsel van alifatische koolwaterstoffen van ongeveer C15 tot C20, en wordt gebruikt als zalf, smeermiddel, waterafstotend middel, losmiddel en tijdelijk kleefmiddel. Het is niet aan te raden om Vaseline in aanraking te brengen met kunstobjecten.

Related concepts:

example of [petroleum jelly](#)
..... (<petroleum by product>, <petroleum and petroleum by product>, ... Materials (hierarchy name))
[300013013]

Sources and Contributors:

Vaseline (TM)..... [\[RKD, AAT-Ned Preferred, VP Preferred\]](#)
..... [AAT-Ned \(1994-\)](#)
..... [Encyclopedia Britannica Online \(2002-\)](#)
..... [MFA Conservation and Art Material Encyclopedia Online: CAMEO \(2005-\)](#)
..... [UvA Talen](#)
..... [Webster's Third New International Dictionary \(2002\)](#)

Subject: [\[VP\]](#)

Note:

English..... [\[VP\]](#)
..... [MFA Conservation and Art Material Encyclopedia Online: CAMEO \(2005-\)](#)
Dutch [\[RKD, AAT-Ned\]](#)
..... [AAT-Ned \(1994-\)](#)
..... [UvA Talen](#)

Figura 5: Exemplo do registo de um termo no AAT

Relativamente ao seu escopo, o AAT refere que inclui

“(...) generic terms, and associated dates, relationships, and other information about concepts related to or required to catalog, discover, and retrieve information about art, architecture, and other visual cultural heritage, including related disciplines dealing with visual works, such as archaeology and conservation, where the works are of the type collected by art museums and repositories for visual cultural heritage, or that are architecture. It is our goal to be ever more inclusive of various cultures and their visual works.”

Existe também terminologia relativa a objetos e atividades de natureza cerimonial e/ou utilitária, mesmo sem serem considerados como arte pelos padrões do mundo ocidental (Getty Research Institute 2020b).

Este tesouro foca-se particularmente em arte e arquitetura, tal como já foi referido múltiplas vezes, sendo excluídos todos e quaisquer termos externos a estas áreas, exceto em situações em que sejam necessários para catalogar ou descobrir informação sobre trabalhos visuais. São excluídas também outras informações como nomes de pessoas, nomes geográficos, títulos de trabalhos artísticos e temas iconográficos. Estas encontram-se nos outros vocabulários Getty, respetivamente, ULAN, TGN, CONA e IA (Getty Research Institute 2020b).

Tal como já foi sendo referido ao longo desta análise ao AAT, o *Getty Research Institute* possui não só outros tesouros, nomeadamente cinco, conhecidos

coletivamente como *Getty Vocabularies*, sendo que cada um deles centra-se num aspeto importante das áreas da Arte e Arquitetura, mas também um conjunto de diretrizes. Enquanto que o AAT apresenta uma variedade enorme de termos genéricos e relações entre estes para uma multitude de conceitos relacionados com arte, arquitetura e outros patrimónios culturais, os outros vocabulários focam-se em aspetos mais específicos. O *Getty Thesaurus of Geographic Names* (TGN), foca-se em locais relevantes para vários aspetos da arte e arquitetura, desde regiões atuais até a impérios históricos. Apesar de não ser exaustivo, o TGN sublinha que consegue ir de encontro às necessidades dos seus utilizadores. O *Cultural Objects Name Authority* (CONA) contém não só nomes e títulos, mas também outros metadados de trabalhos artísticos, arquitetónicos e culturais das várias eras, independentemente de esses trabalhos terem sido preservados, destruídos ou nunca realizados. Atualmente ainda está em desenvolvimento. Por outro lado, o *Union List of Artist Names* (ULAN) salvaguarda os nomes, relações, informação biográfica, etc., de vários artistas, arquitetos, estúdios, outros indivíduos e empresas, tanto conhecidos como anónimos. Algo que é referido firmemente no AAT é que este tesouro não possui informação relativa a termos iconográficos. Isto deve-se ao facto de toda a terminologia relacionada com iconografia estar presente no tesouro *Getty Iconography Authority* (IA). Por fim, existe também o *Categories for the Description of Works of Art* (CDWA), um conjunto de diretrizes e regras de catalogação e de boas práticas para a descrição de trabalhos culturais, de arte e de arquitetura (Getty Research Institute 2021).

O que levou a uma larga adoção do AAT foi o facto de este SOC não procurar ser um formato, mas sim uma norma. Isto torna este tesouro muito mais flexível no momento de implementação nas coleções já existentes (Taylor 1996). Juntamente com isto, tem-se ainda a perceção do grupo de trabalho quanto à necessidade de o tesouro ter uma estrutura hierárquica (na altura, os tesouros eram pouco mais que listas de termos, por vezes com hierarquias rudimentares), bem como a importância de existir colaboração com académicos da área (Petersen 1990).

A mesma autora sublinha que um tesouro deve ser sempre tratado como uma espécie de “ferramenta viva”, algo que evolui juntamente com a língua e com a área do conhecimento em que se insere, caso contrário deixa de ser uma representação fiel do seu domínio do conhecimento.

3.5.4 Análise Comparativa do AAT e do LCTGM

Greenberg (1993) nota algumas parecenças e diferenças relativamente aos dois tesouros analisados nos pontos anteriores. A primeira é relativa à comunidade de utilizadores, sendo o LCTGM mais voltado para coleções com estruturas e objetivos semelhantes aos seus, enquanto que o AAT possui uma estrutura facetada adequada para a sua audiência especializada. Estas facetas, inspiradas no trabalho de Ranganathan (possuindo sete facetas em vez das tradicionais cinco, adaptando-as às necessidades do projeto), tornam a estrutura do AAT mais complexa. A descrição de uma imagem para a criação de um cabeçalho de assunto começa na faceta mais geral, ‘*Associated Concepts*’ e vai-se movendo até chegar à mais específica, ‘*Objects*’.

Ambos os tesouros excluem termos relativos a iconografia, nomes de pessoas e locais geográficos. Apesar disto existem outros materiais, como o LCSH no caso do LCTGM, e também os vários vocabulários Getty no caso do AAT, que ajudam a colmatar estas situações. Outro ponto comum a ambos os tesouros são os seguintes detalhes enumerados por Greenberg (1993):

“(...) Single terms are used for specific concepts, Plural terms are used for abstract ideas, Gerunds are used for activities, Parenthetical qualifiers are used where necessary, Compound terms are used when a single term can not fairly serve, User participation is encouraged, Dated terms are eliminated while new terms are added.”.

Apesar da referência que o AAT não inclui termos iconográficos, sendo esta tarefa deixada para o IA, Molholt (2001) sublinha que na faceta Conceitos Associados existem muitos nomes de objetos comuns que são utilizados para propósitos iconográficos.

Greenberg (1993) apresenta as diferentes normas seguidas por ambos os tesouros no que toca à sua construção: enquanto que o AAT segue as *Guidelines for Thesaurus Structure, Construction and Use* do American National Standards Institute, as *Guidelines for the Establishment and Development of Monolingual Thesauri* do British Standards Institution, as *Guidelines for the Establishment and Development of Monolingual Thesauri* da International Organization for Standardization, e as *Guidelines for the Establishment and Development of Monolingual Thesauri* da UNISIST, o LCTGM segue apenas as *Guidelines for Thesaurus Structure, Construction and Use* do American National Standards Institute, e as *Guidelines for the Establishment and Development of Monolingual Thesauri* da UNISIST. Isto demonstra uma maior dedicação do grupo de trabalho do AAT no que toca a fornecer aos seus utilizadores uma ferramenta que pode realmente ser utilizada num amplo leque de instituições e adaptada aos vários níveis de profundidade do escopo destas. Esta dedicação à utilização de várias normas toca também num ponto referido por Clarke (2001) relativamente à necessidade de os editores de tesouros deverem seguir regras precisas pois, caso contrário pode levar a inconsistências na categorização das relações entre os termos. Estas inconsistências podem também surgir devido às necessidades de diferentes grupos de utilizadores.

Ao contrário do LCTGM, o AAT permite a visualização dos seus termos de forma alfabética ou hierárquica, algo que Soergel (1995) sublinha como uma boa prática, pois os tesouros na época geralmente eram apenas compostos por uma estrutura alfabética, sendo a estrutura hierárquica uma prioridade de nível muito mais baixo geralmente criada por um programa de computador através das relações BT/NT existentes entre os termos.

Greenberg (1993) pondera também se o LCTGM realmente deve ser considerado como um tesouro, referindo que este não só é semelhante a uma lista de indexação por assunto, as quais são compostas por termos pré-coordenados, mas porque também possui vários problemas inerentes ao LCSH. No entanto, isto vai de encontro ao que se referiu na anterior descrição do LCTGM, onde se tem que este é composto por termos pós-coordenados.

Continuando no tópico dos termos, mas passando agora para o AAT, Whitehead (1989) refere que o facto de a terminologia deste tesouro ser baseada em objetos leva a que frases com vários termos, como por exemplo “móvel vitoriana pintada” (exemplo da autora) não surja explicitamente no tesouro. Soergel (1995) refere que é possível combinar termos do AAT para formar frases mais complexas, apesar de a ordenação destes termos ter de ser feita de acordo com a sua posição nas facetas, o que pode levar a frases de leitura pouco intuitiva. Para além de construir sobre este tópico, apresentando várias situações onde surgem problemas, a autora apresenta ainda outras críticas ao AAT. Primeiramente, refere que o AAT possui uma estrutura monohierárquica, o que

“(...) forces the rich and multifaceted relationships among concepts into a straight jacket in which each concept is allowed only one broader concept.”.

Isto vai contra o que é referido na página web “Sobre o AAT”, onde é referido que o tesouro é polihierárquico. Aqui, tem-se que um termo pode ter vários “*broader terms*”, sendo que neste caso, um deles é sempre marcado como o termo preferencial. Na figura 6 mostra-se um exemplo ilustrativo desta situação, sendo o “*broader term*” não preferencial referido como “*additional parent(s)*” (Getty Research Institute 2020b).

Hierarchical Position:



Additional Parents:



Figura 6: Exemplo de termo com vários “broader terms”

Soergel (1995) continua, dizendo que isto mostra apenas uma fração das relações existentes entre os termos, o que pode dificultar tanto o trabalho dos indexadores, como as pesquisas efetuadas pelos utilizadores. Estas relações deveriam ser explicitadas através de uma rede extensa de referências cruzadas, algo que no AAT é escasso e surge apenas na visualização hierárquica.

Outro aspeto apontado por esta autora relaciona-se com os métodos seguidos para a seleção dos termos e conceitos. Enquanto que o AAT defende que um termo deve ser validado em várias fontes da literatura da área, estabelecendo a sua forma, o seu significado e garantindo que todas as formas alternativas da palavra são incluídas, a autora é da opinião que mesmo que um termo não surja na literatura com a frequência “desejada” este pode, mesmo assim, oferecer uma perspetiva útil sobre o conceito a que se refere para efeitos de recuperação.

Passando às notas de escopo, sinónimos e termos relacionados, Soergel (1995) questiona sobre qual o melhor local para os apresentar, chegando à conclusão de que isto deve ser feito na estrutura hierárquica. Caso seja feito na estrutura alfabética, um utilizador a navegar as hierarquias deve estar sempre a aceder à visualização alfabética sempre que precisar de uma definição, por exemplo. Por outro lado, mesmo que a navegação seja feita na lista alfabética de termos, os utilizadores devem sempre verificar a posição hierárquica de um dado termo.

No AAT, existe um método de acesso aos materiais visuais através da criação e uso de *strings* de assuntos facetados. Apesar de estas *strings* permitirem uma maior precisão na pesquisa, podem ser consideradas como uma tarefa monótona pelos catalogadores que estão habituados a utilizar os termos mais específicos, em vez de construírem *strings* elaboradas. Enquanto que o LCTGM apresenta uma maior flexibilidade, esta nem sempre está aliada à especificidade muitas vezes necessária em bibliotecas especializadas. Aqui, o AAT pode brilhar com a sua enorme quantidade de termos, aliada às relações género-espécie que nele existem, as quais permitem uma boa especificidade no assunto em análise (Greenberg 1993).

Tendo em conta estes aspetos, o tesouro selecionado para análise, e posterior comparação com a lista de termos da FIMS, foi o AAT.

4. Resultados

4.1 A lista de termos da FIMS e o tesouro AAT

Para que fosse possível compreender a situação em que o controlo de autoridade na FIMS se encontrava, foi necessário primeiramente analisar os termos que integram a lista de termos. Este SOC foi elaborado em conjunto por um arquiteto e um profissional de ciência da informação, contendo as várias relações entre as centenas de termos existentes, apesar de alguns dos termos e suas relações ainda não estarem completas. Como está organizada apenas de forma alfabética, não é possível ver uma representação hierárquica dos termos na lista, algo que poderia auxiliar o utilizador na sua pesquisa. Tal como já foi referido no ponto 3.4 – Estudo da Coleção, após uma observação cuidada, foram detetadas várias incongruências entre os termos, sendo algumas delas apenas erros ortográficos, como se pode ver na figura 7, enquanto que outras apresentavam falhas em termos das relações hierárquicas, tal como se observa na figura 8.

	PROBLEMA SOCIAL
	TE Alcoolismo
	TE Mortalidade infantil
PÉ DESCALÇO	TE Pé decalço
TG Problema social	TE Prostituição

Figura 7: Falhas ortográficas na Lista de Termos da FIMS

ARTE FUNERÁRIA	
TG Arte	
TE Arte funerária, França	
TE Capela funerária	JAZIGO
TE Lápide funerária	UP Sepultura
TE Mausoléu	TG Arte funerária
TE Túmulo	

Figura 8: Falha nas relações hierárquicas na Lista de Termos da FIMS

Um dos passos na análise da lista de termos foi a pesquisa destes no catálogo da biblioteca digital da FIMS, algo que levou à descoberta de algumas inconsistências, como por exemplo assuntos que procuram passar a mesma ideia terem pontuação diferente em entradas diferentes. A título de exemplo desta situação, temos o termo “arquitetura, lisboa” que, ao pesquisar no catálogo surge nos assuntos tanto como “Arquitetura – Lisboa (Portugal)”, como “arquitetura, Lisboa”. Este passo foi necessário em algumas situações para tentar compreender o contexto em que um determinado termo é utilizado, não tendo sido efetuado este processo para a globalidade dos termos presentes na lista.

Visto que no sistema de informação Marques da Silva/Moreira da Silva não existem apenas documentos relativos à vida profissional destes arquitetos e dos seus familiares mais próximos, existem muitos termos referentes a áreas fora da arte e da arquitetura, como por exemplo a medicina, algo que reflete os interesses pessoais dos integrantes deste sistema de informação, oferecendo uma breve janela para as suas vidas pessoais.

Como a presente dissertação se foca nos domínios da arte e da arquitetura, foram apenas selecionados para estudo cuidadoso os termos relativos a estas áreas do conhecimento. Desta forma, passou-se dos 3227 termos iniciais para um conjunto de apenas 585 termos.

Estes termos foram posteriormente compilados para uma tabela que se encontra disponível no Anexo B. A partir daqui, foi possível começar a procurar os termos no AAT para perceber como é uma fonte de referência organizada hierarquicamente a terminologia de duas áreas tão amplas e especializadas.

A procura da terminologia no AAT não foi um processo fácil, nomeadamente devido à combinação da barreira linguística (português – inglês) e da especificidade dos termos. A procura dos termos em inglês foi possível através da pesquisa em, principalmente, páginas web dedicadas a arte e a arquitetura e também ferramentas online de tradução. Apesar disto, por vezes não foi possível encontrar uma tradução que levasse a um termo concreto em inglês. Em algumas situações foi necessário consultar dicionários dedicados às áreas da arte e da arquitetura, como o “Dicionário da Arquitetura Brasileira” e o “Dicionário de Termos de Arte e Arquitetura” para conseguir compreender o conceito que um determinado termo procura representar. Noutras situações o termo possui vários significados dependendo do contexto em que se insere. Nestas situações, procurou-se tentar perceber qual o significado mais adequado para o contexto no catálogo da biblioteca digital, algo que não foi possível devido não só às já referidas incongruências entre os termos da lista e os assuntos no catálogo, mas também devido ao facto de a informação presente nos títulos das obras e nos assuntos com que estas foram indexadas não ser o suficiente para compreender o contexto.

A pesquisa no AAT também foi alvo de dificuldades, especialmente no que toca aos termos que possuem qualificadores, como por exemplo “*dance (discipline)*” e “*dance (performing arts genre)*”. Um fator negativo destes qualificadores é o facto de não ser possível pesquisar pelo termo juntamente com o qualificador, para obter um resultado mais próximo do desejado. Como exemplo, tem-se os termos “*egyptian (modern)*” e “*egyptian (ancient)*”, usados para diferenciar a cultura e os estilos presentes no Egito ao longo dos séculos. Tal como se pode ver na figura 9, pesquisar diretamente por “*egyptian (modern)*” recupera 0 resultados, mas na figura 10 pode-se verificar a existência de ambos os termos no tesauro.

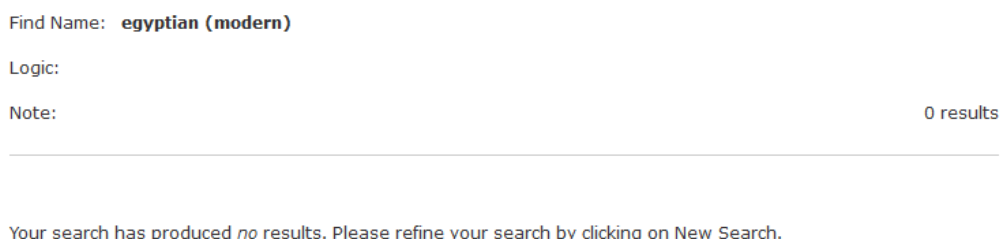


Figura 9: Pesquisa por termo e qualificador não apresenta resultados

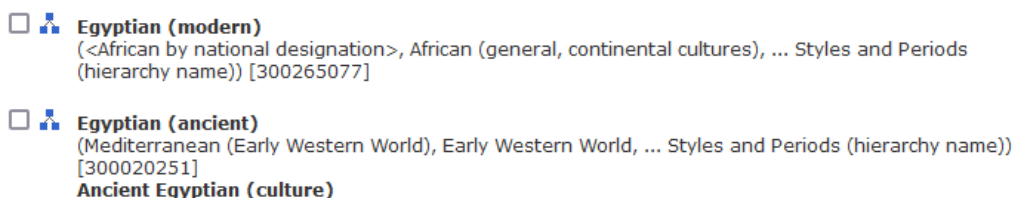


Figura 10: Existência de termos com qualificadores no tesauro

Esta impossibilidade de incluir os qualificadores na pesquisa levava a que os resultados apresentassem dezenas, ou até mesmo centenas de resultados, o que também contribuiu para a dificuldade na compreensão dos termos de arte e arquitetura, juntamente com a especificidade técnica destes.

Por vezes as notas existentes nos termos permitiram compreender corretamente qual a situação em que o termo deveria ser utilizado no contexto do AAT e a sua aplicação, ou não, na comparação com o conjunto de termos retirados da lista de termos da FIMS. Ainda assim, existem situações em que não foi possível chegar a uma conclusão relativamente ao termo mais apropriado para com os da lista da FIMS.

Uma mais-valia do catálogo online da FIMS é o facto de suportar truncatura em vários pontos de uma palavra, ao contrário do AAT onde apenas existe truncatura no final da palavra. Isto permite uma melhor recuperação de informação, através da possibilidade de o utilizador descobrir um novo termo relevante para as suas necessidades informacionais.

Muitos dos termos presentes na lista de termos da FIMS não existem da mesma forma no AAT, e vice-versa, tendo sido necessário recorrer à combinação de termos. Soergel (1995) refere-se a isto como sendo uma mais-valia do AAT, permitindo a descrição de itens muito específicos. Esta autora sublinha ainda que a ordenação destes termos combinados deve ser feita de acordo com a ordem em que estes surgem nas facetas, o que pode levar a uma leitura pouco natural desta combinação. Um exemplo em que esta combinação foi aplicada centra em termos que na lista e termos da FIMS surgiram como “Arte, Portugal”, tendo sido encontrados dois termos no AAT que foram combinados como “*Art (discipline)*” e “*Portuguese (culture or style)*”. Apesar de a maioria destas combinações ter sido feita com apenas dois termos, existem algumas situações em que foram combinados três termos para representar corretamente o termo existente na lista da FIMS. Esta combinação é feita com a pontuação “-” entre os termos, ficando o exemplo anterior “*Art (discipline) – Portuguese (culture or style)*”.

4.2 Publicações relativas ao controlo de autoridade

O controlo de autoridade na FIMS irá recair sobre a lista de termos previamente fornecida. Finda a sua análise e comparação com o tesauro AAT, o próximo passo focou-se na seleção de um método que permita o desenvolvimento do manual de apoio ao controlo de autoridade.

Inicialmente ponderou-se o uso da já referida FRSAD para a elaboração do controlo de autoridade. No apêndice C2 deste modelo é referido que

“The thema-nomen conceptual model matches well with encoding schemas such as SKOS Simple Knowledge Organization System (SKOS) and OWL Web Ontology Language (OWL), which provide models for expressing the basic structure and content of knowledge organization systems (KOS) such as thesauri, classification schemes, subject heading lists, taxonomies and other similar types of controlled vocabularies, as well as ontologies”.

Apesar disto, não foram encontrados exemplos práticos aprofundados da sua aplicação em vocabulários controlados da área de arte e arquitetura, tendo sido feita a escolha de optar por outros documentos para o controlo de autoridade dos termos da FIMS.

Primeiramente, foram observadas as normas utilizadas na construção do AAT, já referidas no ponto “3.5.4 – Análise comparativa do AAT e do LCTGM”, tendo sido selecionada para uso a versão mais recente das ‘*Guidelines for the Establishment and Development of Monolingual Thesauri da International Organization for Standardization*’, atualmente denominada como “*ISO 25964-1:2011 Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – Part 1: Thesauri for information retrieval*”. Esta norma foi selecionada, não só por ser um padrão internacional, mas também porque apesar da lista de termos da FIMS não ser um tesauro, o controlo do vocabulário deve ser sempre feito rigorosamente e por forma a evitar, não só as

ambiguidades existentes na língua natural, mas também para que o utilizador consiga fazer pesquisas eficientes onde as suas necessidades informacionais sejam cumpridas.

Analogamente a isto, optou-se por basear o controlo de autoridade dos termos de arte e arquitetura da FIMS também numa publicação da Biblioteca Nacional de Portugal intitulada de “Indexação: Terminologia e controlo de autoridades”. Este documento oferece um ponto de vista do controlo de terminologia que observa as várias nuances da língua portuguesa, ao passo que a ISSO 25964-1 tem um maior foco na língua inglesa e francesa.

Deve-se notar que, no contexto nacional, não existe uma obra de referência que faça especificamente o controlo de autoridade de termos de arte e arquitetura. Um exemplo disto é a publicação da Biblioteca Nacional intitulada ‘Terminologia controlada para a indexação de documentos na área da arte e arquitetura’. Esta obra foi considerada para a elaboração inicial da lista de termos da FIMS mas acabou por não ser utilizada, devido não só às suas dimensões reduzidas, mas também devido aos termos selecionados para incorporar esta linguagem de indexação não terem sido considerados como corretos no contexto da Fundação.

Desta forma, e juntamente com a comparação dos termos da FIMS com os que se encontram no AAT, procura-se conseguir um bom controlo da terminologia de arte e de arquitetura, duas áreas com um grande volume de termos técnicos, fornecendo também as bases para um futuro controlo de todos os outros termos presentes na lista.

Seguidamente, são apresentadas em mais detalhe algumas das características da norma ISO 25964-1:2011 e do manual da BNP.

4.2.1 ISO 25964-1:2011 *Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – Part 1: Thesauri for information retrieval*

A ISO 25964-1 começa por apresentar o seu escopo, onde é possível ver que esta norma se foca principalmente no desenvolvimento e manutenção de tesouros monolíngues ou multilíngues. Apesar de não procurar orientar o uso de tesouros na indexação, é aplicável em vocabulários utilizados na recuperação de recursos informacionais, independentemente do seu tipo (por exemplo, texto, imagens ou objetos físicos), fornecendo também práticas para a importação e exportação de dados de tesouros. É também referido que esta norma não se aplica às ferramentas utilizadas diretamente em atividades de indexação e pesquisa, nem na elaboração de índices retrospectivos, apesar de reconhecer que antecipa a necessidade das ferramentas referidas na gestão de tesouros e que as suas recomendações podem ser úteis para os índices retrospectivos (International Standards Organization, 2011).

Seguidamente, são apresentados vários termos e as suas definições tal como aplicadas no seu contexto. Caso uma das definições faça referência a outro termo, isto é assinalado para que se consiga encontrar fácil e rapidamente a sua definição. Onde necessário, são apresentadas notas e também exemplos para uma melhor compreensão. Em situações em que um termo apresenta várias formas gramaticais são apresentadas todas as relevantes, como por exemplo no caso do termo 2.5 onde surge tanto ‘*classification*’ como ‘*classifying*’. Em alguns termos que estejam relacionados, por exemplo por sinonímia, o segundo termo é apresentado, precedido pela sigla ‘cf.’.

Após isto, a norma introduz símbolos, abreviaturas e os seus significados e relações, tanto em inglês como em outros idiomas (por exemplo, alemão e finlandês).

No quarto ponto tem-se não só uma visão geral dos tesouros, mas também os seus objetivos. Juntamente com isto, está uma breve apresentação do controlo de autoridade e do seu propósito, bem como uma descrição dos dois tipos de relações

existentes: relações paradigmáticas, que incluem as relações de equivalência, hierárquicas e associativas que se encontram nos tesauros, e relações sintagmáticas, as quais apenas surgem quando os conceitos ocorrem simultaneamente no contexto de um determinado documento, sendo que nestas situações vários termos são associados ao mesmo documento, o que não é recomendado em tesauros (International Standards Organization, 2011).

De seguida é introduzido o quinto ponto, denominado '*Concepts and their scope in a thesaurus*'. É aqui que começam a ser introduzidas as noções relativas à seleção dos termos, possíveis categorias em que estes se podem inserir e também à utilização das notas de escopo.

Já no ponto 6 estão presentes informações que auxiliam o utilizador desta norma não só a clarificar e desambiguar de forma correta os termos selecionados, como no caso de palavras homógrafas que necessitam de qualificadores para tornar o seu significado mais específico, e casos em que se justifica a inclusão de uma definição ou de uma nota histórica, mas também a selecionar as formas gramaticais a utilizar nos termos, por exemplo as situações em que se utilizam substantivos, adjetivos ou verbos. É também observado o uso de caracteres especiais, pontuação e maiúsculas, os casos que requerem o uso do plural, do singular, ou as situações em que se verifica a existência de ambos, e a seleção dos termos preferências e a sua ortografia.

Os conceitos complexos são analisados no ponto 7. Estes são normalmente expressos através de termos compostos, os quais podem ser compostos por uma ou várias palavras. Para representar isto, a norma isso dá o exemplo do termo '*biodegradability*', o qual pode ser utilizado desta forma, ou dividido em '*degradability*' + '*living organisms*', continuando a representar o mesmo conceito (International Standards Organization, 2011).

Seguidamente, analisa-se a relação de equivalência no contexto de um thesaurus monolíngue. Apesar de o thesaurus analisado, o AAT, ser multilíngue, o catálogo da biblioteca digital da FIMS, onde os termos controlados serão aplicados apenas utiliza a língua portuguesa. Desta forma, na presente situação o ponto 8 tem mais relevância do que o ponto 9 – *Equivalence across languages*.

O ponto 10 toca nas relações existentes entre conceitos para além das relações de equivalência. Apesar de a FIMS não utilizar um thesaurus, mas sim uma lista de termos, nesta estão explícitas relações entre os termos, tal como se pode ver na figura 11, não devendo este ponto ser descurado.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS PORTUGUESES
UP AAP
TG Instituição
TE Associação dos Arquitetos Portugueses, estatutos
TE Associação dos Arquitetos Portugueses, Secção Regional do Norte, contabilidade
TR Sindicato Nacional dos Arquitetos
TR Sociedade dos Arquitetos Portugueses

Figura 11: Exemplo das várias relações existentes na lista de termos

A análise de facetas, tal como explicada no ponto 11, não tem um destaque tão grande no desenvolvimento do controlo de autoridade na lista de termos da FIMS pois esta não possui uma divisão por facetas.

Após isto, a norma fala sobre a apresentação e a disposição da informação, fazendo referência ao uso de bases de dados no contexto da manutenção da informação

num tesouro e apresentando as várias formas em que esta informação pode ser apresentada para uso humano. Introduzem-se também estilos de apresentação alternativos, como a exibição de um único registo, a apresentação numa estrutura alfabética ou hierárquica, a '*classified display*', onde os termos podem ser organizados através das áreas temáticas em que se inserem, ou através das facetas dentro destes campos, a '*expanded classified display*', onde se inclui toda a informação possível de um termo na lista de facetas ou áreas temáticas, e, por fim, a apresentação das relações polihierárquicas (International Standards Organization, 2011).

A gestão das tarefas de construção e manutenção de um tesouro são expandidas logo de seguida, apesar de muitos dos pontos aqui referidos não terem uma relevância alta para a presente dissertação, pois não se está a construir um tesouro de raiz, mas sim a controlar termos previamente selecionados.

Seguidamente temos os pontos 14 – 'Guidelines for thesaurus management software', 15 – 'Data model', 16 – 'Integration of thesauri with applications', 17 – 'Exchange formats', e, por fim, 18 – 'Protocols'. Todos estes apresentam características específicas aos tesouros, não sendo aplicados no controlo de autoridade da lista de termos.

4.2.2 Indexação: Terminologia e controlo de autoridades

Esta publicação técnica da Biblioteca Nacional de Portugal procura fornecer instruções relativas às tarefas da indexação pré-coordenada. Muitas instituições recorrem à pós-coordenação devido, principalmente, a restrições a nível dos recursos humanos, estando este manual presente para auxiliar os profissionais no processo de indexação, quer o façam através da pré-coordenação ou da pós-coordenação. Sendo baseado no Manual SIPORbase, a ferramenta indicada pela Biblioteca Nacional, esta publicação apresenta um conjunto de regras necessárias para o controlo de autoridade, sublinhando que não substitui a necessidade da existência de conhecimentos de indexação (Biblioteca Nacional, 2003).

Ao contrário da norma ISO, este manual está dividido em apenas dois pontos gerais, o primeiro relativo a terminologia e o segundo mais voltado para estrutura de referências, sendo que estes dividem-se ainda nos vários focos do controlo de autoridade. A terminologia engloba 'orientações gerais', 'termos sinónimos', 'termos homónimo', 'singular e plural', 'termos compostos', 'qualificadores parentéticos', 'notas explicativas', 'terminologia dos nomes geográficos', 'nomes geográficos jurisdicionais', 'nomes de áreas associadas com cidades', 'nomes geográficos não jurisdicionais', 'nomes de entidades jurisdicionais passadas', 'nomes de rios e áreas associadas com rios', 'nomes de ilhas e arquipélagos', 'nomes de regiões geográficas', 'qualificadores geográficos', 'terminologia de outros nomes próprios', 'nomes de edifícios e outras estruturas fixas', 'nomes de família e dinastias', 'personagens', figuras lendárias e mitológicas' e também 'acontecimentos'. Já a estrutura de referência engloba 'referências de substituição', 'referências hierárquicas', 'referências associativas' e por fim 'referências gerais VT'.

Como se pode ver, apesar de não ter um âmbito tão geral como a norma ISO 25964-1, este manual de indexação inclui muita informação que, não só é aplicada diretamente na língua portuguesa, mas também que pode ser utilizada em situações muito específicas, como nos nomes de locais, de edifícios e de pessoas, bem como de acontecimentos. Mesmo que no controlo dos termos selecionados não se apliquem estas situações, elas podem vir a ser úteis, não só para o controlo do restante vocabulário presente na lista de termos, mas também para novos termos que sejam adicionados no futuro.

4.3 Desenvolvimento do manual de apoio ao controlo de autoridade

Em ambas as publicações, é dado um grande destaque à seleção dos termos para controlo. Apesar de este passo do processo de controlo de autoridade ser de extrema importância, pois é a partir daqui que se obtém a base que eventualmente se vai tornar no vocabulário final utilizado para indexação, nesta dissertação o foco é no controlo de um vocabulário previamente selecionado. Observando o conteúdo da norma e do manual da Biblioteca Nacional, observa-se que ambas têm ligeiras diferenças relativamente à profundidade dos tópicos tratados. No ponto 4.2.2 – Indexação: Terminologia e controlo de autoridades estão listados 21 pontos inseridos dentro da secção ‘Terminologia’ e 4 adicionais pontos dentro de uma segunda secção denominada ‘Estrutura de Referências’. Já a norma ISO 25964-1 possui 5 pontos que se inserem diretamente no processo de controlo da terminologia selecionada, sendo intitulados de: ‘*Concepts and their scope in a thesaurus*’, onde se dá foco às notas de escopo; ‘*Thesaurus terms*’, que inclui múltiplas características como a forma dos termos, desambiguação, formas gramaticais, uso da capitalização e pontuação, bem como a seleção das formas preferenciais dos termos; ‘*Complex concepts*’, o qual contém várias informações relativas a estes conceitos como por exemplo as circunstâncias que levam à admissão de um conceito complexo; ‘*The equivalence relationship, in a monolingual thesaurus*’, que se foca em várias características deste tipo de relação entre os termos especificamente num tesouro monolíngue; e, por fim, ‘*Relationships between concepts*’, que toca nas restantes relações que podem existir entre termos.

Visto que muitas destas orientações são comuns tanto ao manual da Biblioteca Nacional como à norma ISO, optou-se por utilizar ambas como referência para a construção do manual de apoio ao controlo de autoridade na FIMS. A escolha entre a utilização da norma ou do manual foi feita de acordo com a publicação que melhor se aplicava a determinada situação existente na lista de termos. Um exemplo disto centra-se no controlo da pontuação. Enquanto que o manual da Biblioteca Nacional possui um ponto (4 Pontuação) e 6 sub-pontos (4.1 Ponto final, 4.2 Vírgula, 4.3 Dois pontos, 4.4 Hífen, 4.5 Parênteses e 4.6 Espaço), a norma apenas refere a pontuação em conjunto com a capitalização e caracteres especiais. Assim, optou-se por seguir uma estrutura semelhante ao manual da biblioteca nacional, complementando com informações da norma ISO.

Deve-se referir que as fontes de informação utilizadas como guia para o desenvolvimento do manual de controlo de autoridade têm indicações para efetuar o controlo da terminologia em muitas mais situações do que se especifica no manual presente no Anexo C. Isto deve-se ao facto de o manual de apoio ao controlo de autoridade na FIMS ser baseado unicamente nos termos relativos às áreas de arte e arquitetura selecionados da lista de termos proveniente da Fundação. Esta decisão levou a que não fossem incluídas situações como, por exemplo, as relativas ao controlo de nomes de pessoas ou acontecimentos.

Sempre que possível, os exemplos utilizados foram retirados diretamente de situações existentes entre os termos selecionados para controlo, algo que permite uma melhor incorporação do manual na realidade terminológica da FIMS. A título de exemplo, podemos falar do termo “asna (peça estrutural)”. Durante a consulta dos dicionários de arte e arquitetura foi possível perceber que este termo já não é utilizado, tendo sido substituído por um novo termo, nomeadamente “tesoura”. Ambos representam o nome de uma estrutura utilizada para apoio nos telhados, podendo esta situação ser utilizada para exemplificar uma situação de sinonímia.

Passando ao desenvolvimento do manual propriamente dito, começou-se por planejar a sua estrutura. Algo que acontece em ambas as publicações é o facto de primeiro surgir toda a informação e indicações relativas ao controlo dos termos e só depois é que são referidas as relações entre eles. Isto deve-se ao facto de as relações entre termos serem diferentes dependendo se estes já passaram pelo processo de controlo de autoridade ou não. Por exemplo, o controlo da terminologia pode levar à inclusão ou exclusão de sinónimos de um determinado termo, o que irá afetar o número de relações que este possui. Assim, optou-se por seguir este formato.

De seguida, foi necessário decidir que tópicos abordar no manual. Isto deve-se ao facto de ter sido selecionado um conjunto muito específico de termos, não existindo, por exemplo, nomes de pessoas ou entidades, acontecimentos, e os nomes de localizações geográficas se cingirem a nomes de países, continentes e cidades ou distritos. A norma ISO introduz também a possibilidade de criar relações customizadas, algo que não se aplica na presente situação pois apenas são necessárias as relações mais comuns entre termos.

Numa primeira fase optou-se por abordar os tópicos relativos ao uso do singular e do plural, ao estabelecimento e uso de qualificadores parentéticos, bem como às situações existentes no controlo dos termos sinónimos, homónimos, termos compostos e também terminologia relativa a nomes geográficos. A isto, adiciona-se ainda um tópico inicial referente a orientações gerais que não se encaixam plenamente nos anteriormente referidos. Apesar de inicialmente se ter considerado a inclusão de dois tópicos adicionais, nomeadamente um relativo às notas explicativas e outro para as relações entre os termos, optou-se por não os incluir. Relativamente às notas explicativas, esta decisão veio do facto de, apesar de a lista de termos partilhar algumas características com tesouros, nenhum dos termos conta com a presença de qualquer tipo de nota. Já relativamente às relações entre os termos, estas existem na lista de termos, mas não são efetivamente utilizadas. Isto deve-se ao facto de os termos que estão a ser utilizados no software Aleph serem provenientes de outros catálogos.

Passa-se agora a uma breve explicação do processo de desenvolvimento de cada um dos tópicos.

Começando pelas Orientações Gerais, foi seguido maioritariamente o manual publicado pela Biblioteca Nacional, pois é neste tópico que se encontram alguns casos como a escolha do idioma dos termos ou a sua ortografia, situações específicas à língua portuguesa e que devem ser descritas com este idioma em mente. Relativamente à seleção da forma gramatical dos termos, esta seguiu as indicações da norma ISO.

Passando aos termos sinónimos, este assunto é focado de formas diferentes pela norma ISO e pelo manual da Biblioteca Nacional: enquanto que o manual dedica todo um ponto bastante extenso à seleção e controlo dos termos sinónimos, voltando a fazer referência a este tipo de termos no ponto intitulado 'Referências de Substituição' (o qual se foca nas relações de equivalência entre termos e se localiza na segunda secção denominada 'Estrutura de Referências'), a norma ISO 25964-1 apenas se refere os termos sinónimos no contexto das relações de equivalência. Apesar disto, a norma ISO considera mais situações do que o manual da Biblioteca nacional como sendo casos de sinonímia, dando também um breve destaque aos quase-sinónimos, enquanto que o manual apenas considera estes últimos possuem equivalência semântica. Tendo tudo isto em conta, optou-se novamente por utilizar o manual da Biblioteca Nacional como fonte de maior foco neste tópico, mantendo a norma ISO em mente.

Já os termos homónimos têm um destaque menor em ambas as publicações, não por serem menos importantes do que os anteriores, mas sim por surgirem em situações mais limitadas. Novamente, o manual da Biblioteca Nacional dá um maior destaque a estes termos ao incluí-los num ponto próprio e de destaque, enquanto que

a norma os agrupa com os qualificadores, colocando-os numa posição de menor destaque, algo que vai contra a importância que o controlo dos termos homónimos tem para a desambiguação destes. Apesar de não poder negar a forte relação que existe entre homónimos e qualificadores, considera-se importante a introdução de ambas as situações em pontos de maior destaque, tal como presente no manual da Biblioteca Nacional. Posto isto, a maioria dos casos específicos de homonímia focam-se em situações que não surgem entre os termos selecionados para controlo, sendo apenas utilizados os casos de homonímia em termos gerais, como por exemplo nos termos ‘teatro (arte)’ e ‘teatro (edifício)’, e nos termos referentes aos nomes geográficos. É também explicitado neste ponto do manual onde se pode encontrar instruções para o controlo dos termos homónimos relativos a nomes geográficos e para o estabelecimento e uso dos qualificadores utilizados para desambiguar situações de homonímia.

Relativamente ao uso do singular e do plural, ambas as publicações dão um nível de destaque semelhante. Neste caso, o que levou à preferência do manual da Biblioteca Nacional como base, foi o facto de a norma dar destaque a situações que ocorrem em idiomas como o inglês, o espanhol e até mesmo o francês. Visto que a própria norma ISO refere logo no início deste tópico a existência de particularidades, não só linguísticas, mas também culturais, foi dado destaque ao manual da Biblioteca Nacional. Ainda assim, muitas das informações são semelhantes. Um exemplo disto é a coexistência do singular e do plural quando ambas as formas de um termo representam conceitos diferentes.

Os termos compostos são algo difícil de evitar, tanto na indexação de termos gerais como de termos específicos. A título de exemplo temos o termo ‘Arquitetura religiosa’, o qual não pode ser decomposto sem perder o seu significado. Como ambas as fontes de informação utilizadas referem aproximadamente as mesmas situações, o desenvolvimento deste tópico foi efetuado com ambos os documentos em consideração.

Passando aos qualificadores parentéticos, ambas as publicações tratam situações semelhantes, apesar de o manual da Biblioteca Nacional as aprofundar mais. Tal como já foi referido no parágrafo relativo aos termos homónimos, na norma ISO estas duas situações estão unidas num único ponto que não recebe o devido destaque. Assim, foi seguido mais de perto o exemplo apresentado no manual da Biblioteca Nacional, mantendo em mente as informações presentes na norma.

Por fim, tem-se a terminologia relativa aos nomes geográficos. A norma faz uma breve referência a estes termos, enquanto que o manual lhes dedica uma parte bastante extensa, a qual engloba nomes geográficos jurisdicionais, nomes de áreas associadas com cidades, nomes geográficos não jurisdicionais, nomes de entidades jurisdicionais passadas, nomes de rios e áreas associadas com rios, nomes de ilhas e arquipélagos, nomes de regiões geográficas, bem como qualificadores geográficos. Como apenas uma pequena parte dos termos da lista que foram selecionados para controlo é referente a localizações geográficas, optou-se por seguir as indicações estabelecidas no manual da Biblioteca Nacional relativamente aos nomes geográficos jurisdicionais, com breve referência aos nomes de entidades jurisdicionais passadas. Isto deve-se ao facto de existirem na lista termos que representam, não só nomes de locais que já não existem, como se pode ver no termo ‘Arte fenícia’, bem como nomes de localizações que se podem referir à atualidade ou à antiguidade, como por exemplo, ‘Arte egípcia’. Ainda assim, apenas foi utilizado um número reduzido das situações existentes, pois muitos destes casos não se aplicam aos nomes geográficos presentes na lista.

5. Conclusão

Com o passar do tempo, os SOC têm vindo a sofrer várias alterações para que lhes seja possível acompanhar o desenvolvimento tecnológico e ir de encontro às necessidades cada vez mais exigentes dos seus utilizadores. Estes sistemas têm um lugar de destaque no domínio da CI, especialmente devido aos crescentes volumes de informação dificultarem a organização e recuperação da informação. A implementação de um SOC introduz uma maior facilidade na gestão e reutilização do conhecimento existente, sem que seja necessário voltar a produzi-lo ou desprender de recursos a procurá-lo.

Ainda assim, o facto de estes sistemas poderem ser utilizados por uma multiplicidade de áreas do conhecimento leva a que exista uma grande falta de consenso entre investigadores, não só relativamente às suas funções, mas também às categorias em que se inserem. Isto leva a que a implementação de novas práticas seja difícil de conseguir. Relativamente aos SOC específicos na área da arte e arquitetura, não existe nenhum de renome a nível nacional. Mesmo muitos dos que existem a nível internacional focam-se apenas no lado da arte ou no lado da arquitetura. Ainda assim, o AAT tem vindo a tornar-se num SOC de renome nestes domínios do conhecimento ao longo dos anos, dando um exemplo de boas práticas a quem procurar desenvolver um sistema semelhante ao seu. A presente dissertação utilizou este sistema como uma fonte de referência relativamente à verificação dos termos de arte e arquitetura presentes na lista de termos da FIMS, verificando-se que estes ainda necessitam de muito trabalho antes de poderem ser utilizados na catalogação dos itens presentes na biblioteca digital.

A especificidade inerente aos termos de arte e arquitetura traz ainda desafios acrescidos. No que toca à comparação com os termos do AAT, a barreira entre o inglês e o português, aliada à existência de uma terminologia técnica muito particular levou a que o processo de análise e comparação dos termos nos dois SOC levasse mais tempo do que o desejado. Já no controlo de autoridade, esta situação levanta dificuldades no que toca à seleção dos termos preferenciais e desambiguação de homónimos.

Deve-se notar que, apesar de a presente dissertação se centrar em bibliotecas de arte e arquitetura, é importante perceber que muitos dos passos aqui tomados podem também ser aplicados em arquivos. A Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva desempenha um papel importante no que toca à preservação, não só do espólio de vários arquitetos portugueses e portuenses influentes, mas também relativamente à salvaguarda e disponibilização de todo o conhecimento arquitetónico e artístico presente na documentação que salvaguarda. Como a lista de termos, e por consequência as relações entre os termos que nela existem, se aplica à globalidade da fundação, muito do trabalho aqui desenvolvido pode também auxiliar o arquivo desta instituição.

No que toca a trabalho futuro, esta dissertação apenas lança as bases para o controlo de autoridade na FIMS. O manual de apoio ao controlo de autoridade que foi desenvolvido não procura ser um guia exaustivo do controlo terminológico de todos os conceitos que existem, ou podem vir a existir, no universo da fundação. Em vez disto, procura introduzir novas indicações para o desenvolvimento de uma linguagem de indexação concisa, utilizando como base para a sua elaboração uma amostra de termos, provenientes de uma lista de termos já existentes, pertencentes às áreas da arte e da arquitetura. A utilização desta amostra levou a que muitas das situações que devem frequentemente ser tidas em conta no controlo de autoridade, como por exemplo o controlo de nomes de pessoas, não estejam presentes no manual desenvolvido. Desta forma, existe ainda um grande volume de trabalho futuro. A introdução do controlo de autoridade aos restantes termos irá levar ao surgimento de várias situações e exceções que presentemente não estão explicitadas. Para além disto, é também necessário estender o manual por forma a que inclua o controlo das relações existentes entre os

termos. Isto irá permitir a inclusão destas no catálogo da biblioteca, melhorando a recuperação de informação. Já relativamente à lista de termos em si, esta deve ser revista, corrigida e expandida por forma a que os seus termos possam ser plenamente aplicados na catalogação dos objetos digitais sem que seja necessário recorrer a informação proveniente de outros catálogos.

Referências bibliográficas

- "A Documentação - Fundação Instituto Marques Da Silva." 2021. Accessed January 13, 2021. <https://fims.up.pt/index.php?cat=19>.
- "A Fundação - Fundação Instituto Marques Da Silva." 2021. Accessed January 13, 2021. <https://fims.up.pt/index.php?cat=1>.
- "Apresentação - Fundação Instituto Marques Da Silva." 2021. Accessed January 13, 2021. <https://fims.up.pt/index.php?cat=1&subcat=13>.
- Assumpção, Fabrício Silva, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos, and Zaira Regina Zafalon. 2017. "O Controle de Autoridade No Domínio Bibliográfico: Os Catálogos Digitais." *Biblios* 68. <https://doi.org/10.5195/biblios.201>.
- Avram, Henriette D. 1968. "The MARC Project: Final."
- Bartoc.org. 2021. "About." 2021. <https://bartoc.org/about>.
- Benedetti, J. M. (2003). Managing the small art museum library. *The Twenty-First Century Art Librarian*, 39(1), 23–44. <https://doi.org/10.4324/9781315864792-2>
- Bhat, Mohammad Hanief. 2013. "Knowledge Organisation Systems in Digital Environment." *Trends in Information Management* 9 (1): 38–53.
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=lls&AN=92989862&site=ehost-live&scope=site%5Chttp://content.ebscohost.com/ContentServer.asp?T=P&P=AN&K=92989862&S=R&D=lls&EbscoContent=dGJyMMvI7ESeqLc4xNvgOLCmr06eprVSr6u4TbaWxWXS&ContentCustomer=dGJy>.
- Biblioteca Nacional. (2003). Indexação: Terminologia e controlo de autoridades.
- Biscalchin, Ricardo. 2019. "Os Sistemas de Organização Do Conhecimento e Os Desafios Frente à Geração Google." *Páginas A&B* 3 (11): 3–9.
- Bizer, Christian, Tom Heath, and Tim Berners-Lee. 2009. "Linked Data - The Story so Far." *International Journal on Semantic Web and Information Systems* 5 (3): 1–22. <https://doi.org/10.4018/jswis.2009081901>.
- Brito, Raissa Carneiro, Fabiano Cesar Mendoça Vidal, Sandra Albuquerque Siebra, and Júlio Afonso Sá de Pinho Neto. 2020. "Curadoria Digital Em Bibliotecas Virtuais: O Caso Do Projeto Virtual Worlds Database Da Community Virtual Librarian." *Brazilian Journal of Information Science* 14 (2 Abr-Jun): 151–72. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2020.v14n2.08.p151>.
- Catálogo UP. (2021). https://catalogo.up.pt/F/?func=file&file_name=base-list
- Clarke, Stella G. Dextre. 2001. "Thesaural Relationships." In *Relationships in the Organization of Knowledge*, edited by Carol A. Bean and Rebecca Green, 37–52. Boston: Springer-Science+Business Media, B. V.
- Colati, Greg. 2018. "A Data Architecture for Library Collections." *Journal of Library Administration* 58 (5): 468–81. <https://doi.org/10.1080/01930826.2018.1468660>.
- Craig, S. (2003). Survey of Current Practices in Art and Architecture Libraries. *Journal of Library Administration*, 39(1), 91–107. <https://doi.org/10.4324/9781315864792-6>
- Crews, Kenneth. 2008. "Study on Copyright Limitations and Exceptions for Libraries and Archives." *Standing Committee on Copyright and Related Rights*. Geneva.
- Dagher, Iman, and Denise Soufi. 2021. "Authority Control of Arabic Personal Names:

- RDA and Beyond." *Cataloging & Classification Quarterly* 0 (0): 1–19.
<https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1845896>.
- Downey, Moira. 2019. "Assessing Author Identifiers: Preparing for a Linked Data Approach to Name Authority Control in an Institutional Repository Context." *Journal of Library Metadata* 19 (1–2): 117–36.
<https://doi.org/10.1080/19386389.2019.1590936>.
- Getty Research Institute. 2020a. "AAT: Frequently Asked Questions." 2020.
http://www.getty.edu/research/tools/vocabularies/aat/aat_faq.html.
- . 2020b. "About the AAT." 2020.
<https://www.getty.edu/research/tools/vocabularies/aat/about.html#top>.
- . 2021. "Getty Vocabularies." 2021.
<https://www.getty.edu/research/tools/vocabularies/>.
- Greenberg, Jane. 1993. "Intellectual Control of Visual Archives: A Comparison Between the Art and Architecture Thesaurus and the Library of Congress Thesaurus for Graphic Materials." *Cataloging & Classification Quarterly* 16 (January 2015): 85–117. <https://doi.org/10.1300/J104v16n01>.
- Gruber, Thomas R. 1993. "A Translation Approach to Portable Ontology Specifications." *Knowledge Aquisition*. California.
<https://pdfs.semanticscholar.org/5120/f65919f77859a974fcc1ad08f72b2918b8ec.pdf%0Ahttps://ebiquity.umbc.edu/get/a/publication/501.pdf>.
- Hallo, M., S. Luján-Mora, and J. Trujillo. 2014. "Transforming Library Metadata into Linked Library Data." *ICER2014 Proceedings*.
<http://www.ala.org/alcts/resources/org/cat/research/linked-data>.
- Harpring, Patricia. 2010. "Development of the Getty Vocabularies: AAT, TGN, ULAN, and CONA." *Art Documentation: Journal of the Art Libraries Society of North America* 29 (1): 67–72. <https://doi.org/10.1086/adx.29.1.27949541>.
- Hedden, Heather. 2008. "Comparative Evaluation of Thesaurus Creation Software." *The Indexer: The International Journal of Indexing* 26 (2): 50–59.
<https://doi.org/10.3828/indexer.2008.15>.
- . 2010. "Taxonomies and the Information User." *Information Outlook* 14 (8): 10–13. <http://search.proquest.com/docview/1038049727?accountid=142596>.
- Hjørland, Birger. 2012. "Is Classification Necessary after Google?" *Journal of Documentation* 68 (3): 299–317. <https://doi.org/10.1108/00220411211225557>.
- Hodge, Gail. 2000. *Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: Beyond Traditional Authority Files*. The Digital Library Federation Council on Library and Information Resources. Washington DC: The Digital Library Federation Council on Library and Information Resources.
- Holgate, Lisle. 2004. "Creating and Using Taxonomies to Enhance Enterprise Search." *EContent*.
- IFLA Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR). 2009. "Functional Requirements for Authority Data: A Conceptual Model." *International Federation of Library Associations and Institutions*.
<https://doi.org/10.5860/Irfs.54n3.175>.
- IFLA Working Group on the Functional Requirements for Subject Authority Records (FRASAR). 2010. "Functional Requirements for Subject Authority Data: A

- Conceptual Model." *International Federation of Library Associations and Institutions*. <https://doi.org/10.1080/14649055.2011.10766293>.
- International Standards Organization. (2011). ISO 25964-1 Information and documentation - Thesauri and interoperability with other vocabularies - Part 1: Thesauri for information retrieval.
- Investigação | Fundação Instituto Marques da Silva. (2021). <https://fims.up.pt/index.php?cat=44>
- Jin, Qiang, and Deren Kudeki. 2019. "Identity and Access Management for Libraries." *Technical Services Quarterly* 36 (1): 44–60. <https://doi.org/10.1080/07317131.2018.1532056>.
- Karaganis, Joe. 2018. *Shadow Libraries: Access to Knowledge in Global Higher Education*. Edited by Joe Karaganis. Cambridge: The MIT Press. <http://library1.nida.ac.th/termpaper6/sd/2554/19755.pdf>.
- Larson, Ray R. 1989. "The Decline of Subject Searching: Long-term Trends and Patterns of Index Use in an Online Catalog." *Journal of the American Society for Information Science* 42 (3): 197–215. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199104\)42:3<197::AID-ASIS6>3.0.CO;2-T](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199104)42:3<197::AID-ASIS6>3.0.CO;2-T).
- Library of Congress. 2010. "TGM I: Proper Name Indexing." 2010. <https://www.loc.gov/rr/print/tgm1/iic.html>.
- . 2017a. "TGM I: Subject Heading Strings and Subdivisions." 2017. <https://www.loc.gov/rr/print/tgm1/iii.html>.
- . 2017b. "TGM I: Summary of Features." 2017. <https://www.loc.gov/rr/print/tgm1/ib.html>.
- . 2017c. "TGM I: Summary of Features - Scope and Purpose." 2017. <https://www.loc.gov/rr/print/tgm1/ia.html>.
- . 2017d. "Thesaurus for Graphic Materials I: Subject Terms (TGM I)." 2017. <https://www.loc.gov/rr/print/tgm1/index.html>.
- . 2021. "About the Thesaurus for Graphic Materials." 2021. <https://www.loc.gov/pictures/collection/tgm/>.
- Lima, Izabel França de, and Renato Rocha Souza. 2010. "A Concepção de Biblioteca Digital Na Literatura Brasileira de Periódicos Em Ciência Da Informação." In *XI Encontro Nacional de Pesquisa Em Ciência Da Informação - Inovação e Inclusão Social: Questões Contemporâneas Da Informação*. Rio de Janeiro.
- Lima, V. M. A. (2018). Bibliotecários de Arte no Brasil formação e desenvolvimento profissional: um estudo exploratório. *Informação & Sociedade: Estudos*, 28(3), 193–204. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n3.38208>
- Lucker, A. (2003). Evolution of a Profession: The Changing Nature of Art Librarianship. *Journal of Library Administration*, 39(2–3), 161–174. https://doi.org/10.1300/J111v39n02_12
- Maceviciute, Elena. 2018. "How Libraries Create Value and Help Diminishing the Digital Divide." *Qualitative and Quantitative Methods in Libraries* 7: 399–405. <http://hb.diva-portal.org/smash/record.jsf?aq2=%5B%5B%7B%22dateIssued%22%3A%7B%22from%22%3A%222017%22%2C%22to%22%3A%222019%22%7D%7D%2C%7B%22researchSubjectId%22%3A%2223453%22%7D%2C%7B%22language%22%>

- 3A%22eng%22%7D%5D%5D&c=20&af=%5B%22contentTypeCode%3Arefe.
- Miranda, L. A. (2019). ARTE, MEMÓRIA, INFORMAÇÃO E DEFICIÊNCIA: as bibliotecas de arte e a democratização dos saberes. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 15(esp.), 294–313.
- Moholt, Pat. 2001. "The Art and Architecture Thesaurus: Controlling Relationships Trough Rules and Structure." In *Relationships in the Organization of Knowledge*, edited by Carol A. Bean and Rebecca Green, 153–70. Boston: Springer-Science+Business Media, B. V.
- Mugridge, Rebecca L., Rebecca Nous, Nancy Poehlmann, and Wendy West. 2018. "Benchmarking Vended Authority Control Practices in Arl Libraries." *Technical Services Quarterly* 35 (4): 323–37. <https://doi.org/10.1080/07317131.2018.1509432>.
- Nomenclature for Museum Cataloging. 2021. "About Nomenclature." 2021. <https://www.nomenclature.info/apropos-about.app?lang=en>.
- Papachristopoulos, Leonidas, Giannis Tsakonas, Moses Boudourides, Michalis Sfakakis, Nikos Kleidis, Sergios Lenis, and Christos Papatheodorou. 2019. "Discovering the Structure and Impact of the Digital Library Evaluation Domain." *International Journal on Digital Libraries* 20 (2): 125–41. <https://doi.org/10.1007/s00799-017-0222-x>.
- Phillpot, C. (1985). Art libraries for the people. *Art Libraries Journal*, 10(4), 3–11. <https://doi.org/10.1017/s0307472200004338>
- Petersen, Toni. 1990. "Developing a New Thesaurus for Art and Architecture." *Library Trends* 38 (4): 644–58.
- Pieterse, Vreda, and Derrick G. Kourie. 2014. "Lists, Taxonomies, Lattices, Thesauri and Ontologies: Paving a Pathway through a Terminological Jungle." *Knowledge Organization* 41 (3): 217–29. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2014-3-217>.
- Sharma, Ravi S., Schubert Foo, and Miguel Morales-Arroyo. 2008. "Developing Corporate Taxonomies for Knowledge Auditability: A Framework for Good Practices." *Knowledge Organization* 35 (1): 30–46. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-1-30>.
- Soergel, Dagobert. 1995. "The Art and Architecture Thesaurus (AAT): A Critical Appraisal." *Visual Resources: An International Journal of Documentation* 10 (4): 369–400. <https://doi.org/10.1080/01973762.1995.9658306>.
- Taylor, Bradley L. 1996. "Chenhall's Nomenclature, the Art and Architecture Thesaurus, and Issues of Access in America's Artifact Collections." *Art Documentation: Journal of the Art Libraries Society of North America* 15 (2): 17–23. <https://doi.org/10.1086/adx.15.2.27948842>.
- Tillett, Barbara B. 2004. "Authority Control: State of the Art and New Perspectives." *Cataloging and Classification Quarterly* 38 (3–4): 23–41. https://doi.org/10.1300/J104v38n03_04.
- "UP AtoM Server - Fundação Instituto Arquitecto José Marques Da Silva." 2021. Accessed January 13, 2021. <https://arquivoatom.up.pt/index.php/fundacao-instituto-arquitecto-jose-marques-da-silva>.
- Vellucci, Sherry L. 2004. "Commercial Services for Providing Authority Control: Outsourcing the Process." *Cataloging & Classification Quarterly* 39 (1–2): 443–56. https://doi.org/10.1300/J104v39n01_12.

- Verma, Lakshmi, and Nishant Kumar. 2018. "Comparative Analysis of Open Source Digital Library Softwares: A Case Study." *DESIDOC Journal of Library and Information Technology* 38 (5): 362–69. <https://doi.org/10.14429/djlit.38.5.12425>.
- Whitehead, Cathleen. 1989. "Faceted Classification in the Art and Architecture Thesaurus." *Art Documentation: Journal of the Art Libraries Society of North America* 8 (4): 175–77. <https://doi.org/10.1086/adx.8.4.27948127>.
- Wu, Zongda, Jian Xie, Jun Pan, and Xining Su. 2019. "An Effective Approach for the Protection of User Privacy in a Digital Library." *Libri* 69 (4): 315–24. <https://doi.org/10.1515/libri-2018-0148>.
- Zeng, Marcia Lei. 2008. "Knowledge Organization Systems (KOS)." *Knowledge Organization* 35 (2–3): 160–82. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-2-3-160>.
- Zeng, Marcia Lei, and Gail Hodge. 2011. "Developing a Dublin Core Application Profile for the Knowledge Organization Systems (KOS) Resources." *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology* 37 (4): 30–34. <https://doi.org/10.1002/bult.2011.1720370409>.
- Zhu, Lihong. 2019. "The Future of Authority Control: Issues and Trends in the Linked Data Environment." *Journal of Library Metadata* 19 (3–4): 215–38. <https://doi.org/10.1080/19386389.2019.1688368>.

Anexos

Anexo A – Tabelas relativas à análise das fichas de utilizadores

Fichas relativas ao ano de 2018:

Profissão	
Estudante	22
Arquiteto(a)	14
Professor(a)	5
Arquiteto/professor(a)	2
Investigador	2
Arquiteto(a) investigador(a)	1
Curador(a)	1
Engenheiro(a) civil	1
Gestor(a)	1
Técnico(a) superior	1
Não especificado	5

Vínculo a instituição	
Universidade nacional	40
Universidade internacional	6
Empresa	5
Não especificado	5

Interesse de pesquisa	
Académico	32
Profissional	8
Não especificado	12

Distrito/país de proveniência	
Porto	27
Braga	8
Aveiro	5
Lisboa	3
Brasil	3
Espanha	2
Vila Real	2
França	1
Itália	1
Santarém	1
Viana do Castelo	1
Viseu	1
Não especificado	2

Universidade	
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (inclui CEAU)	22
Escola de Arquitetura da Universidade do Minho	6
Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto	2
Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa	2
Universidade Lusíada Norte – Famalicão	2
Alma Mater Studiorum, Università di Bologna	1
Escola Superior Técnica de Arquitetura de Valladolid	1
ETS. Arquitetura – Universidad del País Vasco	1
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (inclui CES)	1
Faculdade de Letras da Universidade do Porto (inclui CITCEM)	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1
Universidade Federal da Fronteira do Sul	1
Université Laval – École d'architecture	1
Universidad de Las Palmas de Gran Canaria	1
Universidade Nova de Lisboa	1
Universidade Federal de Pernambuco	1
Não especificado	2

Fichas relativas ao ano de 2019:

Profissão	
Estudante	22
Arquiteto(a)	18
Arquiteto(a) investigador(a)	3
Editor(a)	2
Professor(a) investigador(a)	2
Advogado(a)	1
Hotelaria	1
Investigador(a)	1
Op. Bilheteira/loja (Dep. Divulgação e apoio ao visitante)	1
Professor(a)	1
Projetista	1
Reformado(a)	1
Não especificado	2

Vínculo a instituição	
Universidade nacional	37
Empresa	3
Universidade internacional	3
Trabalhador(a) independente	1
Reformado(a)	1
Não especificado	11

Interesse de pesquisa	
Académico	28
Profissional	11
Pessoal	3
Não especificado	14

Distrito/país de proveniência	
Porto	28
Lisboa	8
Braga	6
Aveiro	3
Viana do Castelo	3
Brasil	1

Coimbra	1
Espanha	1
França	1
Itália	1
Portalegre	1
Vila Real	1
Não especificado	1

Universidade	
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (inclui CEAU)	16
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (inclui CES)	4
Faculdade de Letras da Universidade do Porto (inclui CITCEM)	2
Escola de Arquitetura da Universidade do Minho	1
Escola Superior Artística do Porto	1
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	1
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa	1
Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto	1
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa	1
Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa	1
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa	1
Sapienza Università di Roma	1
Universidade de Aveiro – Departamento de Engenharia Civil	1
Universidade Católica do Porto	1
Universidade Federal de Minas Gerais	1
Universidade Fernando Pessoa	1
Universidade Lusíada de Lisboa (inclui CITAD)	1
Universidade Lusíada do Porto	1
Universidade Lusófona (distrito não especificado)	1
Universidade Lusófona do Porto	1
Universidad de Zaragoza	1

Fichas relativas ao ano de 2020:

Profissão	
Estudante	26
Arquiteto(a)	5
Professor(a)	3
Arquiteto(a) investigador(a)	2
Designer visual	1
Não especificado	4

Vínculo a instituição	
Universidade nacional	33
Trabalhador independente	2
Universidade internacional	2
Empresa	1
Não especificado	3

Interesse de pesquisa	
Académico	28
Profissional	4
Pessoal	1
Não especificado	8

Distrito/país de proveniência	
Porto	27
Lisboa	4
Itália	2
Aveiro	1
Braga	1
Coimbra	1
Santarém	1
Viana do Castelo	1
Vila Real	1
Viseu	1
Não especificado	1

Universidade	
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (inclui CEAU)	18
Escola de Arquitetura da Universidade do Minho	2
Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto	2
Faculdade de Ciências e tecnologias da Universidade de Coimbra	2
Faculdade de Letras da Universidade do Porto (inclui CITCEM e Instituto de Filosofia)	3
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa	2
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa	1
Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa	1
Politécnico di Milano	1
Universidad de Las Palmas de Gran Canaria	1
Universidade Lusíada do Porto	1
Universidade Lusófona do Porto	1

Anexo B – Termos de arte e arquitetura da FIMS selecionados para controlo de autoridade

Abadia	Arquitetura, Guimarães	Arquitetura rural
Abóbada	Arquitetura, Inglaterra	Arte
Abóbada, decoração	Arquitetura, Itália	Arte, Aveiro
Abside	Arquitetura, Lisboa	Arte, Espanha
Aço	Arquitetura, Londres	Arte, Florença
Acústica	Arquitetura, Monsaraz	Arte, França
Adega	Arquitetura, Paris	Arte, Guimarães
Aguarela	Arquitetura, Portalegre	Arte, inspiração
Alçado	Arquitetura, Porto	Arte, Portalegre
Alminhas	Arquitetura, Portugal	Arte, Portugal
Altar	Arquitetura, Praga	Arte africana
Alumínio	Arquitetura, República	Arte árabe
Alvenaria	Checa	Arte bizantina
Ambão	Arquitetura, Roma	Arte carolíngia
Anteprojeto	Arquitetura, Sevilha	Arte celta
Apainelado	Arquitetura, tradição	Arte cívica
Apartamento	Arquitetura, Veneza	Arte contemporânea
Aquecimento	Arquitetura, Viana do	Arte cristã
Aqueduto	Castelo	Arte decorativa
Arco	Arquitetura, Vignola	Arte egípcia
Arcobotante	Arquitetura, Viseu	Arte fenícia
Ardósia	Arquitetura civil	Arte flamenga
Arenito	Arquitetura clássica	Arte funerária
Argamassa	Arquitetura colonial	Arte germânica
Armazém	Arquitetura egípcia	Arte grega
Arquiteto	Arquitetura escolar	Arte hindu
Arquiteto, conduta	Arquitetura da habitação	Arte industrial
Arquiteto, contabilidade	Arquitetura militar	Arte muçulmana
Arquiteto, dever profissional	Arquitetura moderna	Arte mural
Arquiteto, formação	Arquitetura moderna,	Arte negra
Arquiteto, honorários	Alemanha	Arte paisagista
Arquiteto, litígio	Arquitetura moderna,	Arte popular
Arquiteto auditor	habitação	Arte romana
Arquiteto avaliador	Arquitetura moderna,	Arte sacra
Arquitetura	Hungria	Artes gráficas
Arquitetura, Alemanha	Arquitetura moderna,	Artes plásticas
Arquitetura, Berlim	quarto	Artesanato
Arquitetura, Brasil	Arquitetura religiosa	Ascensor
Arquitetura, Caminha	Arquitetura religiosa,	Asilo
Arquitetura, Carcassonne	Alemanha	Asna (peça estrutural)
Arquitetura, China	Arquitetura religiosa,	Atelier de arquitetura
Arquitetura, Coimbra	Espanha	Azulejo
Arquitetura, Concurso	Arquitetura religiosa, França	Balaustrada
Arquitetura, Egito	Arquitetura religiosa, Itália	Ballet
Arquitetura, ensino	Arquitetura religiosa,	Barragem
Arquitetura, Eslováquia	Portugal	Basílica
Arquitetura, Espanha	Arquitetura religiosa,	Batistério
Arquitetura, Finlândia	Turquia	Belas-artes
Arquitetura, França	Arquitetura romana	Belas-artes, ensino

Betão	Coluna	Edifício
Betão armado	Composição (arquitetura)	Edifício, acústica
Betonilha	Composição alegórica	Edifício, aquecimento
Biblioteca (edifício)	Composição decorativa	Edifício, carga
Bordado	Comunicação visual	Edifício, construção
Caixilharia	Construção	Edifício, iluminação
Cal	Construção civil	Edifício, regras de medição
Calvário	Construção em madeira	Edifício, ventilação
Cama	Construção militar	Edifício de alimentação
Campanário	Construtor	Edifício administrativo
Canalização	Convento	Edifício comercial
Canalização de água	Convento, França	Edifício de ensino superior
Canalização sanitária	Convento, Portugal	Edifício escolar
Candeeiro	Cor	Edifício hospitalar
Cântico	Corredor (espaço)	Edifício industrial
Capela	Corte (arquitetura)	Edifício judicial
Capela, França	Couro	Edifício político
Capela, Itália	Cozinha	Elasticidade dos materiais
Capela, Portugal	Creosoto	Elemento construtivo
Capela funerária	Croquis	Eletricidade
Caracter alfac	Cruzeiro (arquitetura)	Elevador
Caricatura (desenho)	Cultura	Elevador elétrico
Caricaturista	Cumeeira	Elevador hidráulico
Carpete	Cúpula	Empreitada
Carpintaria	Curral	Empreiteiro
Casa de banho	Dança	Empresa de construção civil
Castelo, Alemanha	Decoração	Engenharia
Castelo, França	Decoração de interiores	Engenharia civil
Castelo, Portugal	Deformação dos materiais	Equipamento
Castelo medieval	Degradação linear	Ermida
Castelo	Desenho	Escada aérea
Catedral	Desenho, perspetiva	Escadaria
Catedral, Alemanha	Desenho, planificação	Escadas
Catedral, França	Desenho, projeção	Escadas exteriores
Catedral, Itália	Desenho, reflexo	Escadas em ferro
Catedral, Portugal	Desenho arquitetónico	Escadas interiores
Cave	Desenho artístico	Escavação
Celeiro	Desenho geométrico	Escola artística
Cerâmica	Desenho industrial	Escoramento
Cerâmica, Portalegre	Desenho de invenção	Escritório
Cerâmica, Portugal	Desenho linear	Escultura
Chafariz	Desenho linear geométrico	Escultura, França
Chafariz, Portugal	Desenho de moda	Escultura, Grécia
Chaminé	Desenho ornamental	Escultura, Portugal
Cimento	Desenho de projeção	Escultura africana
Cimento Portland	Desenho à vista	Escultura egípcia
Cimento vulcânico	Design	Escultura gótica
Cinema	Dilatação dos materiais	Escultura religiosa
Cinzelagem	Dimensão (arquitetura)	Esgoto
Claustro	Disposição (arquitetura)	Esmalte, genebra
Cobre	Doca	Esquisso
Coche	Drenagem de água	Estábulo
Cofragem	Ecleticismo	Estética

Estilística	Habitação, país tropical	Igreja retangular
Estilo árabe	Habitação, pintura	Iluminação
Estilo arquitetónico	Habitação, Portugal	Iluminura
Estilo artístico	Habitação, reconstrução	Impermeabilização
Estilo barroco	Habitação, Roma	Indústria
Estilo bizantino	Habitação, ventilação	Infra-estrutura
Estilo francês	Habitação coletiva	Inventário artístico
Estilo Francisco I	Habitação económica	Isolamento (construção)
Estilo gótico	Habitação moderna	Janela
Estilo Henrique II	Habitação plurifamiliar	Jardim
Estilo Henrique IV	Habitação rural	Jazigo
Estilo império	Habitação sub-urbana	Laje
Estilo Luís XIII	Habitação unifamiliar	Lâmpada
Estilo Luís XIV	Habitação urbana	Lápide funerária
Estilo Luís XV	Hall	Loja
Estilo Luís XVI	História	Madeira
Estilo manuelino	História da arquitetura	Madeira-cimento
Estilo renascentista	História da arte	(decoração)
Estilo romântico	História da escultura	Máquina
Exposição	Iconografia	Marcenaria
Expositor (suporte)	Igreja	Marmoraria
Fado	Igreja, abside	Mármore
Faiança	Igreja, arco	Matéria
Fechadura	Igreja, arcobotante	Material
Ferro	Igreja, claustro	Material artístico
Ferro forjado	Igreja, contraforte	Material de construção
Fibra têxtil	Igreja, cripta	Material de desenho
Fibrocimento	Igreja, cúpula	Material elétrico
Filme	Igreja, cúpula francesa	Material de escrita
Fogão	Igreja, decoração	Material de pintura
Fontanário	Igreja, escultura	Material trussing
Fonte	Igreja, fachada	Mausoléu
Forma (arquitetura)	Igreja, iluminação	Mecenato
Fortificação	Igreja, nártex	Mesquita
Fossa	Igreja, nave lateral	Método de culmina
Fossa séptica	Igreja, ogiva	Método de Ritter
Fotografia	Igreja, portal	Mineralogia
Fundação (alicerce)	Igreja, pórtico	Mobiliário
Galeria	Igreja tirante	Mobiliário de cozinha
Gárgula	Igreja, torre lanterna	Mobiliário religioso
Gesso	Igreja, tribuna	Mobiliário de rua
Gesso, impermeabilização	Igreja, trifário	Moda
Granito	Igreja, França	Monta-cargas
Gravura	Igreja, Portugal	Monumento
Grés gentil & bourdet	Igreja, Turquia	Mosaico
Habitação	Igreja abobadada	Mosteiro
Habitação, aquecimento	Igreja em cruz	Motivo (arquitetura)
Habitação, construção	Igreja em cruz grega	Muralha
Habitação, financiamento	Igreja fortificada	Muro de contenção
Habitação, França	Igreja moderna	Museu
Habitação, higiene	Igreja poligonal	Música
Habitação, idade média	Igreja redonda	Nicho
Habitação, Itália	Igreja renascentista	Nivelamento (topografia)

Ópera	Porta de elevação ultra	Teatro, composição
Ópera russa	Porta de fole	Teatro, composição decorativa
Ordem antiga	Porta giratória	Teatro, construção
Ordem arquitetônica	Porta nártex	Teatro, decoração
Ordem compósita	Pórtico	Teatro, escadas
Ordem coríntia	Praça (espaço)	Teatro, iluminação
Ordem dórica	Presbitério	Teatro, plano cênico
Ordem jônica	Projeto	Teatro, pórtico
Ordem toscana	Proporção (arquitetura)	Teatro, prevenção contra incêndios
Ornamentação	Púlpito	Teatro, quarto da cortina
Ourivesaria	Quarto	Teatro, sala de espetáculo
Ouro	Quinta	Teatro, teto
Padieira	Radiador	Teatro, vestíbulo
Palácio	Rampa de acesso	Teatro (arte)
Palácio da justiça	Recital	Teatro (edifício)
Panteão	Relevo (arquitetura)	Técnica de construção
Parede	Representação (arquitetura)	Telhado
Parquet	Resistência à compressão	Telhado, inclinação
Parte de edifício	Resistência à extensão	Templo
Pátio	Resistência dos materiais	Teoria da arquitetura
Pavimento	Retrato	Terraplanagem
Pavimento em ferro	Sacristia	Terreno, preparação
Pedra	Sala do capítulo	Teto
Peristilo	Sala de catequese	Tijolo de vidro
Perspetiva linear	Sala de jantar	Tinta
Pia batismal	Sala de termas	Tipografia
Pilastra	Salão	Torreão
Pintura	Santuário	Traçado de sombra
Pintura, Portugal	Sarcófago	Tubo de zinco
Pintura, Roma antiga	Sé	Túmulo
Pintura a fresco	Selaria	Túnel
Pintura americana	Sepultura	Vão, arquitetura
Pintura egípcia	Simbólica	Vão de escada
Pintura espanhola	Simetria	Varanda
Pintura francesa	Sinagoga	Vestíbulo
Pintura holandesa	Sistema métrico	Vidraria
Pitoresco	Sobreposição (arquitetura)	Vidro
Poço	Solar	Vitral
Ponte	Tapeçaria	Vitrina
Porta	Teatro, acústica	
Porta de correr	Teatro, anfiteatro	

Anexo C – Manual de apoio ao controlo de autoridade

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto



Manual de apoio ao controlo de autoridade

Autoria

Matilde Sofia Estremina Ramos

Orientação

Prof. Dra. Olívia Manuela Marques Pestana

Dra. Ana Sofia Ramos

Porto, Julho de 2021

Sumário

Introdução.....	70
1 Orientações gerais.....	71
1.1 Idioma.....	71
1.2 Alterações na terminologia.....	71
1.3 Forma dos termos.....	71
1.3.1 Forma gramatical	71
1.3.2 Ortografia.....	71
1.3.3 Termos homónimos	71
1.3.4 Termos compostos	71
1.3.5 Singular e plural	71
1.4 Capitalização	71
1.5 Pontuação	71
1.5.1 Vírgula	71
1.5.2 Parênteses.....	72
1.5.3 Espaço.....	72
1.6 Escrita.....	72
2 Termos sinónimos.....	72
2.1 Termos diferentes com o mesmo significado	72
2.1.1 Critérios gerais.....	72
2.1.2 Critérios específicos para determinadas categorias de sinónimos	73
2.2 Grafias variantes.....	73
2.3 Termos equivalentes em línguas diferentes	73
3 Termos homónimos	73
4 Singular e plural.....	73
4.1 Uso do singular	73
4.1.1 Noções abstratas (fenómenos, propriedades, atividades, disciplinas, etc.)	74
4.1.2 <i>Entidades concretas não contáveis, relativamente às quais se pode fazer a pergunta «quanto?»</i>	74
4.2 Uso do plural.....	74
4.2.1 Noções abstratas que designem uma classe compreendendo vários membros.....	74
4.2.2 Entidades concretas contáveis relativamente às quais se pode fazer a pergunta «quantos?».....	74
5 Termos compostos	74
5.1 Análise dos termos compostos	74
5.1.1 Princípios gerais	74
5.1.2 Opções relativas à aceitação ou não de um termo composto:	74

5.1.3 Orientações específicas:	75
5.2 Forma dos termos compostos na linguagem de indexação.....	75
6 Qualificadores parentéticos.....	76
6.1 Formulação de qualificadores	76
6.1.1 Controlo da terminologia	76
6.2 Limitações ao uso de qualificador	76
7 Terminologia de nomes geográficos	77
7.1 Terminologia	77
7.1.1 Seleção dos termos	77
7.1.2 Fontes de referência	77
7.1.3 Alteração de nomes	77
7.1.4 Língua.....	77
7.2 Forma	78
7.2.1 Designação jurisdicional	78
7.2.2 Qualificação	78
Conclusão.....	79
Referências bibliográficas	80

Introdução

O presente manual foi desenvolvido no âmbito de uma dissertação de mestrado intitulada “Sistemas de Organização do Conhecimento no Domínio Arquitetónico e Artístico: Estudo de Caso da Biblioteca da Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva”, realizada no seguimento do Mestrado em Ciência da Informação, lecionado na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Este documento tem como principal objetivo fornecer indicações para a realização do controlo de autoridade na Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva (FIMS), em particular na sua biblioteca digital.

Esta fundação procura não só salvaguardar, mas também disponibilizar documentos pertencentes a influentes arquitetos, oriundos não só da área do Porto, mas também de todo o país. Para isto, é necessária a existência de um guia que permita um controlo apropriado da linguagem de indexação utilizada na catalogação destes itens.

Deve-se notar que o presente documento não é exaustivo no contexto do universo documental da FIMS, contendo especificações para o controlo de um conjunto de termos relativos a arte e arquitetura, selecionados de uma lista de termos já existente na fundação. Desta forma, as indicações relativas à seleção de terminologia não estão presentes. Sendo um documento com uma aplicação limitada, este manual pretende apenas lançar as bases para o controlo de autoridade na FIMS, fornecendo as indicações para o início desta árdua tarefa.

Como base para a sua elaboração, foram utilizados dois documentos, nomeadamente a norma intitulada “*ISO 25964-1:2011 Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – Part 1: Thesauri for information retrieval*”, bem como a obra “Indexação: Terminologia e controlo de autoridades”, publicada pela Biblioteca Nacional de Portugal. A seleção da norma ISO advém não só do facto de ser um padrão internacional utilizado em SOC de renome, como por exemplo o *Art and Architecture Thesaurus*, mas também porque apesar da lista de termos da FIMS não ser um tesauro, o controlo do vocabulário deve ser sempre feito rigorosamente e por forma a evitar as ambiguidades existentes na língua natural. Já a utilização do manual da Biblioteca Nacional deve-se ao facto de esta publicação oferecer um ponto de vista do controlo de terminologia que observa as várias nuances da língua portuguesa. Assim, todas as futuras atualizações deste manual de apoio ao controlo de autoridade devem basear-se nestas duas publicações.

1 Orientações gerais

As presentes orientações têm como objetivo fornecer instruções que garantam a coerência na seleção da forma dos termos a utilizar na indexação.

1.1 Idioma

Os termos selecionados devem ser provenientes da língua portuguesa, exceto nas seguintes situações – quando não existe um termo em português para representar o conceito; quando o conceito é mais conhecido pela sua forma em língua estrangeira e é referido em fontes portuguesas dessa forma; e quando na área do conhecimento em que o termo se insere é utilizada terminologia proveniente de outro idioma.

1.2 Alterações na terminologia

Quando se verificarem alterações na linguagem de indexação, estas devem refletir-se na linguagem de indexação. Isto permite que o acesso aos termos se dê sempre através daqueles que forem mais correntes.

1.3 Forma dos termos

1.3.1 Forma gramatical

Os termos de indexação devem ser expressos na forma nominal, quer por substantivos simples, quer por locuções nominais.

1.3.2 Ortografia

Os termos da língua portuguesa devem ser expressos de acordo com as mais recentes convenções gramaticais. No caso de termos em língua estrangeira, devem ser utilizadas as formas que surgem em dicionários consagrados do idioma em questão.

1.3.3 Termos homónimos

As regras para a indexação destes termos devem ser seguidas segundo as indicações fornecidas em 3.

1.3.4 Termos compostos

O uso de termos compostos em linguagem de indexação deve ser efetuado de acordo com as indicações presentes em 5.

1.3.5 Singular e plural

A seleção da forma singular ou plural de um termo de indexação deve seguir as indicações presentes em 4.

1.4 Capitalização

De um modo geral o uso de maiúsculas respeita a ortografia corrente. A letra inicial dos termos é sempre maiúscula, bem como a da primeira (ou única) palavra que configure um qualificador parentético.

1.5 Pontuação

1.5.1 Vírgula

Este sinal de pontuação usa-se em qualificadores geográficos para separar os nomes das entidades qualificadoras (ver 7.2.3)

Exemplo: Arte (Portalegre, Portugal)

1.5.2 Parênteses

Este sinal de pontuação deve ser utilizado para conter os elementos pertencentes a um qualificador parentético.

Exemplo: Motivo (Arquitetura)

1.5.3 Espaço

De um modo geral, o espaço utiliza-se de acordo com a ortografia corrente, para separar palavras. No entanto, observa-se a seguinte situação:

1.5.3.1 Em qualificadores parentéticos

Os qualificadores parentéticos são precedidos de um espaço. No entanto, os elementos incluídos no qualificador não devem estar separados dos parêntesis.

Exemplo: Caricatura (Desenho)

1.6 Escrita

A linguagem de indexação deve ser expressa através do alfabeto latino, devendo termos originários de idiomas que utilizem outros alfabetos ser apresentados na forma transliterada.

2 Termos sinónimos

Este ponto tem como objetivo fornecer as indicações necessárias para a seleção e o estabelecimento na linguagem de indexação dos termos que são sinónimos na linguagem natural. Consideram-se como sinónimos todos os termos que possuem o mesmo significado que um outro termo. De uma forma geral, são também considerados como sinónimos:

- Quase-sinónimos, quando estes tenham equivalência semântica;
- Grafias variantes de um mesmo termo;
- Termos de origens linguísticas diferentes, quando procuram representar o mesmo conceito;
- Termos atuais e termos desatualizados;

2.1 Termos diferentes com o mesmo significado

2.1.1 Critérios gerais

Sempre que as situações de sinonímia não se enquadrarem nos casos apresentados em 2.1.2, o termo sinónimo preferencial selecionado deve ser aquele que reunir o maior número das seguintes características:

2.1.1.1 O termo que for menos polissémico.

Exemplo: Disciplinas

E não Cadeiras (Ensino)

2.1.1.2 Termo mais usado em linguagens de indexação da área temática.

2.1.1.3 Termo mais familiar para os utilizadores, dentro da área temática em que se insere.

2.1.1.4 Termo de uso corrente mais generalizado na língua portuguesa, mesmo que seja de origem estrangeira.

2.1.2 Critérios específicos para determinadas categorias de sinónimos

2.1.2.1 Termos populares e científicos

Devido à necessidade de um vocabulário altamente especializado por parte dos utilizadores, deve ser utilizado como termo preferencial aquele que estiver presente no contexto profissional.

2.1.2.2 Termos obsoletos e termos atuais

Como regra geral, preferir os termos atuais. Estes devem ser atualizados caso se tornem obsoletos.

Exemplo: Tesoura e Asna

2.1.2.3 Variantes para conceitos recentes

No caso de nenhum dos sinónimos ter sido considerado na linguagem natural como sendo o de uso mais generalizado, seguir as indicações apresentadas de 2.1.1.2 a 2.1.1.4.

2.2 Grafias variantes

Deve ser utilizada a grafia mais atualizada do termo. No caso de várias grafias serem utilizadas com a mesma frequência, selecionar a que surgir mais frequentemente nas fontes de referência.

2.3 Termos equivalentes em línguas diferentes

Preferir o termo na língua portuguesa, caso este exista e seja de uso corrente. O termo estrangeiro deve ser utilizado apenas se o seu uso for mais generalizado do que a tradução portuguesa.

3 Termos homónimos

Consideram-se homónimos todos os termos que, em linguagem natural, têm a mesma grafia que outro ou outros termos (homógrafos) e que possuem vários significados (polissémicos).

A distinção entre termos homónimos é feita através da utilização de qualificadores parentéticos, por forma a que os seus significados sejam unívocos. Estes qualificadores são parte integrante do termo no contexto da linguagem de indexação.

Exemplo: Corredor (espaço)

O estabelecimento de qualificadores e as limitações ao seu uso devem seguir as indicações observadas em 6.

A desambiguação de homónimos referentes a nomes geográficos deve seguir as indicações presentes em 7.

4 Singular e plural

Aqui encontram-se presentes as diretrizes necessárias à determinação da forma singular ou da forma plural como termo preferencial para a indexação.

4.1 Uso do singular

A forma singular de um termo deve ser selecionada para utilização nas seguintes situações:

4.1.1 Noções abstratas (fenómenos, propriedades, atividades, disciplinas, etc.)

Exemplos: Arquitetura, Resistência

4.1.2 Entidades concretas não contáveis, relativamente às quais se pode fazer a pergunta «quanto?»

Exemplo: Zinco

4.2 Uso do plural

A forma plural de um termo deve ser selecionada para utilização nas seguintes situações:

4.2.1 Noções abstratas que designem uma classe compreendendo vários membros

Exemplo: Ciências médicas

4.2.2 Entidades concretas contáveis relativamente às quais se pode fazer a pergunta «quantos?»

Exemplo: Camas

4.2.3 Quando as formas singular e plural do mesmo termo designam noções diferentes, ambas as formas podem ser aceites na linguagem de indexação, desde que obedeam aos critérios previamente estabelecidos.

Exemplo: Teatro [para designar a arte ou a atividade]

Teatros [para designar as instituições]

5 Termos compostos

Este ponto procura fornecer as indicações necessárias à determinação dos termos da linguagem de indexação que devem corresponder aos termos compostos da linguagem natural. Considera-se um termo como composto quando este é constituído por mais do que um elemento. O primeiro elemento é designado como foco e o segundo é designado como modificador. Este tipo de termo normalmente representa conceitos complexos que e podem ser constituídos por duas ou mais palavras.

5.1 Análise dos termos compostos

5.1.1 Princípios gerais

Um termo composto não deve ser decomposto nas seguintes situações:

- Quando a decomposição resulta numa perda de significado ou introduz ambiguidade no conceito que se procura representar;
- Quando, apesar de o termo composto ser passível de decomposição sem que exista perda de significado, este é de uso corrente na linguagem natural e se prever que seja pesquisado nessa forma.

5.1.2 Opções relativas à aceitação ou não de um termo composto:

5.1.2.1 Aceitar o conceito, representando-o através de um único termo. As situações em que isto deve acontecer estão representadas em 5.1.3.1.

5.1.2.2 Aceitar o conceito, representando-o através da combinação de dois ou mais termos. As situações em que isto deve acontecer estão representadas em 5.1.3.2.

5.1.2.3 Aceitar o conceito como candidato, para revisão após um período experimental.

5.1.2.4 Rejeitar o conceito, caso este não seja utilizado frequentemente, irrelevante ou inapropriado.

5.1.2.5 Rejeitar a inclusão direta do conceito, mas manter um conceito mais geral que o encompasse.

5.1.3 Orientações específicas:

5.1.3.1 Manter os termos compostos na forma da linguagem natural, se são:

5.1.3.1.1 Termos compostos em que o modificador aplicado ao foco determina uma subclasse do mesmo. Por vezes, nestes termos compostos o modificador perde o seu significado de origem.

Exemplo: Material de pintura

5.1.3.1.2 Termos compostos constituídos por nomes próprios, ou por nomes comuns contendo ou implicando um nome próprio.

Exemplo: Estilo Luís XV

5.1.3.1.3 Termos compostos não passíveis de decomposição sem recorrer a um substantivo implícito, mas não expresso

Exemplo: Arte carolíngia – Arte do período de Carlos Magno

5.1.3.1.4 Termos compostos que são nomes sincategoremáticos, nos quais o modificador aplicado ao foco não determina uma subclasse do mesmo, mas cujos elementos componentes só podem representar o conceito quando fazem parte desse mesmo termo.

5.1.3.2 Decompor os termos compostos da linguagem natural, se são:

5.1.3.2.1 Termos compostos em que o foco constitui uma propriedade, qualidade, parte ou material e o modificador representa o todo ao qual pertence o elemento foco.

Exemplo: Resistência dos materiais

5.1.3.2.2 Termos em que o foco representa uma ação implícita ou explícita:

- Transitiva – o modificador constitui o elemento que sofre a ação;
- Intransitiva – o modificador constitui o agente da ação;

5.1.3.2.3 A decomposição pode ser considerada quando o conceito é muito específico e não se enquadra no escopo da linguagem de indexação que se procura desenvolver. A inclusão de um número elevado destes termos aumenta, não só a dimensão do vocabulário, mas também a sua complexidade, sem que existam muitos benefícios.

5.2 Forma dos termos compostos na linguagem de indexação

5.2.1 Os termos compostos da linguagem natural que são passíveis de decomposição devem ser adotados na mesma forma, como termos de indexação, constituindo uma só unidade sintática.

5.2.2 Os termos compostos da linguagem natural que são objetos de decomposição são expressos na linguagem de indexação por duas unidades sintáticas individuais a serem combinadas de forma a constituírem uma só entrada.

5.2.2.1 A unidade semântica (conceito) referente ao termo composto da linguagem natural é, assim, reexpressa na linguagem de indexação da seguinte forma:

5.2.2.1.1 Colocar como elemento ordenados o termo que representa:

- O todo a que se refere a propriedade, qualidade, parte ou material;
- O elemento que sofre a ação, quando transitiva;
- O elemento agente da ação, quando intransitiva;

5.2.2.1.2 Colocar como segundo elemento o termo que representa:

- Propriedade, qualidade, parte ou material;
- Ação (transitiva ou intransitiva);

6 Qualificadores parentéticos

Neste ponto procura-se fornecer as indicações necessárias ao estabelecimento e utilização de qualificadores parentéticos. Considera-se como qualificador parentético toda a palavra ou expressão colocada entre parêntesis curvos juntamente com um termo de indexação, por forma esclarecer o significado deste último.

6.1 Formulação de qualificadores

Os qualificadores parentéticos devem ser estabelecidos em situações onde se verifica a necessidade de:

- Distinguir homónimos;
- Esclarecer o sentido de um termo obscuro ou estrangeiro;
- Limitar o sentido de um termo de modo a torná-lo mais específico.

Exemplo: Cruzeiro (arquitetura), Corredor (espaço)

6.1.1 Controlo da terminologia

O termo incluído em qualificador deve ser o mesmo que for usado no cabeçalho de assunto correspondente, se este já tiver sido estabelecido.

6.2 Limitações ao uso de qualificador

6.2.1 Não acrescentar qualificador parentético a um termo usado na linguagem de indexação no seu sentido mais corrente, mesmo que na linguagem natural tenha outros significados, menos correntes.

Exemplo: Cadeiras

6.2.2 Não acrescentar um qualificador parentético a um termo, se ele puder ser substituído por um modificador adjetivo. Nesses casos, preferir o termo constituído por expressão adjetiva ao termo qualificado parenteticamente

Exemplo: Comunicação visual

6.2.3 Não acrescentar um qualificador parentético a um termo que designe um conceito geral para representar uma aplicação especial desse conceito. Nesses casos optar por dois cabeçalhos.

6.2.4 Não acrescentar um qualificador parentético a um termo para representar uma relação de fase entre conceitos. Nesses casos, formar dois cabeçalhos

Exemplo: Edifício

Acústica

E não: Edifício (Acústica)

Acústica (Edifício)

7 Terminologia de nomes geográficos

Aqui procura-se estabelecer as diretrizes para o controlo dos nomes geográficos. Estas diretrizes aplicam-se quer em situações em que o nome geográfico é usado como um termo, quer quando estes são utilizados como qualificadores parentéticos.

São considerados como nomes geográficos os nomes próprios de entidades geográficas que constituem níveis e/ou áreas de competência administrativa ou que se incluem nelas: países; estados, províncias, condados, etc.; distritos; concelhos; cidades, vilas, etc.; secções de cidades, vilas, etc. (praças, ruas, bairros, etc.); áreas associadas com cidades.

7.1 Terminologia

7.1.1 Seleção dos termos

Sempre que se verifique mais do que uma hipótese para a designação da entidade, seleccionar o termo que for de uso corrente mais generalizado em fontes de língua portuguesa

Nota: Se a designação de uso corrente mais generalizado para uma entidade entrar em conflito (homonímia) com a designação de outra entidade nela contida, deve adotar-se o nome que, embora menos corrente, seja inequívoco e mais adequado à natureza da entidade a designar.

Por exemplo, 'Inglaterra' não deve ser adotado para designar o país, visto que constitui o nome próprio de uma região do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

7.1.2 Fontes de referência

Os nomes geográficos devem ser estabelecidos com base em fontes de referência, como por exemplo:

- Geografia universal ilustrada, Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 1980;
- PORTUGAL. Ministério do Exército – Repertório toponímico de Portugal. Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército, s.d.

7.1.3 Alteração de nomes

Sempre que se verifiquem alterações aos nomes geográficos deve estabelecer-se e usar-se o nome atual, sendo as formas passadas tratadas como termos rejeitados.

7.1.4 Língua

7.1.4.1 Escolher a forma portuguesa dos nomes estrangeiros, se existir e for de uso corrente.

7.1.4.1.1 Se existir mais do que uma forma portuguesa para a designação de uma entidade geográfica estrangeira, escolher a de uso mais corrente, com base nas obras de referência em língua portuguesa.

7.1.4.1.2 Se existir apenas uma forma portuguesa para um nome estrangeiro, mas houver dúvidas sobre se o seu uso é corrente, adotar a forma vernácula.

7.1.4.2 Usar a forma vernácula se não existir nenhuma forma portuguesa.

7.2 Forma

7.2.1 Designação jurisdicional

Estabelecer os nomes geográficos sem os termos genéricos que constituem designação jurisdicional (República, Reino, Estado, Província, etc.)

Exemplo: Porto

Distrito do Porto

7.2.1.1 Exceções

A designação jurisdicional deve ser mantida quando:

- Faz parte integrante do nome próprio
Exemplo: Vila do Conde (Portugal)
- A entidade em causa é uma entidade jurisdicional de nível intermédio cuja parte identificativa do nome é homónima de outra entidade

Exemplo: Portalegre (Portugal)

Distrito de Portalegre (Portugal)

7.2.2 Qualificação

Qualificar apenas as entidades jurisdicionais de nível inferior a país, usando qualificadores geográficos jurisdicionais.

7.2.2.1 No caso de entidades estrangeiras, qualificar pelo nome do país em que se incluem todas as entidades jurisdicionais até ao nível de cidade, inclusive.

Exemplo: Paris (França)

7.2.2.2 No caso de entidades portuguesas, qualificar pelo nome do país todas as entidades jurisdicionais não inferiores a concelho.

Exemplo: Porto (Portugal)

7.2.2.3 No caso de entidades jurisdicionais passadas, os nomes destas devem ser qualificados pelo país ou países em que se incluem atualmente os seus territórios, desde que não incluídos em mais do que dois, seguido(s) da abreviatura jur. Pass. (Jurisdição passada), separada por dois pontos

Exemplo: Fenícia (Líbano e Síria: jur. Pass.)

Quando uma entidade jurisdicional possui territórios que atualmente se encontram distribuídos por mais do que dois países, os seus nomes não são qualificados. Nestas situações deve-se incluir, sempre que possível, as datas limite de vigência separadas do nome por vírgula.

Conclusão

O presente manual procura fornecer as bases para o controlo de autoridade dos termos presente na Fundação Instituto Arquiteto José Marque da Silva. Não sendo um documento exaustivo, estando apenas preparado para explicitar as indicações relativas a termos provenientes das áreas da arte e da arquitetura, ainda existe muito potencial para o seu desenvolvimento futuro.

Apesar de a seleção dos termos ser um passo de grande importância no controlo de autoridade, os termos utilizados foram selecionados de um SOC previamente existente, demonstrando assim um dos aspetos que pode ser melhorado no presente documento. Além disto, a inclusão de informações relativas ao controlo das relações entre termos também deve ser considerada, pois no futuro isto irá permitir a inclusão destas relações no catálogo digital da biblioteca.

O controlo da terminologia, especialmente em áreas do conhecimento com conceitos muito próprios, é importante pois é através daqui que se consegue chegar a um consenso entre utilizador e indexador relativamente a que termos utilizar. Isto permite que a informação possa ser acedida de uma forma simples e eficiente, permitindo uma correta utilização do catálogo bibliográfico em que se insere.

Em suma, este documento deve ser utilizado como uma base para o controlo de autoridade na FIMS, crescendo e atualizando-se não só por forma a englobar toda a terminologia necessária à catalogação do atual universo documental da fundação, mas também para que possa incluir indicações necessárias ao controlo de situações que possam surgir com a inclusão de novos documentos na FIMS.

Referências bibliográficas

Biblioteca Nacional. (2003). Indexação: Terminologia e controlo de autoridades.

International Standards Organization. (2011). ISO 25964-1 Information and documentation - Thesauri and interoperability with other vocabularies - Part 1: Thesauri for information retrieval.